

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

**MARIELEN ALINE COSTA DA SILVA**

**A PRÁTICA DO TURISMO RURAL PEDAGÓGICO: ASPECTOS  
MOTIVACIONAIS E IMPRESSÕES DOS BENEFÍCIOS PARA AS FAMÍLIAS E  
COMUNIDADES RURAIS**

**Porto Alegre**

**2015**

**MARIELEN ALINE COSTA DA SILVA**

**A PRÁTICA DO TURISMO RURAL PEDAGÓGICO: ASPECTOS  
MOTIVACIONAIS E IMPRESSÕES DOS BENEFÍCIOS PARA AS FAMÍLIAS E  
COMUNIDADES RURAIS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Marcelino de Souza.

**Porto Alegre**

**2015**

CIP - Catalogação na Publicação

Silva, Marielen Aline Costa da

A prática do turismo rural pedagógico: aspectos motivacionais e impressões dos beneficiários para as famílias e comunidades rurais / Marielen Aline Costa da Silva. -- 2015.

121 f.

Orientador: Marcelino de Souza.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Turismo rural pedagógico. 2. Desenvolvimento rural. 3. Motivações. I. Souza, Marcelino de, orient. II. Título.

**MARIELEN ALINE COSTA DA SILVA**

**A PRÁTICA DO TURISMO RURAL PEDAGÓGICO: ASPECTOS  
MOTIVACIONAIS E IMPRESSÕES DOS BENEFÍCIOS PARA AS FAMÍLIAS E  
COMUNIDADES RURAIS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 11 de março de 2015.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Marcelino de Souza – Orientador  
UFRGS

---

Profa. Dra. Ana Claudia Machado Padilha  
UPF

---

Prof. Dr. Leonardo Xavier da Silva  
UFRGS

---

Prof. Dr. Egon Roque Fröhlich  
UFRGS

*Dedico este trabalho aos meus pais, Nadir e  
Ivone (in memoriam), por seu amor e  
dedicação inesgotáveis*

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço a Deus pela vida, os sonhos e as oportunidades de realizá-los. Agradeço também aos meus pais por todo carinho, amor e dedicação. Aos meus irmãos, Suelen e Emerson e ao meu noivo Giovani, pelas alegrias, companheirismo, compreensão e força, em especial nos últimos dois anos.

Agradeço também a amizade e ajuda das colegas do PGDR, Jamile, Camila, Tainá, Alessandra, Keile, Clarice, Natália, Angelita e Manuela. Obrigada por todo incentivo, auxílio e acolhimento durante o mestrado. Agradeço também aos demais amigos presentes nessa caminhada.

Gostaria de agradecer ao meu orientador professor Marcelino de Souza pela confiança durante toda a orientação. Agradeço pela dedicação, compreensão e pelas oportunidades à mim concedidas. Agradeço a CAPES e ao CNPQ pelo apoio financeiro e bolsa concedida durante o período de realização do mestrado. Estendo também meu agradecimento aos demais professores e funcionários PGDR. Agradeço a Lisiane e a toda equipe do IEPE pela assessoria estatística, assim como a equipe da Biblioteca de Economia da UFRGS pelo auxílio na dissertação.

Agradeço também a equipe do projeto Viva Ciranda – Joinville, SC, em especial a Anelise Falk da Rosa, pela sua recepção, acolhimento e atenção, assim como aos agricultores do Roteiro Caminhos Rurais pela sua disponibilidade.

Enfim, gostaria agradecer a todos que de alguma forma contribuíram nesta etapa.

*Omnia mea mecum porto*

## RESUMO

O reconhecimento dos aspectos socioculturais e ambientais da agricultura a partir da década de 1990 promoveram a ascensão de novos conceitos e a percepção da agricultura para além das suas funções produtivas, despontando no meio rural novas ocupações não agrícolas, como o turismo rural. Deste modo, a crescente busca pela integração entre cidade e campo através de atividades como o agroturismo, da mesma forma que o reconhecimento da necessidade de valorização do modo de vida rural e a importância da conscientização de crianças e jovens sobre as atividades de produção agropecuária, em especial a produção de alimentos, despertaram o aparecimento de uma nova modalidade de turismo rural voltada a prática pedagógica e reconhecida como uma ferramenta potencial para o desenvolvimento local, o Turismo Rural Pedagógico (TRP). Assim, esta dissertação propôs-se a investigar as motivações e os benefícios socioeconômicos do TRP para as famílias e a comunidade ao entorno do projeto Viva Ciranda e roteiro Caminhos Rurais, assim como identificar o perfil dos empreendedores e empreendimento, motivações, benefícios e a interação entre empreendedores e suas comunidades rurais. Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e abertas com os empreendedores e comunidade local. Já para a identificação das motivações foram utilizadas questões fechadas através da escala de Likert. A análise dos dados qualitativos foi realizada através da categorização das respostas e do software Web-QDA, já os dados quantitativos foram organizados e tabulados no software Excel. Os resultados revelaram que o TRP consolida-se, nas experiências pesquisadas, como uma interessante opção de investimento e de estratégia de desenvolvimento local, atraindo diferentes perfis de empreendedores e de estabelecimentos. Observou-se que, embora represente uma oportunidade de diversificação econômica, as principais motivações para iniciar e permanecer no TRP, bem como os principais benefícios reconhecidos pelos empreendedores, estão vinculados aos aspectos sociais como a valorização do meio rural, a satisfação pessoal e a conexão entre os meios rural e urbano. Além disso, a pesquisa verificou o reconhecimento e a valorização dessa prática pela comunidade ao entorno das propriedades pedagógicas.

**Palavras-chave:** Turismo rural pedagógico. Desenvolvimento rural. Motivações.

## ABSTRACT

The recognition of the socio-cultural and environmental aspects of agriculture from the 1990s brought about new concepts and the perception of agriculture beyond its productive role, emerging non-agricultural activities in rural areas, such as rural tourism. Therefore, the pursuit of integration between city and country through activities such as agritourism as well as the acceptance of the need for rural appreciation and children and young people's awareness about agricultural production, especially food production aroused the emergence of a new type of rural tourism focused on pedagogical practices, which is recognized as a potential tool for local development: the Pedagogical rural tourism (PRT). Accordingly, this study aimed to investigate the motivations and socio-economic benefits of the PRT for families and community around Viva Ciranda project and Roteiro Caminhos Rurais, identifying the profile of entrepreneurs and enterprise, motivations, benefits, and the interaction between entrepreneurs and their rural communities. For this purpose, semi-structured and open interviews with entrepreneurs and local community were designed. Closed questions using Likert scale were applied to identify the motivations. Qualitative data analysis was performed through both categorization of responses and WEB-QDA software. Quantitative data were organized and tabulated in Excel software. The results revealed the PRT establishes itself as an appealing investment option and local development strategy, attracting different profiles of entrepreneurs and institutions. In spite of representing an opportunity for economic diversification, the main inducement to start and stay in the PRT as well as its main benefits are related to social issues such as appreciation of rural environment, personal satisfaction and the connection between rural and urban. Besides that, the appreciation of this practice by the community around the pedagogical properties was observed.

**Keywords:** Pedagogical rural tourism. Rural development. Motivations.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Diagrama esquemático das principais categorias de turismo no espaço rural e seus principais objetivos e/ou atrativos. ....	25
Figura 2 – Delimitação do turismo rural pedagógico frente as diversas segmentações do turismo no espaço rural.....	29
Figura 3 – Posição epistemológica da metodologia da pesquisa mista. ....	44
Figura 4 – Passos para a coleta e tratamento dos dados qualitativos .....	50
Figura 5 – Imagem de localização do município de Porto Alegre. ....	54
Figura 6 – Pomar de frutas nativas do Sítio Tio Juca. ....	56
Figura 7 – Canteiros de alface orgânico do Sítio dos Herdeiros. ....	57
Figura 8 – Espaço para recreação no Sítio do Mato. ....	58
Figura 9 – Imagem de localização do município de Joinville-SC. ....	59
Figura 10 – Propriedade da Família Plabst.....	61
Figura 11 – Propriedade da Família Kersten. ....	62
Figura 12 – Criação de Porcos-da-Índia da Família Schroeder.....	63
Figura 13 – Crianças brincando no “campo de lama” do Recanto das Arrozeiras.....	64
Figura 14 – Crianças da rede municipal de educação em uma exposição sobre preservação do meio ambiente no Sítio Vó Bia.....	64
Figura 15 – Diferentes ambientes da Agrícola da Ilha. ....	65
Figura 16 – Grupo de crianças da rede municipal de educação em visita ao CTG Chaparral	66
Figura 17 – Banner de entrada do Rancho Alegre.....	67
Figura 18 – Crianças em visitação a propriedade da família Roos. ....	68
Figura 19 – Visitação ao jardim dos Antúrios.....	69
Figura 20 – Motivações para empreender na atividade de turismo rural pedagógicos, nos municípios de Joinville - SC e Porto Alegre - RS. ....	73

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Expressões usadas nos principais países para designar as atividades pedagógicas desenvolvidas em propriedade rurais. ....	32
Quadro 2 - Principais resumos, autores e suas contribuições para a revisão de literatura.....	43
Quadro 3 - Motivações para empreender no segmento do Turismo Rural Pedagógico .....	49
Quadro 4 - Categorização das motivações iniciais dos empreendedores para o Turismo Rural Pedagógico .....	52
Quadro 5 - Categorização das motivações para permanecer no Turismo Rural Pedagógico..	52

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Perfil socioeconômico dos empreendedores de turismo rural pedagógico pertencentes ao roteiro Caminhos Rurais e projeto Viva Ciranda.....	70
Tabela 2 – Perfil socioeconômico dos empreendimentos de turismo rural pedagógico participantes do projeto Viva Ciranda e roteiro Caminhos Rurais .....	71
Tabela 3- Motivações econômicas e sociais iniciais dos empreendedores de TRP do projeto Viva Ciranda e roteiro Caminhos Rurais.....	74
Tabela 4 - Ranking das motivações para empreender no TRP, segundo os grupos tipificados nas propriedades rurais pertencentes ao projeto Viva Ciranda e roteiro Caminhos Rurais .....	78
Tabela 5 – Ranking das motivações para empreender no TRP, segundo a faixa etária dos proprietários rurais participantes do projeto Viva Ciranda e roteiro Caminhos Rurais .....	79
Tabela 6 – Ranking das motivações para empreender no TRP, segundo o gênero dos proprietários rurais participantes do projeto Viva Ciranda e roteiro Caminhos Rurais .....	80
Tabela 7 – Ranking das motivações para empreender no TRP, segundo o tempo de envolvimento com atividades de turismo rural do projeto Viva Ciranda e roteiro Caminhos Rurais.....	81
Tabela 8 - Ranking das principais motivações para empreender no TRP, segundo a área das propriedades do projeto Viva Ciranda e roteiro Caminhos Rurais.....	82
Tabela 9 – Ranking das motivações sociais e econômicas para os empreendedores permanecerem no Turismo Rural Pedagógico no projeto Viva Ciranda e roteiro Caminhos Rurais.....	84
Tabela 10 – Motivações para permanecer no TRP, segundo o gênero e a faixa etária dos empreendedores do projeto Viva Ciranda e roteiro Caminhos Rurais .....	86
Tabela 11- Ranking das motivações para permanecer no TRP, segundo as atividades econômicas desenvolvidas nas propriedades rurais do projeto Viva Ciranda e roteiro Caminhos Rurais .....	87
Tabela 12- Ranking das motivações para permanecer no TRP, segundo a área das propriedades do projeto Viva Ciranda e roteiro Caminhos rurais .....	87
Tabela 13- Ranking das motivações para permanecer no TRP, segundo o tempo de envolvimento com o turismo rural das propriedades do projeto Viva Ciranda e roteiro Caminhos rurais.....	88
Tabela 14- Categorias de benefícios citados pelos empreendedores de turismo rural pedagógico.....	90

Tabela 15 - Principais benefícios citados dentro de cada categoria pelos empreendedores de TRP do projeto Viva Ciranda e roteiro Caminhos Rurais .....	92
Tabela 16 – Receita anual obtida através do turismo rural pedagógico nas propriedades do projeto Viva Ciranda e roteiro Caminhos Rurais .....	93
Tabela 17- Perfil dos empreendedores, segundo cada tipo de benefício citado pelos empreendedores do projeto Viva Ciranda e roteiro Caminhos Rurais .....	94
Tabela 18 – Tipos de benefícios citados, segundo as atividades econômicas desenvolvidas nas propriedades do projeto Viva Ciranda e roteiro Caminhos Rurais.....	95
Tabela 19 – Tipos de benefícios citados, segundo a área das propriedades do projeto Viva Ciranda e roteiro Caminhos Rurais .....	96
Tabela 20 – Tipos de benefícios citados, segundo o tempo de envolvimento dos empreendedores do projeto Viva Ciranda e roteiro Caminhos Rurais com o turismo rural ....	96
Tabela 21 – Características socioeconômicas dos membros da comunidade rural ao entorno dos empreendimentos de turismo rural pedagógico do projeto Viva Ciranda e roteiro Caminhos Rurais .....	98
Tabela 22 – Reconhecidos das mudanças geradas pelo TRP, segundo a comunidade rural ao entorno do projeto Viva Ciranda e roteiro Caminhos Rurais .....	98
Tabela 23 – Benefícios reconhecidos pela comunidade rural ao entorno do projeto Viva Ciranda e roteiro Caminhos Rurais .....	100
Tabela 24 – Impressões sobre a valorização do rural através do TRP, segundo a comunidade ao entorno do projeto Viva Ciranda e roteiro Caminhos Rurais .....	101
Tabela 25 – Impressões sobre a troca de experiências promovida pelo TRP, segundo membros da comunidade do roteiro Caminhos Rurais e projeto Viva Ciranda .....	102

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>O TURISMO RURAL PEDAGÓGICO NA DINÂMICA RURAL DO NOVO SÉCULO.....</b>	<b>18</b>
2.1	A DINÂMICA RURAL DO NOVO SÉCULO.....	18
2.2	MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA.....	21
2.3	TURISMO NO MEIO RURAL.....	24
2.3.1	Turismo rural e agroturismo: conceitos e diferenciação.....	26
2.4	O TURISMO RURAL PEDAGÓGICO.....	30
2.5	MOTIVAÇÕES E BENEFÍCIOS SOCIOECONÔMICOS DO TURISMO RURAL E AGROTURISMO: COMPREENDENDO O TURISMO RURAL PEDAGÓGICO...	33
<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>43</b>
3.1	SOBRE A PESQUISA: TÉCNICAS METODOLÓGICAS E AMOSTRAGEM.....	43
3.2	COLETA DE DADOS.....	46
3.2.1	Entrevistas semiestruturadas.....	46
3.2.2	Pesquisa bibliográfica.....	49
3.3	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	50
<b>4</b>	<b>MOTIVAÇÕES E BENEFÍCIOS SOCIECONÔMICOS DO TURISMO RURAL PEDAGÓGICO NO PROJETO VIVA CIRANDA E ROTEIRO CAMINHOS RURAIS.....</b>	<b>53</b>
4.1	CARACTERÍSTICAS DAS PROPRIEDADES RURAIS DO ROTEIRO CAMINHOS RURAIS E PROJETO VIVA CIRANDA.....	53
4.1.1	Roteiro Caminhos Rurais.....	53
4.1.2	Projeto Viva Ciranda.....	58
4.2	MOTIVAÇÕES PARA EMPREENDER NO TURISMO RURAL PEDAGÓGICO.....	72
4.3	BENEFÍCIOS SOCIOECONÔMICOS DO TURISMO RURAL PEDAGÓGICO PARA OS EMPREENDEDORES E SUAS FAMÍLIAS.....	89
4.4	A COMUNIDADE RURAL E SUA IMPRESSÃO SOBRE O TURISMO RURAL PEDAGÓGICO.....	97
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>103</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>106</b>
	<b>APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO.....</b>	<b>117</b>
	<b>APÊNDICE B – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA OS AGRICULTORES RURAIS QUE ATUAM COM O TURISMO RURAL PEDAGÓGICO.....</b>	<b>118</b>

<b>APÊNDICE C – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA OS MEMBROS DA COMUNIDADE AO ENTORNO DAS PROPRIEDADES DE TURISMO RURAL PEDAGÓGICO.....</b>	<b>121</b>
--	------------

## 1 INTRODUÇÃO

As numerosas implicações das mudanças sucedidas no rural exerceram forte influência na emergência de um “novo rural” caracterizado pela diversidade de ocupações, serviços e funções. Para Wanderley (2000) tais transformações redefiniram as relações entre campo/cidade, mas não as anularam e, ao invés de apontarem para o fim do rural, permitiram o surgimento de uma nova ruralidade. Dessa forma, Almeida e Souza (2003) afirmam que o desenvolvimento rural passou de uma visão setorial para uma visão integrada e em conexão com outros setores da sociedade. Segundo Carneiro (2002), atribuiu-se uma nova dimensão ao desenvolvimento ligada às múltiplas funções da agricultura e não apenas à produção de matéria prima e alimentos.

Assim, à vista do reconhecimento dos aspectos socioculturais e ambientais da agricultura, bem como da nova dimensão dada ao desenvolvimento, a partir da década de 1990 novos conceitos surgiram, entre eles o da multifuncionalidade da agricultura, ligado à valorização das diversas funções que a mesma exerce. Neste sentido, os debates acerca da multifuncionalidade da agricultura passaram a ser marcados pela legitimação e interesse das funções econômica, social, ambiental, cultural e de segurança alimentar que a agricultura apresenta. A partir dessa nova percepção da agricultura, para além das suas funções produtivas, novas ocupações não agrícolas passaram a ser consideradas no meio rural. Entre estas ocupações e serviços destaca-se o turismo rural que, embora apresente uma fraca contribuição econômica, é frequentemente visto com um “motor” do desenvolvimento rural.

O turismo rural (TR) é uma atividade que ganhou notoriedade dentro da “nova dinâmica rural” por promover o crescimento e a diversificação das economias locais. Para autores como Graziano da Silva e Campanhola (2000) e ainda, Tulik (2003), o turismo rural tem como principal característica a utilização das especificidades do meio rural, como paisagem e patrimônio cultural, além das atividades agropecuárias, na promoção do lazer e turismo. A variedade de atrativos e objetivos do turismo rural faz com que este abarque em outras modalidades turísticas, como o agroturismo. Este se diferencia do turismo rural por ter como principal atrativo turístico a interação dos visitantes com as práticas agropecuárias e com o modo de vida tradicional do campo.

Desse modo, a acentuação da busca de uma integração entre cidade e campo através de atividades como o agroturismo, da mesma forma que o reconhecimento da necessidade de valorização do modo de vida rural e a importância da conscientização de crianças e jovens

sobre as atividades de produção agropecuária, em especial a produção de alimentos, despertaram o aparecimento de uma nova modalidade de turismo rural voltada à prática pedagógica, o turismo rural pedagógico (TRP).

O TRP é definido como “[...] um conjunto de atividades práticas realizadas no âmbito da propriedade rural, que utiliza como recurso didático as atividades agrícolas, a produção agropecuária e os recursos naturais e culturais ali existentes” (KLEIN, 2012, p. 42). Segundo a autora, o mesmo caracteriza-se como uma ferramenta capaz de vincular diretamente as funções educativa e ambiental, além de influenciar de maneira indireta sobre as funções socioeconômicas e de segurança alimentar. Além de um processo educacional o TRP apresenta-se como uma estratégia de revalorização do rural, resgate dos valores culturais das comunidades, assim como de bens e serviços através da troca de experiências entre cidadãos e produtores rurais.

Assim, este segmento do turismo rural parece despontar como uma alternativa socioeconômica que pode favorecer tanto os agricultores, na medida em que gera rendas complementares e a valorização de seus conhecimentos e saberes práticos, quanto aos estudantes, no sentido de possibilitar um aprendizado diferenciado e experiências diversas em contato com diferentes elementos da natureza (KLEIN, 2012). Autores como Ohe (2007) e Hinrichs (2008) destacam a importância que atividades de cunho pedagógico, desenvolvidas em propriedades rurais, pois estas apresentam potencial no processo de educação alimentar e o no combate de doenças infantis ligadas aos maus hábitos alimentares em países como Estados Unidos e Japão, assim como na valorização do patrimônio rural por parte dos estudantes e na integração de diferentes gerações.

Para Adams (2008), o turismo rural pedagógico proporciona benefícios aos consumidores que podem conhecer o sistema de produção dos alimentos, e também aos agricultores que têm sua cultura valorizada e preservada através dessa prática. Seu caráter de interação entre campo e cidade permite a compreensão das relações culturais, econômicas, sociais e ambientais existentes entre o urbano e o rural, além de proporcionar aos agricultores a geração de renda complementar, o que em determinadas ocasiões pode assegurar a permanência dos agricultores no campo.

Pesquisas como a desenvolvida pelo Conselho Europeu de Jovens Agricultores demonstram a importância desse tipo de turismo para a valorização do trabalho dos agricultores e das comunidades rurais. Neste contexto, diversas experiências internacionais em países como Itália, Estados Unidos, Japão, França, Noruega vêm demonstrando a essencialidade desse tipo de atividade para as questões socioeconômicas e de segurança

alimentar. Segundo Napoli (2010), na Itália as diversas propriedades rurais de turismo pedagógico têm como objetivo comum o aumento de suas terras e a valorização da identidade dos seus produtos típicos através desse tipo de turismo. Atualmente no país são estimadas mais de 500 propriedades de turismo rural pedagógico. Experiências como essa, desenvolvidas em toda a Europa, estão apresentando resultados significativos quanto a valorização do meio rural, educação alimentar e ambiental, valorização de produtos locais, bem como do patrimônio sociocultural rural, entre outros.

No âmbito nacional algumas experiências estão sendo desenvolvidas, no entanto, os números de estudos no Brasil ainda são poucos, além de estarem vinculados muito mais às funções educativas do que às questões socioeconômicas levantadas por esse tipo de atividade. Assim, esta pesquisa se propôs a contribuir para a compreensão sobre a prática do turismo rural pedagógico no Brasil, bem como colaborar para a promoção desta prática de turismo rural e para elaboração e implementação de políticas públicas, concentrando-se na seguinte problemática: Quais motivações levam os empreendedores à investirem e permanecerem no turismo rural pedagógico? Quais os principais benefícios promovidos por esta prática aos empreendedores, suas famílias e a comunidade ao entorno do turismo rural pedagógico?

Dessa forma, teve-se como principal objetivo da pesquisa investigar as motivações e os benefícios socioeconômicos do turismo rural pedagógico para as famílias e a comunidade do seu entorno. Como objetivos específicos destacaram-se:

- a) descrever o perfil socioeconômico dos empreendedores e das propriedades rurais envolvidas com a atividade de turismo rural pedagógica;
- b) identificar e classificar as motivações dos proprietários rurais para entrarem e permanecerem na atividade de turismo rural pedagógico;
- c) identificar os principais benefícios socioeconômicos gerados pelo turismo rural pedagógico aos empreendedores e suas famílias;
- d) estimar a contribuição da renda adicional proveniente da atividade turística para os empreendedores;
- e) verificar a integração dos empreendedores de turismo rural pedagógico com a comunidade do seu entorno.

Assim, foram escolhidas duas experiências de turismo rural pedagógico no sul do Brasil: Roteiro Caminhos Rurais e Projeto Viva Ciranda. A primeira delas (Caminhos Rurais) está localizada na área rural da cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul e engloba, entre diversas atividades, a de turismo rural e agroturismo, práticas de turismo rural pedagógico. Entre as propriedades do roteiro que oferecem atividades pedagógicas foram selecionados os

empreendimentos: Sítio do Tio Juca, Sítio dos Herdeiros, Sítio do Mato e Granja Santantonio. Quanto ao Projeto Viva Ciranda, este se localiza na área rural do município de Joinville, Santa Catarina. Embora seja um projeto jovem (3 anos) representa uma das experiências mais bem planejadas e consolidadas da região sul do país, contando com grande incentivo dos agentes municipais e do Estado. Entre os 14 estabelecimentos participantes do projeto foram escolhidas as propriedades: Apiário PFAU, Propriedade Ango Kersten, Família Schroeder, Recanto das Arrozeiras, Sítio Vó Bia, Agrícola da Ilha, CTG Chaparral, Rancho Alegre, Família Roos e Anturioville Holz.

Optou-se por estas duas experiências, Caminhos Rurais e Viva Ciranda, pois estas representam dois universos socioeconômicos distintos, onde o turismo rural pedagógico se consolidou como uma prática inovadora e de grande aceitação pelos proprietários rurais de diferentes esferas como agricultores familiares, empresários rurais, aposentados e investidores da área urbana. Além disso, o número limitado de empreendimentos nesta área no Brasil despertou nosso interesse na compreensão das motivações e benefícios socioeconômicos gerados por essa prática. Quanto à escolha dos membros da comunidade entrevistados, estes foram selecionados de acordo com a proximidade dos estabelecimentos de turismo rural pedagógico e sua participação na comunidade rural.

Quanto à estrutura da dissertação, esta está organizada em 5 capítulos: Introdução; Revisão de literatura, que versa sobre a atual dinâmica do meio rural, o despertar de novas ocupações e serviços, o surgimento do turismo rural pedagógico no Brasil e no mundo, bem como sua inserção frente ao agroturismo e o turismo rural, suas motivações e benefícios socioeconômicos aos empreendedores e suas famílias; Procedimentos Metodológicos, que consiste na apresentação de métodos e técnicas utilizados para alcançar aos objetivos propostos; Resultados e discussão, onde são expostos e analisados os resultados obtidos através da pesquisa e sua confrontação com a literatura; Por fim, o capítulo 5, considerações finais, onde são destacadas as principais conclusões a respeito dos resultados, as limitações da pesquisa e sugestões de avanço para a pesquisa.

## **2 O TURISMO RURAL PEDAGÓGICO NA DINÂMICA RURAL DO NOVO SÉCULO**

Este item aborda os conceitos que dão sustentação a esta pesquisa no que se refere à atual dinâmica rural, a multifuncionalidade da agricultura, o turismo no espaço rural, em especial o agroturismo e o turismo rural pedagógico, suas motivações e seus benefícios socioeconômicos para os empreendedores, suas famílias e a comunidade.

### **2.1 A DINÂMICA RURAL DO NOVO SÉCULO**

As mudanças ocorridas ao longo das últimas décadas, na forma de fazer agricultura e na vida das sociedades rurais, caminharam lado a lado. Neste sentido, torna-se difícil separar as transformações de cunho tecnológico que atingiram a agricultura nas últimas décadas das alterações sociais, políticas e culturais ocorridas no meio rural e urbano. Estas transformações, em especial as advindas a partir da década de 1990 exerceram forte influência na emergência de uma nova dinâmica rural.

A busca pelo desenvolvimento do meio rural, fundamentada no processo de modernização da agricultura, levou menos de duas décadas, após seu auge, para demonstrar não apenas suas limitações, mas também suas consequências. Conforme Graziano da Silva (1999) esse modelo de desenvolvimento agrícola, baseado na industrialização da agricultura foi responsável pelo desmonte da economia natural e a conformação de uma nova economia vinculada ao controle da natureza. Para o autor, no Brasil, essas transformações associadas à adoção de pacotes tecnológicos incentivadas pelas políticas de crédito rural resultaram na passagem dos complexos rurais para os complexos agroindustriais, onde a indústria passou a controlar as duas pontas da cadeia produtiva.

A implementação do uso de novas tecnologias na agricultura não foi responsável apenas pela modernização e aumento da produção no campo, mas também trouxe consequências negativas ao meio rural. Uma das mais relevantes consequências geradas por esse processo foi a exclusão social no campo. As dificuldades financeiras das pequenas propriedades, para adaptarem-se aos novos modelos tecnológicos de produção, impossibilitaram estas da participação no novo sistema agroalimentar. Dessa forma, em muitas realidades, as soluções encontradas, em especial na década de 1970 por muitas

famílias foi o êxodo rural. Além disso, segundo Kageyama (2008), a especialização da agricultura provocou uma redução na demanda de força de trabalho, implicando na redução da população rural e na especialização dos mercados locais. Estes aspectos atribuíram à visão tradicional da ruralidade três características essenciais: a baixa densidade populacional, ocupação exclusivamente agrícola e situação de atraso material e cultural. Logo, de acordo com esta visão, o rural representa uma dicotomia ao urbano, o que teve como consequência um grande número de migrações para as cidades.

Para Wanderley (2000) a crise do modelo produtivista de modernização agrícola e as demais transformações socioculturais decorrentes desse processo influenciaram de maneira marcante o modo de vida das comunidades rurais e a relação entre rural e urbano, tornando-se responsáveis pelo surgimento de um “novo” conceito de ruralidade. De acordo com Graziano da Silva (2002), a partir das mudanças ocorridas nas diversas esferas do rural, este não pode mais ser pensado apenas como um lugar que produz mercadorias agrícolas e oferece mão de obra. As mudanças permitiram uma nova e maior reflexão sobre o rural e dessa forma a concretização de uma nova concepção sobre o significado do meio rural. Neste contexto, Kageyama (2008) argumenta que a nova ruralidade é marcada pela diversidade de ocupações, serviços e atividades produtivas, novas funções não exclusivamente produtivas, maior interação com o entorno urbano e uma revalorização do rural que pode inverter o movimento de uma fração da população em direção às áreas rurais.

Anteriormente a essa nova visão do rural, a agricultura constituía o elemento configurador central do espaço rural, onde o meio rural era identificado com o meio natural. No entanto, com as intensas transformações de ordem modernizante pelas quais passou o meio rural, este perdeu sua autonomia, passando a integrar-se sócio, econômica e culturalmente a chamada “sociedade englobante” (MENDRAS, 1979<sup>1</sup> *apud* WANDERLEY, 2000, p. 95). Conforme Favaretto (2006, p. 102):

A vitalidade do rural não se resume mais aos campos, como lugar de realização de atividades primárias, mas a uma trama complexa envolvendo os campos e suas cidades, com destaque para uma integração intersetorial e da economia, e para uma emergência da variável ambiental como elemento chave.

Desta forma, o rural não é mais visto como oposto ao urbano, mas sim complementar a este. Neste sentido, Wanderley (2000) salienta que as discussões acerca da “nova ruralidade”, estabelecida a partir da década de 1980, estão intimamente relacionadas com a

---

<sup>1</sup> MENDRAS, H. *La fin des paysans*; suivi d'une réflexion sur La fin des paysans vingt ans après. Paris: Actes Sud, 1984, 437 p

inter-relação entre rural/urbano existente nas sociedades modernas, onde o rural termina se identificando com o urbano, não havendo mais aquele corte que os distinguia. Para Abramoway (2003), o rural constantemente se alimenta do modo de vida urbano, principalmente no que diz respeito aos bens de consumo, criando modos de vida modernos, de maneira que o meio rural necessita do urbano para continuar se reproduzindo.

Ainda, de acordo com Wanderley, o desenvolvimento dessas áreas (rural) dependerá da sua capacidade de atrair outras atividades econômicas e outros interesses sociais e de realizar uma profunda ‘ressignificação’ de suas próprias funções sociais. Seguindo este pensamento, Carneiro (2002) afirma que a “nova ruralidade” é responsável pela incorporação de duas novas dinâmicas no espaço rural: a ocupação no espaço rural de outras atividades não propriamente agrícolas, associadas à revalorização do mundo rural, como espaço de lazer ou residência; a valorização do campo como “lugar de trabalho e de vida”, através das políticas do Programa Nacional de Apoio e Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) ou através da implantação dos assentamentos rurais. Ou seja, as representações sobre o rural não estão mais sustentadas na ideia de “atraso”, mas sim na valorização da natureza e do patrimônio sociocultural do rural.

Segundo Graziano da Silva (2002), o espaço rural não pode ser mais tomado apenas como o conjunto de atividades agropecuárias e agroindustriais em virtude da sua modernização e mecanização; da crise de reprodução da agricultura familiar; das novas funções e novos tipos de ocupações no campo; e da conformação de novas identidades sociais no meio rural. Além das atividades agropecuárias, o rural oferece bens e serviços como ar, água, turismo, lazer, bens de saúde, possibilitando no espaço local-regional a combinação de uma diversidade de novos postos de trabalho relacionados às pequenas e médias empresas. Assim, despontam atividades não agrícolas, que buscam não apenas dinamizar a economia do espaço rural, mas atender as necessidades emergentes de uma sociedade mais consciente. Para Graziano da Silva (1997) esta combinação de atividades agrícola e não agrícola é a “característica nova” do mundo rural.

Dessa forma, frente a esta nova conjuntura de transformações, novas dinâmicas de ocupação, revalorização do rural e da agricultura familiar, entre outras, emergem novas abordagens, entre elas a multifuncionalidade, que se apresenta como alicerce às diversas funções desempenhadas pela agricultura. O debate da multifuncionalidade, fruto da crise do modelo produtivista tem introduzido uma nova concepção de desenvolvimento, não apenas do ponto de vista histórico da percepção setorial e empresarial, mas de uma abordagem integrada e territorial (CARNEIRO, 2006).

A abordagem multifuncional procura gerar novos laços sociais pelas relações diretas que vai criando, seja no interior do território rural ou com os consumidores que vivem fora deste (CARNEIRO, 2008). Para Wanderley (2003), a partir das novas funções a agricultura passa a exercer responsabilidade pela disponibilidade e qualidade dos alimentos, conservação dos recursos naturais e patrimônio cultural, além da reprodução socioeconômica das famílias rurais.

Assim, a fim de entendermos a nova dimensão dada à agricultura e ao mundo rural, a próxima sessão discute a abordagem multifuncional.

## 2.2 MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA

A partir das novas reflexões, quanto às mudanças das estruturas agrícolas e transformações socioeconômicas ocorridas no meio rural, novos enfoques passaram a ser discutidos, entre estes a multifuncionalidade da agricultura. Conforme Candioto (2009), a noção de multifuncionalidade está baseada na retórica do desenvolvimento sustentável, institucionalizado pela Organização das Nações Unidas (ONU), bem como nas constatações empíricas de que o espaço rural vem ampliando suas atividades e, portanto, se complexificando. Assim, para Sabourin (2008) a multifuncionalidade passou a ser caracterizada como o reconhecimento por parte da sociedade, do interesse público sobre as funções sociais, ambientais, culturais e econômicas não diretamente produtivas ou mercantis, relacionadas às atividades agropecuárias. Já para Losch (2004, p. 340) multifuncionalidade define-se como “[...] todos os produtos, equipamentos e serviços criados por atividades agrícolas em benefício da economia e da sociedade em geral”.

Segundo Roux e Fournell (2003), na França – precursora dos debates acerca da multifuncionalidade da agricultura – esta abordagem passou a ser utilizada para justificar as políticas públicas para o rural. O país incorporou de 1999 a 2002 a noção de multifuncionalidade à política agrícola, através da Lei de Orientação Agrícola (LOA). Conforme os autores, neste país os princípios e objetivos da multifuncionalidade da agricultura são: segurança alimentar, diversidade das atividades ligadas às atividades agrícolas, como o turismo rural, proteção do meio ambiente e preservação da paisagem, manutenção do tecido econômico social rural e produção de vínculo social.

Os aspectos multifuncionais da agricultura, como a função de segurança alimentar e manutenção do tecido econômico e social fazem parte do caráter histórico da sociedade, em

especial na França. Todavia, o que o difere do passado é a institucionalização dessa perspectiva por parte do Estado, através das políticas públicas.

Após a expansão dos debates acerca do tema por toda Europa, principalmente como medida protecionista da União Europeia junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1999, a noção da multifuncionalidade chegou a outros países (SOARES, 2000, 2001). No Brasil, de acordo com Sabourin (2008), o conceito de multifuncionalidade a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (RIO SUMMIT), em 1992, proponente da agricultura sustentável e do desenvolvimento rural, ampliou-se a abordagem com relação à agricultura e às questões de uso da terra. Incluíram-se às discussões aspectos socioculturais e ambientais, que até então tinham apenas viés econômico.

Dessa forma, para Carneiro (2002), atribuiu-se uma nova dimensão ao desenvolvimento ligada às múltiplas funções da agricultura e não apenas à produção de matéria-prima e alimentos. Ainda, de acordo com a autora, a maior contribuição da multifuncionalidade estaria, portanto, na possibilidade de através de uma lente (grande angular) perceber a agricultura na sua relação com as outras esferas do social. Para Candiotto (2009) o tema no Brasil ainda é recente e ganhou notoriedade a partir do convênio de cooperação e intercâmbio científico entre pesquisadores brasileiros e franceses, que resultou no projeto *Estratégias de desenvolvimento rural, multifuncionalidade da agricultura e a agricultura familiar: identificação e avaliação de experiências em diferentes regiões brasileiras*.

Apesar das diferenças existentes entre a realidade do meio rural europeu e brasileiro, os princípios e objetivos da multifuncionalidade mantiveram no Brasil o mesmo enfoque da Europa, sendo eles: reprodução socioeconômica das famílias rurais, promoção da segurança alimentar das famílias e da sociedade, manutenção do tecido social e cultural, preservação dos recursos naturais e da paisagem rural (WANDERLEY, 2003).

A partir dos primeiros resultados do projeto desenvolvido no Brasil, Carneiro e Maluf (2003, p. 19) apontam que:

A noção de multifuncionalidade rompe com o enfoque setorial e amplia o campo das funções sociais atribuídas à agricultura que deixa de ser entendida apenas como produtora de bens agrícolas. Ela se torna responsável pela conservação dos recursos naturais (água, solos, biodiversidade e outros), do patrimônio natural (paisagens) e pela qualidade dos alimentos.

Assim, percebe-se que a noção de multifuncionalidade abrange, não apenas na Europa, mas principalmente no Brasil, pela diversidade e extensão do meio rural, numerosos aspectos, o que torna difícil a consolidação do seu conceito devido à sua complexidade. Em meio a essa diversidade de aspectos destacam-se três funções básicas da agricultura: função econômica, social e ambiental.

Quanto à função *econômica* entende-se o caráter econômico das atividades agrícolas e não agrícolas desenvolvidas no meio rural e sua importância para a economia nacional, como é o caso do Brasil (SOARES, 2000; 2001). A função *ambiental*, segundo Candiotto (2009), está diretamente ligada à preservação dos recursos naturais através de práticas agrícolas que contribuam para a conservação ambiental. Já a função *social*, conforme o mesmo autor está atrelada ao processo de manutenção do tecido social e cultural, ou seja, preservação do patrimônio cultural, valorização do meio rural e suas comunidades, além da garantia da permanência no campo e viabilidade da agricultura. Aliada à função social da agricultura encontra-se também a função de segurança alimentar e nutricional<sup>2</sup>, que prevê a garantia de abastecimento e qualidade dos alimentos.

Segundo Cazzella *et al.* (2009), as novas dimensões dadas às dinâmicas rurais através da abordagem multifuncional vão ao encontro do processo social de desenvolvimento rural sustentável que tem suas bases na equidade social e preservação ambiental. Dessa forma, o uso desta abordagem como ferramenta político-institucional para a formulação de políticas públicas de desenvolvimento rural promove a reconexão entre o Estado e os atores sociais rurais, bem como a ressignificação do rural pelos diversos setores da sociedade. Assim, a complexidade do rural exige que tais políticas sejam pensadas a partir do território e não mais setorialmente, garantindo a emergência de novas possibilidades de emprego, renda, e a superação de desequilíbrios como a pobreza e êxodo rural.

No contexto das novas oportunidades de produção de bens e serviços no meio rural, Graziano da Silva (1997) destaca a importância do conjunto de atividades não agrícolas que cada vez mais respondem pela dinâmica populacional. Entre as novas funções e ocupações o autor ressalta os serviços de lazer, moradia e de preservação e conservação ambiental. Partindo da relevância que as novas ocupações não agrícolas representam na atual conjuntura do meio rural, a próxima sessão aborda o tema turismo no espaço rural, visando ressaltar como se dá essa dinâmica, os diferentes conceitos e categorias de turismo no meio rural as

---

<sup>2</sup> A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) compreende a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

motivações e seus benefícios socioeconômicos para os agricultores familiares e as comunidades rurais.

### 2.3 TURISMO NO MEIO RURAL

De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT), o turismo engloba as atividades das pessoas que viajam e permanecem em lugares fora de seu ambiente usual durante não mais do que um ano consecutivo, por prazer, negócios e outros fins. Apesar de ser a definição mais aceita, Motta (2013) argumenta que para autores como Lage e Milone (2000) o turismo moderno não precisa ter um conceito absoluto, é preciso levar em conta os mecanismos dinâmicos e as especificidades inerentes à teoria microeconômica aplicada a um segmento turístico.

As motivações dos deslocamentos turísticos são as mais diversas e implicam em contato humano e cultural, assim como na troca de experiências e resgates de valores e cultura. Para Beltrão (2001), a diversidade de motivações que levam as pessoas a planejarem suas viagens, bem com as diferentes personalidades dos turistas levou à segmentação do turismo. Entre as numerosas segmentações do turismo, destaca-se aqui o turismo no espaço rural, que busca atender a motivação de quem procura reconectar-se com a natureza, com o modo de vida do homem do campo, com o resgate da valorização das áreas rurais, etc.

Todavia, o surgimento do segmento do turismo nas áreas rurais não está vinculado apenas às diferentes motivações dos turistas, mas também à necessidade de dinamização e valorização do meio rural. Neste sentido Candiotto (2010, p. 4) afirma que:

[...] o turismo ganha força na discussão sobre desenvolvimento rural em vários países no início da década de 1990, período em que cresce o fenômeno da pluriatividade no espaço rural; a concepção de multifuncionalidade do agricultor e da agricultura; bem como o interesse dos agentes turísticos e da população urbana pelo rural e pelas ruralidades.

O autor salienta ainda que, permeando o interesse da sociedade por atrativos e empreendimentos ligados à tranquilidade do campo, encontram-se ações governamentais de apoio e regulamentação do turismo, o reconhecimento da segmentação do turismo pela Organização Mundial do Turismo (OMT) e o debate por técnicos e pesquisadores sobre as consequências da abertura das propriedades rurais para o turismo. Desta forma, apesar de um

crescimento mais concentrado na Europa e nos Estados Unidos, a partir da década de 1990, ganha força o turismo no meio rural em diversos países, inclusive no Brasil.

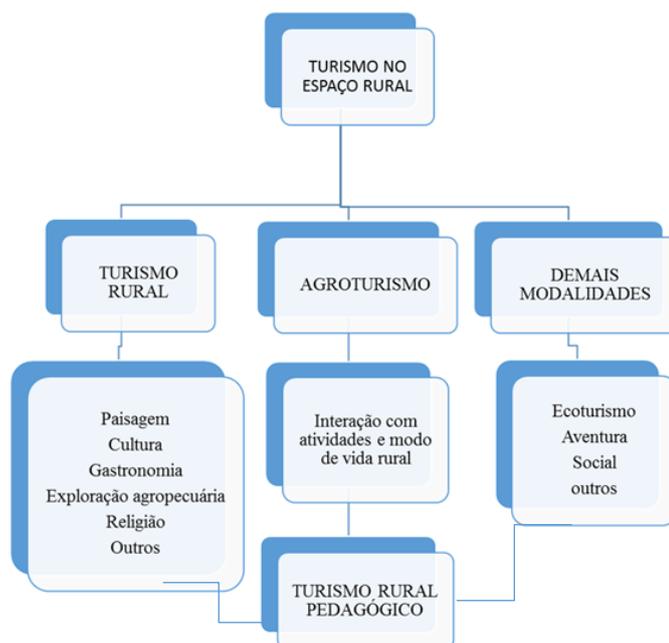
Segundo Tulik (2003), o Turismo no Espaço Rural (TER) condiz à totalidade das atividades turísticas realizadas nas áreas rurais, entre elas o ecoturismo, turismo rural, agroturismo e turismo de aventura. Para Motta (2013), essas segmentações acabam, muitas vezes, sendo utilizados como sinônimos de turismo rural, criando uma indefinição terminológica e conceitual. De acordo com Candioto (2010), esta situação é resultante da importação de conceitos da literatura estrangeira sem a devida reflexão e adaptação à realidade brasileira.

Conforme Campanhola e Graziano da Silva (2000, p. 147), o turismo no espaço rural e/ou meio rural é caracterizado como

[...] atividades de lazer realizadas no meio rural e abrange várias modalidades definidas com base em seus elementos de oferta: turismo rural, turismo ecológico ou ecoturismo, turismo de aventura, turismo cultural, turismo de negócios, turismo jovem, turismo social, turismo de saúde e turismo esportivo.

Nota-se se que o turismo no meio rural, no espaço rural e/ou em áreas rurais refere-se a todas as modalidades de turismo desenvolvidas no meio rural, independente da sua motivação ou das práticas envolvidas, como mostra a Figura 1.

**Figura 1 – Diagrama esquemático das principais categorias de turismo no espaço rural e seus principais objetivos e/ou atrativos**



Fonte: Elaborado pela autora com base em Tulik (2003) e Candioto (2010).

Assim, corroborando com as ideias de Motta (2013), Candiotto (2010) e outros autores quanto a dificuldade da conceituação e diferenciação teórica do termo turismo no espaço rural e das diferentes modalidades que os compõem, bem como visando a importância de se compreender a dinâmica das modalidades que dão suporte ao tema turismo rural pedagógico, objeto de estudo desta pesquisa, as próximas sessões são dedicadas a discutir os conceitos e diferenças entre turismo rural, agroturismo e turismo rural pedagógico, assim como as motivações e benefícios socioeconômicos que estas são capazes de promover aos agricultores familiares e a comunidade local.

### **2.3.1 Turismo rural e agroturismo: conceitos e diferenciação**

De acordo com a literatura consultada, o turismo rural e o agroturismo são modalidades de turismo no espaço rural capazes de proporcionar uma diversidade de benefícios socioeconômicos aos seus participantes e a comunidade onde estão inseridos, afirmando-se como uma estratégia reconhecida de desenvolvimento local. Neste contexto, Elesbão (2007, p. 50) argumenta que “[...] o desenvolvimento local envolve a descoberta, mobilização e valorização dos recursos locais, sendo que o turismo normalmente é apresentado como uma das atividades capazes de organizar e desenvolver as potencialidades”. Segundo Milani (2005), assim como Veiga (2005), o desenvolvimento local baseia-se no fato de que o desenvolvimento deve partir dos recursos específicos naturais, humanos e culturais de um determinado território e pressupõe uma transformação consciente da realidade local.

Frente a tal conjuntura, Klein (2012) salienta que a prática do turismo rural vem se expandindo de maneira significativa nas diferentes regiões brasileiras, destacando-se como uma atividade não agrícola, com potencial para promover o desenvolvimento local, favorecendo a dinamização social e econômica das áreas rurais. Corroborando com esta ideia, Anton-Clavé e López-Monné (1996) afirmam que o turismo rural pode ser útil para evitar problemas sociais e como instrumento para a conservação do patrimônio cultural para alcançar objetivos ambientais e garantir que os recursos naturais e culturais não sejam destruídos. Além do mais, segundo os autores, quando bem planejado o turismo rural é capaz de promover a integração da comunidade local através do apoio a economia local.

Embora consolidado há algum tempo no Brasil, a prática enfrenta dificuldades de conceituação e definição do termo. Tais dificuldades estão vinculadas à variedade de

diversificação de atividades que surgem a partir desse, e terminam por tratar o turismo rural como sinônimo de segmentos como agroturismo, turismo de aventura, etc. Segundo Graziano da Silva e Campanhola (2000), o turismo rural está relacionado a qualquer atividade de lazer e turismo que seja realizada em áreas rurais, envolvendo além do agroturismo, outras atividades não relacionadas às propriedades agropecuárias produtivas, ou com produção agropecuária. Neste sentido, Tulik (2003) argumenta que o turismo rural está relacionado às especificidades do meio rural como paisagem, estilo de vida e cultura.

Para o Ministério do Turismo (2003, s.p.), o turismo rural é definido como:

[...] conjunto de atividades desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade.

Ainda neste sentido, Calvente (2004, p. 11) argumenta que:

[...] o turismo rural pode ter como atrativos objetos e costumes herdados do passado, que apresentam um valor simbólico. É um turismo em paisagens naturais e paisagens agrárias, trazendo um retorno ao passado rural ou indígena; é também cultural; de pequenas igrejas e museus de colheitas, festas, costumes e crenças tradicionais, romarias, artesanato e comidas típicas, valorizando os produtos específicos do local. As áreas rurais brasileiras têm, portanto, por sua gênese e extensão, uma rica diversidade nesses aspectos, desde que o turismo rural não apresente como linha dominante a de ocorrer em um processo de imitação daquele que já existe em outros países, mas aproveite as características próprias de cada local, na riqueza da sociodiversidade e biodiversidade.

Quanto ao agroturismo, Candioto (2010, p. 11) salienta que além de todo o debate em torno dos conceitos de turismo no espaço rural e turismo rural, o conceito de agroturismo também é fundamental para a diferenciação das atividades turísticas realizadas no meio rural.

Para o autor,

[...] o agroturismo apresenta todos os atributos do turismo rural, sobretudo pelo fato de ser uma atividade realizada no espaço rural, e ter como principais atrativos as atividades agropecuárias, os produtos para agrícolas e o modo de vida rural. Ocorre, porém, que o diferencial do agroturismo em relação ao turismo rural diz respeito à participação direta e/ou indireta do turista em atividades comuns dos agricultores, como plantio, colheita, ordenha, entre outras. Nesse sentido, toda a oferta de agroturismo poderia ser classificada como turismo rural, porém nem toda a oferta de turismo rural pressupõe a existência do agroturismo.

Segundo McEnroe (2010), existem diversas definições que tentam explicar agroturismo e por isso é importante defini-lo. De acordo com o autor, o Centro de Pequena Agricultura da Universidade da Califórnia define o agroturismo como negócios realizados por agricultores ou pecuaristas em suas operações agrícolas, como o objetivo do divertimento ou

educação dos visitantes. Assim, o agroturismo é percebido como qualquer atividade de geração de renda conduzida através das práticas agropecuárias, que visa divertir ou educar os visitantes, incluindo a interpretação dos fatores naturais, culturais, históricos e ambientais da propriedade e da comunidade rural.

Corroborando com esta ideia, Portuguesez (2002) considera o agroturismo como a representação de uma modalidade de turismo desenvolvida em espaço rural praticada no interior das propriedades, de modo que o turista/excursionista tenha a possibilidade de entrar em contato com a atmosfera da vida no campo, integrando-se de alguma maneira aos hábitos da comunidade local, mesmo que seja por um curto período de tempo. Para Caliman (2005, p. 137),

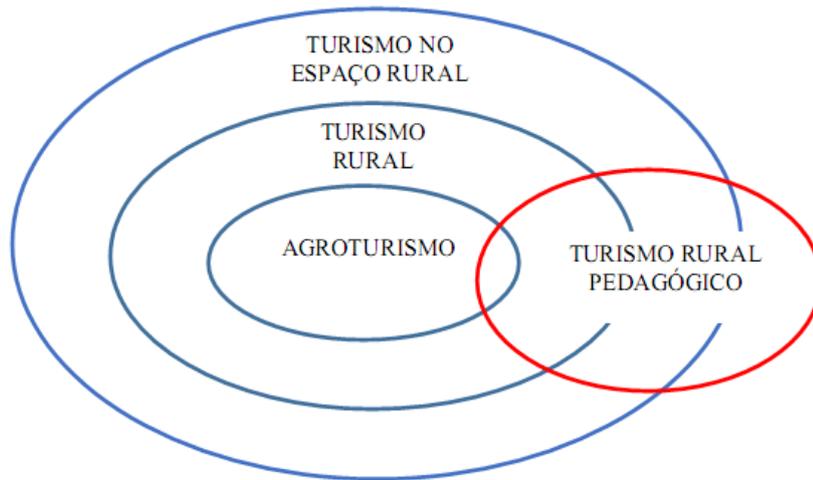
[...] o agroturismo é uma forma de turismo por si só, em que os turistas vão até determinada região exclusivamente para desfrutarem de atividades e produtos. Gera renda extra para os donos das propriedades e uma geração de empregos para o desenvolvimento da região, uma valorização da cultura local e um apelo à preservação da natureza. Seus atrativos vão desde técnicas e manejos agrícolas diferenciados, tratamento do gado, processo produtivo e comercialização de laticínios, doces, café, fubá, biscoitos, vinhos, massas, frutas, verduras orgânicas, artesanatos e outros produtos naturais, receptividade, cultura e história da população rural, clima agradável, e festas explorando os costumes culturais da região.

É perceptível que a discussão em torno dos diferentes conceitos e segmentações do turismo no meio rural é extensa. Buscando atender aos objetivos dessa pesquisa, nos posicionamos quanto a essas noções, a fim de compreender melhor nosso objeto de estudo. Desta forma, a partir das visões de diferentes autores, percebemos o agroturismo como parte do turismo rural. A principal característica que os diferencia está no fato de que os estabelecimentos que ofertam o agroturismo apresentam a produção agropastoril como a maior fonte de renda, e esta se constitui no maior diferencial turístico da propriedade, bem como a participação dos visitantes direta ou indireta nas atividades de produção, e/ou outras atividades comuns aos agricultores. O turismo rural, por sua vez, possui outros atrativos turísticos além do agroturismo, como por exemplo, os atrativos culturais e patrimoniais do meio rural, entre outros.

Frente a este contexto de numerosas segmentações de turismo no meio rural, percebe-se que muitas modalidades contemporâneas de turismo abarcam características tanto do turismo rural como do agroturismo. Entre essas novas modalidades ganha notoriedade o turismo rural pedagógico. Este se caracteriza pelo uso de atrativos como a exploração das atividades agropecuárias presentes nas propriedades rurais, o uso do patrimônio sociocultural do meio rural, uso do “saber-fazer” do homem do campo, entre outros atrativos comuns ao

agroturismo e ao turismo rural como ferramenta para a prática pedagógica. Neste sentido, o turismo rural pedagógico não pode ser classificado apenas dentro do agroturismo ou do turismo rural, mas sim como uma nova categoria que possui elos com estes segmentos, como mostra a figura 2.

**Figura 2 – Delimitação do turismo rural pedagógico frente as diversas segmentações do turismo no espaço rural**



Fonte: Elaborado pela autora com base nos autores Klein (2012) e Caliman (2005).

Assim como o turismo rural e o agroturismo, o turismo rural pedagógico por suas características didáticas, e por ser uma ferramenta capaz de promover a valorização do patrimônio sociocultural das comunidades rurais, e também o trabalho do agricultor, se consolida como uma possível fonte de desenvolvimento local. Autores como McEnroe (2010), Adams (2008), entre outros, argumentam que as “*educational farms*” ou propriedades rurais educacionais, apresentam-se como uma atividade apta a promover a dinamização da economia local através da geração de renda e empregos para os membros das famílias, da valorização dos produtos locais consumidos pelas crianças, muitas vezes vendidos às famílias que tendem, incentivados pelas crianças, a retornarem as propriedades pedagógicas e pela renda proveniente do próprio turismo rural pedagógico.

Além do crescimento econômico, McEnroe (2010) sugere que esta modalidade de turismo é responsável pelo aumento da liberdade e da segurança dos agricultores. Para o autor, esta multifuncionalidade das atividades agrícolas como as atividades pedagógicas e de produção são fundamentais para os agricultores que valorizam a liberdade. A renda adicional oriunda do turismo pedagógico garante que o produtor trabalhe de acordo com a sua própria vontade, ou seja, por não depender apenas da renda advinda da produção de alimentos e

matérias primas para as grandes indústrias agroalimentares, o produtor torna-se “mais livre” para decidir o que e quando produzir.

Assim, para compreender como o turismo rural pedagógico se propõe a atender as demandas da sociedade quanto à conscientização de jovens e crianças sobre o meio rural e a produção de alimentos, bem como a necessidade de valorização do meio rural, a próxima sessão abordará os conceitos e dinâmicas do turismo rural pedagógico no Brasil e no mundo.

#### 2.4 O TURISMO RURAL PEDAGÓGICO

Caracterizado por um conjunto de atividades práticas realizadas no âmbito da propriedade rural que utiliza como recurso didático as atividades agrícolas, a produção agropecuária e os recursos naturais e culturais ali existentes, o turismo rural pedagógico emerge como uma alternativa inovadora que reflete as características do novo rural (KLEIN, 2012, p. 42). Assim, o turismo rural pedagógico pode ser compreendido como uma atividade “nova”, que tem como base o uso dos recursos disponíveis no meio rural como ferramenta didática, o que vai ao encontro, muitas vezes, dos objetivos e características do turismo pedagógico e/ou turismo educativo. Todavia, apesar dos dois segmentos – turismo pedagógico e turismo rural pedagógico – tratarem de práticas pedagógicas, estas apresentam diferenças relevantes que merecem ser discutidas para um melhor esclarecimento de ambos os termos.

O turismo pedagógico teve seus primeiros registros nas décadas de 1930 e 1940. As iniciativas buscavam promover uma maior interação do aluno com a natureza, de modo a completar os estudos em sala de aula, como relatam Gabrielsen e Holtzer (1971) em sua obra *Educación al aire libre*. Para Beltrame (2008), o turismo pedagógico possibilita às instituições de ensino proporcionar aos alunos que aprendam na prática o que foi visto teoricamente na sala de aula, utilizando as viagens de estudo como mecanismo eficaz e facilitador do processo educacional. Acredita-se que o emprego de métodos de ensino que permitam ao estudante vivenciar algum tipo de experiência aumenta a eficácia da aprendizagem. Desse modo, o turismo pedagógico é definido por Peccatiello (2005, p. 6), como

[...] uma estratégia didática que permite a utilização do ambiente como recurso de ensino já que é uma viagem de estudo do meio e possibilita vias de acesso ou de trocas entre alunos, professores e o meio. [...] O turismo pedagógico promove a interdisciplinaridade. Esta característica compreende a inter-relação entre as disciplinas e também a interação entre ciência e ser humano, confluindo para a formação de pessoas mais críticas, com condições para, ao invés de reproduzir,

produzir conhecimento e, por conseguinte, capazes de desenvolver a ciência e não, simplesmente, absorvê-la.

Apesar de ser uma prática que pode ser vivenciada tanto no meio urbano quanto no meio rural, diversos trabalhos relatam a importância dessa atividade pedagógica na interação com a natureza. Neste sentido, Perinotto (2008) argumenta que o turismo pedagógico é uma ferramenta de educação ambiental que, na prática, demonstra a teoria das salas de aula. Pode ser vivenciado junto à natureza e ao campo, onde os alunos entram em contato com a comunidade local, sentem as dificuldades do cotidiano da localidade e adquirem novos conhecimentos e informações sobre o espaço rural, interagindo com os atrativos/recursos turísticos visitados.

Quanto ao turismo rural pedagógico, este difere do turismo pedagógico por ser uma atividade recente e que tem como instrumentos didáticos as atividades de exploração agropecuárias, os recursos naturais e culturais exclusivos das propriedades rurais. No Brasil, o termo TRP surgiu no ano de 2005 e foi definido pela Associação Brasileira de Turismo Rural (ABRATURR/ECA JR., 2005, p. 6) como:

[...] o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com o meio ambiente e a produção agropecuária e/ou com os valores históricos de produção no universo rural, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural natural da comunidade que fundamentalmente tem um acompanhamento didático pedagógico com o objetivo de aquisição de conhecimento.

Alguns países europeus, assim como Japão, Estados Unidos e Noruega, apesar de não utilizarem o termo turismo rural pedagógico, como mostram as informações contidas no Quadro 1, já vêm desenvolvendo, nas propriedades rurais, atividades pedagógicas ao longo das últimas décadas.

**Quadro 1 – Expressões usadas nos principais países para designar as atividades pedagógicas desenvolvidas em propriedade rurais.**

<b>País</b>	<b>Expressão</b>
Brasil	Turismo Rural Pedagógico
Estados Unidos	Educational Farms
França	Fermes Pédagogiques
Noruega	Pedagogiske Gårder
Itália	Fattorie Didattiche
Japão	Educational Farms
Portugal	Quintas Pedagógicas

Fonte: Elaborado pela autora, com base na literatura consultada (2015).

Para Napoli (2010), as unidades pedagógicas são propriedades rurais compelidas pela necessidade de uma comunicação direta com os cidadãos, os quais se encontram afastados parcialmente da sua relação com a indústria agroalimentar. Segundo o autor, no contexto europeu as propriedades pedagógicas não têm professores ou assistentes para instruírem nas atividades pedagógicas, mas sim agricultores experientes, os quais têm habilidade crítica para responder as curiosidades dos visitantes, não apenas quanto às atividades agrícolas e os animais, mas também sobre os valores sociais, econômicos, culturais e ambientais das atividades.

Segundo Adams (2008), quando bem planejadas as propriedades rurais educacionais podem resultar em um cenário mais saudável, com a satisfação de saber que através desta se está contribuindo para a preservação das habilidades tradicionais e/ou da arte do conhecimento do meio rural para o mundo. Admitindo esta ideia, Klein, Troian e Souza (2011, p. 119), alegam que o TRP “possibilita o contato com diferentes culturas e costumes, aproximando pessoas, integrando campo e cidade e valorizando espaços antes configurados como lugares atrasados e sem perspectivas de desenvolvimento”.

Assim, as propriedades rurais pedagógicas contribuem de forma fundamental na introdução de novas gerações ao meio rural, a partir do contato e troca de experiências diretas com o rural. Para Ohe (2007) essa função educativa da agricultura desenvolvida via propriedades pedagógicas desempenha um papel cada vez mais importante na sociedade atual, na medida em que permite aos estudantes a oportunidade de aprender temas relacionados à alimentação e ao patrimônio rural.

Já para GURRIERI (2008), estas propriedades representam locais que favorecem uma conexão direta entre a cidade e o campo, entre produtor e cidadão, entre o agricultor e o

consumidor, caracterizando-se numa importante ferramenta capaz de impedir a dispersão do patrimônio sociocultural existente no meio rural, relativo principalmente ao meio ambiente e a produção de alimentos. Ainda nesta direção, o autor ressalta que este “aprender fazendo” promove não apenas a educação alimentar e ambiental de crianças e jovens, mas também de suas famílias.

Assim, o TRP pode ser qualificado não apenas como um instrumento que perpassa as atividades educacionais desenvolvidas a partir de práticas agrícolas e agropecuárias, mas também como um processo que busca a formação de uma nova geração, capaz de compreender o valor de suas escolhas, não apenas como ato individual, mas capaz de valorizar as tradições, o meio rural, e dessa forma construir uma sociedade apta a promover o desenvolvimento com mais equidade, consciência ambiental e justiça social. Neste sentido, esta modalidade de turismo surge como uma estratégia de desenvolvimento local, na medida em que abrange não apenas benefícios aos estudantes, mas também pode proporcionar uma nova dinâmica socioeconômica nas comunidades rurais onde é desenvolvido.

Buscando identificar quais são as motivações dos agricultores familiares participantes do turismo rural pedagógico e os benefícios socioeconômicos que este é capaz de promover, não só aos agricultores, mas à comunidade rural ao seu entorno, ampliaremos na sessão seguinte as discussões a respeito das diferentes motivações e benefícios socioeconômicos do turismo rural e agroturismo.

## 2.5 MOTIVAÇÕES E BENEFÍCIOS SOCIOECONÔMICOS DO TURISMO RURAL E AGROTURISMO: COMPREENDENDO O TURISMO RURAL PEDAGÓGICO

O turismo rural pedagógico mostra-se como uma estratégia promissora de desenvolvimento local, à medida em que busca esse desenvolvimento a partir do uso e da valorização dos recursos locais, bem como através da participação direta dos atores locais no processo de planejamento, implementação e controle das ações de desenvolvimento. Assim, identificar e classificar as razões pelas quais os empreendedores do TRP investem nesse ramo, bem como suas motivações para permanecer no mesmo torna-se uma ferramenta fundamental na compreensão e promoção do desenvolvimento das comunidades envolvidas.

No que tange as motivações, esta pode ser conceituada como algo que faz uma pessoa agir ou o processo de estimular uma pessoa a agir. A palavra é frequentemente utilizada para descrever aqueles processos que instigam um comportamento; fornecem direção e propósito

ao comportamento; permitem a persistência do comportamento; conduzem as escolhas ou preferências de um determinado comportamento. A motivação é complexa e muitas variáveis intrínsecas e extrínsecas influenciam o processo em determinado momento. As influências motivacionais de hoje podem ser diferentes do amanhã, e metas em curto prazo podem preceder sobre as de longo prazo (ASSIS; NAHAS, 1999).

Logo, pode-se conceber que a motivação é uma variável que sofre influências de acordo com o tempo, o espaço e fatores subjacentes. Assim, no meio rural como nos demais meios da sociedade a tomada de decisão dos moradores rurais e/ou agricultores está sujeita não apenas a sua vontade pessoal, mas também a aspectos externos. Desse modo, compreender as motivações que levam os agricultores a diversificarem suas atividades pode facilitar a criação e aplicação de políticas públicas que promovam o desenvolvimento rural.

De um modo geral, a diversificação agrícola através de estratégias alternativas como o agroturismo<sup>3</sup> representa uma oportunidade para agricultores e pecuaristas se manterem em meio a um mercado flutuante (MCENROE, 2010). Conforme Nickerson, Black e McCool (2001), o declínio no lucro e na renda do setor agrícola na década de 1980 pressionou os agricultores a reduzirem os custos da produção e a buscarem o aumento da renda. Para tal, as duas opções encontradas pelos agricultores foram: a busca de empregos fora das propriedades ou a diversificação das mesmas. Neste sentido, a exploração de empresas alternativas como o agroturismo tornou-se uma estratégia de “sobrevivência” das famílias rurais americanas. Comen e Foster (2002) argumentam que o turismo rural representa além de uma renda complementar a agricultura, uma forma das famílias permanecerem no rural.

Corroborando com essa ideia, McGehee e Kim (2004, p. 161) afirmaram em seu estudo sobre as motivações dos empreendedores do agroturismo da Virginia que:

[...] a baixa dos preços das *commodities* agrícolas, o aumento dos custos de produção, a globalização, a industrialização, a invasão do desenvolvimento suburbano, a perda de apoio governamental nos programas agrícolas, e a instabilidade dos mercados de *commodities*, levaram as famílias de agricultores a explorar a viabilidade das estratégias econômicas alternativas, em um esforço para preservar a agricultura familiar. Entre essas estratégias alternativas estão o recebimento de compensação por parte do Estado, expansão do tamanho das propriedades, especialização da produção, inserção de atividades não agrícolas, abandono total da agricultura, e principalmente o desenvolvimento de empresas agrícolas alternativas, como é o caso do agroturismo.

---

<sup>3</sup> O termo “agritourism” é utilizado nos Estados Unidos para designar as atividades não apenas de agroturismo, mas também de turismo rural. Neste sentido, quando referente a estudos ou autores americanos, o termo agroturismo será usado no texto para referir-se ao turismo rural e ao agroturismo.

De acordo com os autores, muitos trabalhos sobre o tema realizados no final da década de 1990 e década 2000 apontam as razões econômicas como as mais óbvias e prevaletentes. No entanto, assim como ocorre nos demais empreendimentos econômicos, as motivações podem mudar ao longo do tempo, como observado no Reino Unido. Lá a motivação inicial dos empreendimentos de agroturismo, baseada em aspectos sociais e culturais passou a ser financeira na medida em que esta atividade tornou-se a principal fonte de renda das propriedades rurais. Todavia, trabalhos realizados nas últimas duas décadas demonstram que o rendimento extra, obtido através do agroturismo, em sua maioria, não é significativo, o que prova a existência de outras motivações além das econômicas. Aspectos como troca de experiência, contato com pessoas diferentes, importância da partilha, necessidade de socialização e de educar os consumidores são citadas como as razões sociais mais indicadas pelos empreendedores do agroturismo.

Apesar da existência de um grande número de trabalhos indicando as motivações para se empreender no agroturismo, os pesquisadores apontam o baixo número de trabalhos teóricos capazes de justificar tais motivações. Desta forma, procurando compreender o ambiente microeconômico, mais especificamente o papel do indivíduo no ambiente, McGehee e Kim (2004) usaram a teoria da racionalidade formal e substantiva de Weber<sup>4</sup> para analisar as motivações dos empreendedores do agroturismo da Virginia. Weber define a racionalidade formal como a identificação dos meios, cujo objetivo final é a provisão das necessidades, o que é essencial para a economia racional diária e é capaz de ser expressa em termos calculáveis. Já a racionalidade substantiva descreve as escolhas motivadas pela satisfação, que vão além das necessidades econômicas. Assim como as demais empresas, os empreendimentos de agroturismo não possuem uma motivação singular, sendo necessário que os empresários encontrem seu lugar no *continuum* entre racionalidade formal e substantiva (MCGEHEE; KIM, 2004).

Para a realização do estudo os autores aplicaram um questionário padrão a 412 estabelecimentos de agroturismo da Virginia. O instrumento da pesquisa tinha duas partes: a primeira parte referente à identificação desses estabelecimentos e proprietários (tamanho das propriedades, tempo na agricultura, forma de agricultura, funcionários, renda, pretensões futuras quanto ao agroturismo); a segunda parte apresenta uma lista com 11 motivações (flutuações da renda agrícola, emprego para os membros da família, renda adicional, redução do apoio governamental para agricultura, atender as necessidades do mercado do turismo,

---

<sup>4</sup> Ver: SELL, E. Racionalidade e Racionalização em Max Weber. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 27, n. 79, 2012.

incentivo fiscais, companheirismo dos visitantes, *hobby*, utilizar plenamente os recursos da propriedade, observação do sucesso de outros empreendimentos de agroturismo, educação do consumidor), as quais foram classificadas em uma escala de um a cinco pelos empreendedores quanto a sua importância.

Os dados foram analisados primeiramente através de um perfil descritivo dos empreendimentos e seus proprietários. A segunda etapa constou de uma classificação das motivações socioeconômicas, a fim de delinear as motivações subjacentes dos empreendimentos de agroturismo. Deste modo, as motivações foram categorizadas em: Motivação Formal (flutuações da renda agrícola, emprego para os membros da família, redução do apoio governamental para agricultura, observação do sucesso de outros empreendimentos de agroturismo), Motivação Formal-Substantiva (renda adicional, utilizar plenamente os recursos da propriedade, atender as necessidades do mercado do turismo, educação do consumidor) e Motivação Substantiva-Formal (*hobby*, companheirismo dos visitantes, incentivos fiscais). Por fim, foi realizada a análise estatística para verificar se existiu uma diferença significativa em relação à base das informações gerais dos empreendimentos e suas motivações.

Através dessa metodologia, McGehee e Kim (2004) constataram que, de um modo geral, a principal motivação foi a renda adicional seguida do uso pleno dos recursos da propriedade e da necessidade de educar os consumidores. No entanto, percebeu-se que as motivações variam de acordo com as características das propriedades como, por exemplo, tamanho da propriedade, forma de agricultura e fonte principal de renda.

O estudo desenvolvido na Virginia teve como base a pesquisa de Nickerson, Black e McCool, realizada no ano de 2001 no estado de Montana (EUA). O estudo de Montana teve como objetivo comparar e classificar os níveis de importância das razões para a diversificação das propriedades agrícolas através do agroturismo e verificar a correlação dessa classificação com aspectos demográficos. Com base na literatura os autores desenvolveram uma lista (também usada por McGehee e Kim em seu estudo na Virginia) com as 11 principais razões para a diversificação das propriedades através do turismo rural e/ou agroturismo.

Flutuações da renda agrícola, emprego para os membros da família, renda adicional, redução do apoio governamental para agricultura, atendimento às necessidades do mercado do turismo, incentivos fiscais, companheirismo dos visitantes, *hobby*, utilização plena dos recursos da propriedade, observação do sucesso de outros empreendimentos, educação do consumidor, foram elencadas pelos autores como as 11 principais razões para motivar os agricultores a diversificar suas propriedades agrícolas, pois são fatores com grande influência

sobre o modo de vida rural. Para eles as flutuações sazonais da renda agrícola podem ser “aliviadas” através da interação de diferentes atividades econômicas. Além disso, atividades como o turismo rural e o agroturismo podem solucionar problemas como a falta de emprego para membros da família, o que, por sua vez, assegura a permanência no campo. Quanto à renda adicional, os autores argumentam sobre a necessidade de muitos agricultores terem um complemento à renda agrícola. Assim, em certas propriedades rurais o turismo e a agricultura podem representar uma simbiose e prover a renda necessária para a família se manter no campo.

A eliminação ou redução de muitos programas governamentais de apoio à agricultura, assim como os incentivos fiscais dados a quem diversifica, acentuam a necessidade de investir em outras atividades no meio rural. Ainda, neste sentido, Nickerson, Black e McCool (2001) salientam que, no entanto, muitas vezes os benefícios sociais que o agroturismo promove podem superar os benefícios econômicos. Esse é o caso dos agricultores que relatam a importância do companheirismo dos visitantes. Além disso, fatores como fazer do *hobby* um negócio viável, usar de maneira plena os recursos da propriedade como usar a terra e as atividades agrícolas para explorar o turismo e ainda ser responsável pela educação dos consumidores quanto à importância do meio rural, de modo que esses passem a apoiar a agricultura, são aspectos que valorizam a agricultura e os agricultores, o que motiva os agricultores a diversificarem suas atividades.

Assim, a partir dessa lista de motivações os pesquisadores aplicaram um questionário a 292 proprietários rurais de Montana envolvidos com o agroturismo ou que pretendiam investir nesta área. Neste questionário, os proprietários classificaram as 11 motivações listadas pelos autores numa escala de 1 a 5, conforme sua relevância. Após a coleta foram realizadas as análises dos dados demográficos (tipo de atividade, tempo na agricultura, localização, trabalho com turismo ou pretensão investir, tempo no turismo rural, tamanho da propriedade) e a ANOVA<sup>5</sup> para as razões para diversificar e sua correlação com os dados demográficos.

Nickerson, Black e McCool (2001) concluíram que existem três conjuntos de razões: as econômicas, sociais e as motivadas por influências externas. A partir desses três tipos de razões existem três tipos de empreendedores de agroturismo, são eles: os multidimensionais, que têm uma variedade de razões para diversificar; os economistas, que são influenciados por

---

<sup>5</sup> ANOVA: Análise de variância é um teste estatístico que visa fundamentalmente verificar se existe uma diferença significativa entre as médias e se os fatores exercem influência em alguma variável dependente. A principal aplicação da ANOVA é a comparação de médias oriundas de grupos diferentes, também chamados tratamentos.

questões financeiras; os formadores de opinião, que são na sua maioria influenciados pelas forças externas. De acordo com os resultados da pesquisa, no estado de Montana a maioria dos investimentos em agroturismo foram motivados por razões econômicas (61%), seguidas das razões sociais e externas. De um modo geral, observou-se que os proprietários rurais que ainda não trabalham com turismo, mas que pretendem investir neste segmento pertencem ao grupo dos multidimensionais e formadores de opinião, já quem exerce esta atividade há algum tempo encontra-se no grupo dos empreendedores economistas. Em relação ao tamanho das propriedades, os proprietários com as maiores extensões de terra pareceram sentir mais os reflexos econômicos, relatando como suas principais motivações as questões financeiras. Já os proprietários com as menores extensões de terra incluíram-se no grupo dos empreendedores multidimensionais.

Tais resultados são justificados pelas dificuldades econômicas enfrentadas por esses agricultores, que lidam com fatores como o alto custo da produção e o baixo preço pago as culturas agrícolas, etc. No caso de Montana, os agricultores ainda encaram os altos impostos cobrados pelas terras, o que justifica a necessidade econômica de diversificar as grandes propriedades. Para os autores, muitos desses agricultores que diversificam através do turismo não veem à agricultura como um trabalho, mas sim como um modo de vida. Assim, a diversificação das atividades nas propriedades rurais torna-se a única estratégia para garantir a “sobrevivência” e manutenção do modo de vida rural.

Para Comen e Foster (2002), em estudo sobre a diversificação agrícola e o agroturismo em Vermont, os principais fatores para a diversificação são: a diversificação do fluxo de renda, as razões sociais ou econômicas impulsionadas por mudanças no padrão de vida familiar, o interesse em educar os consumidores e de proporcionar emprego para os membros da família. Segundo os autores, a renda proporcionada pelo agroturismo permite a introdução do capital na agricultura, reduzindo a dependência de capital externo. No que tange esta ideia, Vogeler (1975), buscando compreender o agroturismo no capitalismo agrário, entrevistou 257 proprietários de estabelecimentos nos Estados Unidos, procurando entender por que embora as motivações iniciais de aumento de renda desse tipo de empreendimento não são atingidas, os estabelecimentos se mantêm no negócio.

Através do questionário aplicado o autor percebeu que as motivações iniciais eram monetárias como renda adicional e utilização rentável dos espaços em desuso da propriedade. Em segundo lugar os empreendedores relataram as razões financeiras e impessoais como conhecer pessoas, realizar um trabalho interessante, otimizar o tempo livre dos aposentados,

etc. Em terceiro lugar o autor ressaltou as razões apenas impessoais como ter o espaço físico ideal para implementar essa modalidade de turismo.

Apesar de suas expectativas iniciais de incrementar sua renda através do agroturismo, os empreendedores apresentaram uma escala diferente das vantagens que se tem ao entrar para esse tipo de negócio. Vogeler (1975) relatou que a interação com os visitantes foi citada como a maior vantagem do agroturismo. Para o autor, o fato dos proprietários não alcançarem o rendimento esperado após o primeiro ano de investimentos em agroturismo, faz com que estes percebam este tipo de negócio como não lucrativo. Desta maneira, os agricultores passaram a salientar as vantagens pessoais do agroturismo no lugar das vantagens financeiras.

Conforme o autor, a permanência nesse tipo de negócio mesmo sem frutos econômicos caracteriza a autoexploração dos agricultores. Para ele a exploração em um sistema econômico ocorre quando a renda do trabalhador é menor que a riqueza total produzida por ele. Logo, a autoexploração das famílias de agricultores é explicada em virtude do desejo dos pequenos agricultores de se manterem na posição de capitalista. Embora as famílias urbanas que participam das atividades de agroturismo possuam alto nível de escolaridade e de remuneração, elas contribuem para esse tipo de exploração enquanto remuneram “mal” tal serviço. Apesar do processo de autoexploração embutido, muitas vezes nas atividades de agroturismo, como afirma Vogeler (1975), visitantes e agricultores buscam através dessas alternativas de diversificação benefícios pessoais e econômicos não encontrados na sociedade moderna americana, em virtude de suas deficiências.

Assim como os resultados obtidos em estudos realizados nos Estados Unidos, Getz e Carlsen (2000) a partir da análise de 12 famílias de empreendedores de turismo rural na Austrália Ocidental relataram entre as principais motivações o estilo de vida atraente (34,1%), a oportunidade de negócio (27,6%) e a diversificação do trabalho agrícola (9,7%). Quando questionados quanto à importância de determinados fatores para o início da atividade de turismo rural, os proprietários citaram a importância de ter o ambiente certo para desenvolver essa atividade como o aspecto mais relevante, seguido da busca por qualidade de vida.

Na região de Galiza, Espanha, Dieguez-Castrillon *et al.* (2012, p. 378) observaram que a motivação está também relacionada ao gênero. Após a análise de 115 estabelecimentos, os autores perceberam que as mulheres apresentam mais razões financeiras para iniciar a atividade de turismo rural do que os homens. Conforme os autores, as mulheres, muito mais do que os homens, respondem aos habituais motivos de diversificação produtiva no rural: a geração de rendas que garanta a sobrevivência financeira. Para eles,

[...] a principal motivação para as mulheres é a obtenção de rendimentos adicionais. Estatisticamente, observam-se diferenças significativas entre os valores médios, tanto no aproveitamento do nicho de mercado quanto na situação dos mercados agrários e a melhora do uso dos recursos econômicos.

Segundo os autores, este tipo de negócio beneficia a equidade social por proporcionarem uma via de entrada no mercado de trabalho rural, no qual as perspectivas de emprego são escassas. A aparição destes pequenos negócios ajuda a geração de atividade econômica diversificada e dinâmica, contribui para melhorar a qualidade de vida da população e dinamiza a economia local (CASTRILLON *et al.*, 2012). Nesta linha, Elesbão (2007, p. 89) afirma que,

Todo o processo de (re) valorização do rural, com a constituição de uma demanda por espaços outrora ocupados somente pela produção agropecuária e que agora passam a ser destinados também para o lazer e o turismo, trazem oportunidades junto a determinadas comunidades rurais podendo então contribuir para engendrar uma nova dinâmica nesses espaços.

Para Sonnino (2004) o agroturismo é uma estratégia sustentável que pode promover o crescimento econômico, ligando diferentes atividades econômicas, reforçando simultaneamente a conservação do meio ambiente, incentivando a agricultura de baixo impacto que responde pela busca do turista por um produto rural autêntico. Já segundo Adams (2008), existem três diferentes maneiras em que o agroturismo pode gerar benefícios econômicos aos agricultores: vender mais produtos agrícolas aos clientes adicionais que são atraídos pelas práticas agropecuárias; agregação de valor ao produto agrícola e o estabelecimento de um mercado de produtos de valor agregado; a aferição de renda a partir do agroturismo em si.

Além de seus benefícios econômicos o agroturismo é responsável por efeitos tangíveis e intangíveis nas comunidades rurais onde essa prática é desenvolvida (DAS; RAINEY, 2009). Como exemplo dos efeitos tangíveis os autores relatam a oportunidade de novos postos de trabalho e receitas fiscais, enquanto como efeitos não tangíveis citam as estruturas sociais e a qualidade de vida dos residentes em destinos turísticos (agricultores). Para eles o agroturismo permite o interesse das gerações mais jovens em uma produção agrícola sustentável e ajuda a preservar a vitalidade rural, social e ambiental. Em acordo com os autores acima, Guzzatti (2010) destaca que os principais benefícios desta modalidade de turismo são: geração de renda e emprego dentro das propriedades rurais; impacto na autoestima dos agricultores; valorização das atividades rurais cotidianas; enaltece o lugar e modo de vida dos agricultores; cria novas utilidades para instalações ociosas nas propriedades

rurais, viabilizando a diversificação das atividades rurais; possibilita a troca de conhecimentos (viajar sem sair do lugar) para os agricultores; estimula o conhecimento de outras regiões do mundo, através de viagens de intercâmbio; atrai de forma expressiva o interesse de pessoas mais jovens; entre outros.

Conforme McEnroe (2010), além de permitir que os consumidores se sintam mais conectados com a produção de alimentos, o agroturismo pode ser utilizado como uma ferramenta educacional. Corroborando com esta idéia, Sznajder, Przezbórska e Scrimgeour (2009) destacam as múltiplas funções do agroturismo como as funções econômica, espacial e ambiental e função sociopsicológica. Dentro da função sociopsicológica, que condiz com a ampliação do respeito pela comunidade rural, ao entrelaçamento entre culturas urbanas e rurais, a obtenção de novas habilidades e experiências e a oportunidade para contemplar contatos com um estilo de vida tradicional, favorecendo o aprendizado sob sua área local, sua história e atrações, os autores ressaltam a função educativa do agroturismo. Para eles o agroturismo está também relacionado com o aprendizado a respeito do mundo rural e suas peculiaridades (natureza, herança cultural, os produtos agrícolas, as práticas dos produtores) e as oportunidades de participação no trabalho agrícola, as quais permitem aos turistas expressar sentimentos próprios e desenvolver sua criatividade, contribuindo ainda para a boa saúde (condições climáticas, alimentação e prática de exercícios, por exemplo).

Assim, a análise sob o ponto de vista dos empreendedores e da comunidade sobre os benefícios socioeconômicos promovidos pelo turismo rural pedagógico a si e as famílias, da mesma maneira que a identificação e classificação das motivações referentes a este segmento podem auxiliar na compreensão e entendimento do processo de valorização do meio rural, bem como do desenvolvimento rural das comunidades envolvidas.

**Quadro 2 – Principais temas, autores e suas contribuições para a revisão de literatura**

<b>Temas</b>	<b>Contribuições</b>	<b>Principais Referências</b>
Nova dinâmica rural	-Transformações no meio rural -Modernização da agricultura -Complexos agroindustriais -Crise modelo produtivista -“Nova” ruralidade	Graziano da Silva (1990; 1997; 2000) Kageyama (2008) Wanderley (2000) Abramoway (2003)
Multifuncionalidade da agricultura	-Novos conceitos -Nova dimensão da agricultura -Novas funções e ocupações no meio rural -Atividades não agrícolas	Graziano da Silva (1997; 2002) Carneiro (2002; 2006; 2008) Candiotto (2009) Sabourin (2008) Wanderley (2003)
Turismo no meio rural	-Conceituação e diferenciação dos segmentos de turismo -Turismo rural e agroturismo -Surgimento do TRP	Tulik (2003) Motta (2013) Campanhola e Graziano da Silva (2000) Calvente (2004) Portuguez (2002) Candiotto (2010)
Turismo rural pedagógico	-Conceituação -Turismo Pedagógico X TRP -TRP no mundo -TRP no Brasil - Funções do TRP	Klein (2012) Peccatiello (2005) Napoli (2010) Adams (2008) Ohe (2007)
Motivações e benefícios do turismo rural e agroturismo: compreendendo o TRP	-Desenvolvimento local -Valorização do meio rural -Dinâmica da economia local -Variáveis da motivação -Motivações dos empreendedores de turismo rural na América do norte e Europa -Benefícios gerados	Elesbão (2007) McEnroe (2010) Adams (2008) McGehee e Kim (2004) Nickerson, Black e McCool (2001) Guzzatti (2010)

Fonte: Elaborado pela autora com base na literatura consultada (2015).

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De acordo com Lima e Miotto (2007), ao apresentar a metodologia que compõe determinada pesquisa busca-se apresentar o “caminho do pensamento” e a “prática exercida” na apreensão da realidade, e que se encontra intrinsecamente constituídos pela visão social de mundo veiculada pela teoria da qual o pesquisador se vale. Ou seja, pode-se considerar a metodologia como uma forma de discurso que apresenta o método escolhido como lente para o encaminhamento da pesquisa. Neste contexto, Minayo (1994, p. 22) afirma que “é a metodologia que explicita as opções teóricas fundamentais, expõe as implicações do caminho escolhido para compreender determinada realidade e o homem com ela”.

Segundo Brumer *et al.* (2008), o detalhamento do procedimento metodológico é uma estratégia que permite o planejamento operacional da pesquisa, servindo como um guia ao pesquisador e a avaliação de sua viabilidade. Dessa forma, a seguinte sessão descreve a metodologia usada na presente pesquisa.

#### 3.1 SOBRE A PESQUISA: TÉCNICAS METODOLÓGICAS E AMOSTRAGEM

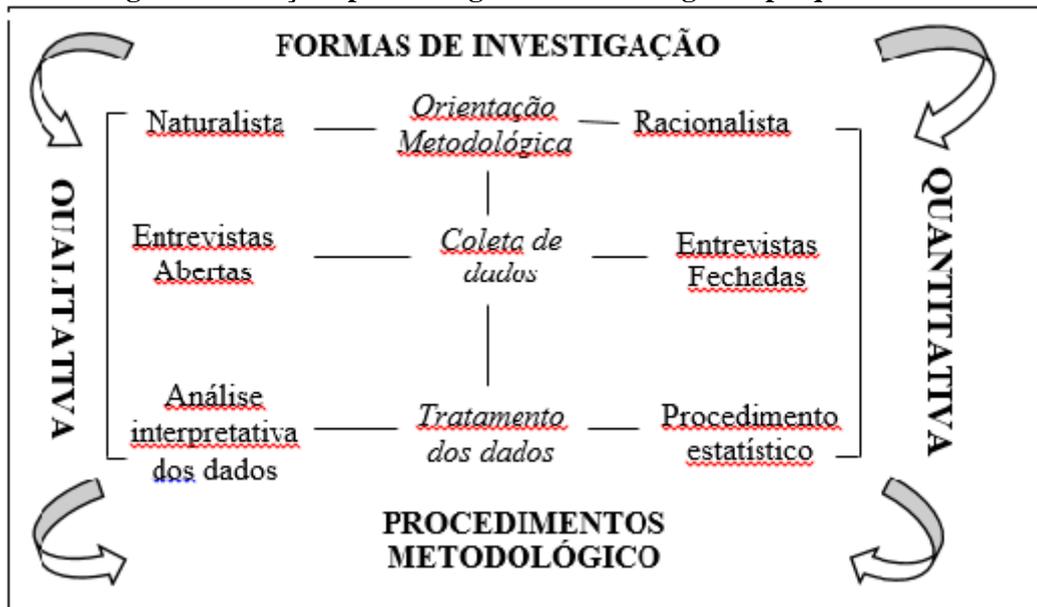
O método utilizado neste estudo está alicerçado nas abordagens qualitativa e quantitativa, ou seja, método misto. Optou-se por tal método, pois a problemática de pesquisa e objetivos definidos exigiram a coleta e interpretação de dados qualitativos, assim como a exploração e o tratamento de dados numéricos.

Segundo Morais e Neves (2007) a metodologia mista (qualitativa – quantitativa) se expressa, não no sentido de integrar duas formas de investigação, mas no sentido de utilizar características associadas a cada uma dessas formas, como mostra a figura 3. De acordo com Johnson *et al.* (2007, p. 123) o método misto pode ser definido como,

[...] o tipo de pesquisa na qual o pesquisador ou um grupo de pesquisadores combinam elementos de abordagens de pesquisa qualitativa e quantitativa (ex., uso de perspectivas, coleta de dados, análise e técnicas de inferência qualitativas e quantitativas) com propósito de ampliar e aprofundar o conhecimento e sua corroboração.

Um estudo tende a ser mais qualitativo do que quantitativo ou vive versa. Neste sentido, o método misto se encontra no meio deste *continuum*, pois incorpora elementos de ambas as abordagens qualitativa e quantitativa (CRESWELL, 2009, p. 3).

Figura 3 - Posição epistemológica da metodologia da pesquisa mista



Fonte: Adaptado de Moraes e Neves (2007).

Uma pesquisa qualitativa examina em profundidade e em extensão as qualidades de um fenômeno. Esta abordagem utiliza como procedimentos de coleta de dados, por exemplo, entrevistas e observações em diferentes modalidades, mas cuja característica recorrente é sua menor rigidez em comparação com o questionário padronizado, pois permite ao informante maior liberdade de manifestação e, ao pesquisador, identificar e compreender dimensões subjetivas da ação humana (PINTO; GUAZZELLI, 2008). Já Pérez (2005, p. 187) argumenta que,

A análise qualitativa em turismo é uma forma sistemática de interpretar a realidade e de entender os fenômenos turísticos como instrumentos proporcionados pela visão da realidade, opiniões e experiências dos pesquisadores e dos grupos observados, informantes e participantes das pesquisas.

Para tanto, é preciso que o pesquisador vá a campo buscando captar o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas considerando todos os pontos de vista relevantes (GODOY, 1995).

Já a pesquisa quantitativa, segundo Richardson (1989), caracteriza-se pela quantificação tanto na coleta das informações quanto no seu tratamento por meio de técnicas estatísticas. Conforme o autor, este método é frequentemente aplicado nos estudos descritivos (aqueles que procuram descobrir e classificar a relação entre variáveis), os quais propõem investigar “o que é”, ou seja, a descobrir as características de um fenômeno como tal. Dessa forma, considerando os objetivos em questão, propôs-se a realização de uma pesquisa mista

(qualitativa e quantitativa), de caráter descritivo, e que aproxima-se de um estudo múltiplo de caso.

De acordo com Creswell (1997, p. 61), o estudo de caso é definido como a “[...] exploração de um sistema limitado ou um caso (ou múltiplos casos) [...] que envolve coleta de dados em profundidade e múltiplas fontes de informação em um contexto”. Justifica-se a escolha dessa abordagem para a seguinte pesquisa por tratar do estudo de um fenômeno social contemporâneo pouco estudado. Dessa forma, optou-se pelo estudo múltiplo de caso, pois de acordo com Yin (2005), este tipo é aconselhado pelo fato de possibilitar conclusões analíticas mais contundentes. Conforme Stake (2000), no estudo de caso múltiplo ou coletivo o pesquisador estuda conjuntamente alguns casos para investigar um dado fenômeno, podendo ser visto como um estudo instrumental<sup>6</sup> estendido a vários casos. Para o autor, os casos individuais que se incluem no conjunto estudado podem ou não ser selecionados por manifestar alguma característica comum. Eles são escolhidos, pois se acredita que seu estudo permitirá melhor compreensão ou mesmo melhor teorização sobre um conjunto ainda maior de casos.

No que se refere à validade interna, Yin (2005) salienta que os estudos de caso são avaliados pela qualidade de articulação teórica e adequação entre os modelos de análise e modelos teóricos utilizados. Quanto à validade externa, não há pretensão de possibilitar generalização estatística, mas objetiva-se possibilitar generalização analítica, através da expansão e criação de teorias. Ainda, de acordo com o autor, o estudo de caso pode ser definido como “uma investigação empírica que, investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. O autor argumenta ainda que os estudos de caso são mais apropriados quando se pretende explicar “como” ou “por que” determinado fenômeno ocorre. Goode e Hatt (1975) afirmam que o estudo de caso é uma forma de organizar dados sociais, de modo que se mantenha o caráter unitário do objeto social que está sendo estudado, podendo ser uma pessoa, uma família ou um grupo social, um conjunto de relações ou processos e, até mesmo, uma cultura.

Quanto ao tipo de amostragem escolhida para este estudo, optou-se pela amostragem intencional não probabilística. Segundo Gil (1991) este tipo de amostragem é baseado na escolha deliberada e exclui qualquer processo aleatório. Os elementos que deverão compor a

---

<sup>6</sup> De acordo com Stake (2000) o estudo instrumental refere-se ao estudo cujo interesse no caso se dá devido a crença de que ele facilitará a compreensão de algo mais amplo, uma vez que pode servir para fornecer *insights* sobre um assunto ou para contestar uma generalização amplamente aceita.

amostra são julgados como adequados, baseado em escolhas de casos específicos, na população onde o pesquisador está interessado. É o pesquisador quem escolhe os elementos para pertencer à amostra, por julgar tais elementos bem representativos da população. Para Fontanella *et al.* (2011), neste tipo de amostragem a definição é feita a partir da experiência do pesquisador no campo de pesquisa, numa empiria pautada em raciocínios instituídos por conhecimentos teóricos da relação entre o objeto de estudo e o *corpus* a ser estudado.

Dessa forma, procurando atender aos objetivos da pesquisa foram selecionadas duas experiências consolidadas de turismo rural pedagógico do sul do Brasil, já que o país conta com um número limitado de iniciativas nesta área, bem como por apresentarem uma série de características distintas, como, por exemplo, no que se refere apoio público e a organização dos proprietários rurais. Este segmento foi escolhido por representar além de uma nova forma de ocupação e emprego no meio rural, uma ferramenta de troca de experiências entre diferentes gerações e meios (rural e urbano), estabelecendo-se como uma importante estratégia socioeconômica aos proprietários rurais e ferramenta educacional aos estudantes. Já em relação às propriedades dentro de cada roteiro, também se considerou como principal característica a consolidação dessas experiências dentro de seus respectivos roteiros e os diferentes tipos de atividades econômicas desenvolvidas em cada propriedade. Quanto aos membros da comunidade pertencentes aos roteiros pesquisados foram elencados de acordo com a proximidade das propriedades rurais pedagógicas.

A seguir, os procedimentos instrumentais que orientaram o desenvolvimento desta pesquisa são descritos individualmente.

## 3.2 COLETA DE DADOS

Como é próprio das análises qualitativas fundamentadas em estudos de caso, foram utilizados vários instrumentos para a obtenção e geração de dados, sendo as principais:

### 3.2.1 Entrevistas semiestruturadas

A entrevista semiestruturada tem como principal característica, segundo Trivínõs (1987), questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Para ele, os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a

partir das respostas dos informantes. Segundo o autor, este tipo de entrevista possibilita não somente a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão no seu contexto, além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador durante todo o processo de coleta das informações, o que justifica a escolha deste tipo de entrevista para a seguinte pesquisa.

May (2004, p. 145) afirma que “[...] as entrevistas geram compreensões ricas das biografias, experiências, opiniões, valores, aspirações, atitudes e sentimentos das pessoas”. Segundo Gil (1999, p. 120), nas entrevistas semiestruturadas “[...] o entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas, quando este se desvia do tema original, esforça-se para a sua retomada”. Percebe-se que nesta técnica o pesquisador não pode se utilizar de outros entrevistadores para realizar a entrevista, mesmo porque faz-se necessário um bom conhecimento do assunto.

Buscando responder aos objetivos propostos, as entrevistas semiestruturadas foram aplicadas pela própria pesquisadora a dois grupos de 4 e 10 empreendedores de turismo pedagógico rural: 10 participantes do projeto Viva Ciranda e 4 do Roteiro Caminhos Rurais (APÊNDICE B). Durante a primeira semana do mês de julho de 2014 foram entrevistados os proprietários das seguintes propriedades do Roteiro Caminhos Rurais: Sítio do Tio Juca, Sítio dos Herdeiros, Sítio do Mato e Granja Santantonio. Já entre os dias 14 a 19 de julho do mesmo ano, foi realizada a coletada dos dados das propriedades do Projeto Viva Ciranda: Apiário PFAU, Propriedade Ango Kersten, Família Schroeder, Recanto das Arrozeiras, Sítio Vó Bia, Agrícola da Ilha, CTG Chaparral, Rancho Alegre, Família Roos, e Anturioville Holz. No mesmo período também foram aplicadas a mesma modalidade de entrevistas (APÊNDICE C) a 8 membros das comunidades ao entorno dos projetos pedagógicos visitados. Entre estes, foram entrevistados moradores, trabalhadores rurais, líderes comunitários e outros.

Além de questões abertas o roteiro de entrevistas contou com algumas questões fechadas, a fim de identificar e classificar as motivações dos proprietários rurais para entrarem e permanecerem na atividade de turismo rural pedagógico. Para tal, foi utilizada a escala de Likert. Segundo Gil (1999), as escalas são instrumentos que objetivam medir a intensidade das opiniões e atitudes da maneira mais objetiva possível. Uma escala consiste em um arranjo, em forma de série graduada de itens, pelo qual se mede uma característica de acordo com um número previamente determinado e são compostas por categorias, que são as gradações ou alternativas de respostas oferecidas. O que se espera de uma escala é a discriminação de medidas.

A escala Likert foi desenvolvida em 1932 pelo pesquisador Rensis Likert, buscando compreender a construção dos níveis de aceitação dos produtos e serviços pelos consumidores em virtude de suas experiências e influências sociais. Segundo Baker (2005), as escalas de Likert, ou escalas somadas requerem que os entrevistados indiquem seu grau de concordância ou discordância com declarações relativas à atitude que está sendo medida. Atribui-se valores numéricos e/ou sinais às respostas para refletir a força e a direção da reação do entrevistado à declaração. As declarações de concordância devem receber valores positivos ou altos, enquanto as declarações das quais discordam devem receber valores negativos ou baixos. As principais vantagens das Escalas Likert em relação às outras escalas que medem comportamento, segundo Mattar (2001), são a simplicidade de construção; o uso de afirmações que não estão explicitamente ligadas à atitude estudada, permitindo a inclusão de qualquer item que se verifique, empiricamente, ser coerente com o resultado final; e ainda, a amplitude de respostas permitidas apresenta informação mais precisa da opinião do respondente em relação a cada afirmação.

A elaboração da escala Likert para a presente pesquisa contou com as seguintes etapas: definição do objeto de atitude, recolhimento de enunciados, determinação das categorias de itens, aplicação da escala a uma amostra, análise dos itens, conforme indicam Elejabarrieta e Iñiguez (1984). Já a aplicação desta levou em consideração os preceitos destacados por Gil (1999), ou seja, recolher enunciados que manifestem opiniões ou atitudes; apresentar a escala para que pessoas manifestem concordância ou discordância para cada enunciado; proceder à avaliação, onde cada resposta favorável recebe valor mais alto e cada resposta desfavorável recebe valor mais baixo; calcular cada resultado individual pela soma dos itens e analisar as respostas por meio de testes de correlação.

Dessa forma, para a identificação da motivação inicial para empreender no TRP foi elaborada uma escala de Likert na qual foram listadas nove razões, como mostra o quadro 2. Já na escala de Likert referente as motivações para permanecer empreendendo no TRP foram listadas seis razões (Quadro 2). Assim, estas razões foram classificadas de 1 à 5 pelos proprietários rurais de acordo seu nível de importância, ou seja, 1 não relevante, 2 pouco relevante, 3 neutro, 4 relevante e 5 muito relevante, como mostra o apêndice B.

A técnica utilizada para a coleta das entrevistas foi a gravação e após a sua transcrição para o formato de texto, permitindo assim que os dados fossem melhor processados no *software* Web-QDA e no programa Microsoft Office Excel. Previamente os entrevistados assinaram um termo de consentimento da entrevista (APÊNDICE A) permitindo a utilização do conteúdo das mesmas.

**Quadro 3 - Motivações para empreender no segmento do Turismo Rural Pedagógico**

Motivações iniciais	Motivações para permanecer
Variação dos preços dos produtos agrícolas Oportunidade de emprego para os membros da família Renda adicional Valorização da agricultura através desse tipo de turismo Educar crianças e jovens quanto a importância da produção de alimentos Aumento da procura e venda dos produtos locais através do turismo O sucesso de outras propriedades de turismo rural pedagógico Utilizar o tempo livre e os recursos naturais disponíveis na propriedade Hobby	Importância da renda obtida através do TRP Interação com os visitantes Divulgação e venda dos produtos locais através do TRP Ocupação/emprego para os membros da família; Satisfação pessoal; Valorização do rural pelos visitantes)

Fonte: Elaborado pela autora com base em Nickerson, Black e McCool (2001).

### 3.2.2 Pesquisa bibliográfica

Conforme Cervo e Bervian (1983) a pesquisa bibliográfica explica um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos. Busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado sobre determinado tema. De acordo com Lima e Miotto (2007, p. 40),

[...] a pesquisa bibliográfica tem sido utilizada com grande frequência em estudos exploratórios ou descritivos, o caso em que o objeto de estudo proposto é pouco estudado, tornando difícil a formulação de hipóteses precisas e operacionalizáveis. A sua indicação para esses estudos relaciona-se ao fato de a aproximação com o objeto ser dada a partir de fontes bibliográficas.

Dessa forma, para Gil (1999), a pesquisa bibliográfica permite um amplo acesso a informações, além de possibilitar a utilização de dados dispersos em numerosas publicações, auxiliando também na construção do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto. Lima e Miotto (2007) reafirmam que a pesquisa bibliográfica é um importante procedimento metodológico na produção de conhecimento, capaz de gerar interpretações que serviram de base para novas pesquisas.

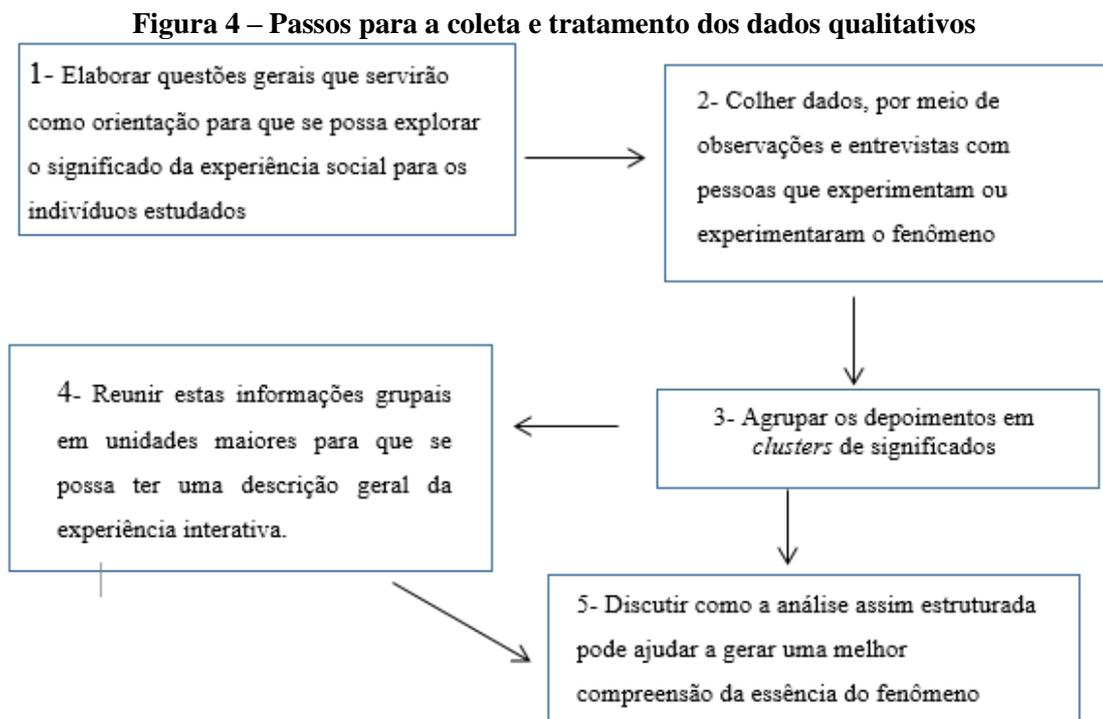
No presente estudo, a pesquisa bibliográfica foi realizada através da leitura e síntese de periódicos e livros, nacionais e internacionais, dissertações, teses, entre outros, referente a temas como, turismo rural pedagógico, agroturismo, motivações e, demais temas considerados relevantes. Esta etapa perdurou durante toda a execução do estudo.

### 3.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A finalidade da análise pode ser a compreensão dos dados coletados; a confirmação ou não dos pressupostos; responder as questões formuladas e/ou; ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado. Conforme Gil (1999, p. 168),

A análise tem como objetivo organizar e sumariar os dados de tal forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos.

Segundo Teixeira (2003), os processos de análise e interpretação variam significativamente em função dos diferentes delineamentos de pesquisa. Nos estudos de caso, como é o caso de nossa pesquisa, não se pode falar em um esquema de análise e interpretação rígido. Para Carvalho e Vergara (2002) é necessário seguir alguns passos, a fim de uma coleta e tratamento de dados satisfatórios, como mostra a Figura 4.



Fonte: Carvalho e Vergara (2002, p. 84).

Segundo a literatura, primeiramente deve-se definir a unidade de análise que, por sua vez, se constitui na forma pela qual os dados são organizados. Após, é preciso fazer a codificação dos dados, que é o processo pelo qual os dados brutos são transformados em

símbolos que possam ser tabulados. Já a tabulação é o processo de agrupar e contar os casos que estão nas várias categorias de análise. Desse modo, Gil (1999) afirma que apesar da variação das formas que podem assumir os processos de análise e interpretação, em boa parte das pesquisas sociais pode se observar os seguintes passos: estabelecimento de categorias; codificação; tabulação; análise estatística dos dados; e avaliação das generalizações obtidas com os dados; inferência de relações causais; e interpretação dos dados.

Assim, a presente pesquisa seguiu os seguintes passos: em primeiro lugar os dados qualitativos foram transcritos, após ordenados e classificados de acordo com o grupo pesquisado (empreendedores e/ou membros da comunidade) para facilitar o processo de análise e encadeamento de evidências. Ou seja, as entrevistas foram desmembradas em categorias temáticas, utilizando-se critérios pré-estabelecidos (tema de cada questão como, por exemplo, benefícios gerados pelo TRP, motivações, etc.). Para a organização e gerenciamento dos dados qualitativos foi utilizado o *software* Web-QDA desenvolvido para a análise de dados qualitativos. Dessa forma, primeiramente configurou-se o projeto de análise dos dados no *software* Web-QDA, ou seja, os dados transcritos foram inseridos, agrupados e categorizados de acordo com os objetivos da pesquisa. Na etapa seguinte se deu a análise do projeto através da codificação, exploração dos dados e construção de matrizes de correlação dos dados analisados.

Já em relação aos dados quantitativos (motivações para iniciar e permanecer nas atividades de turismo rural pedagógico), estes foram analisados através da escala de Likert. Para tal, calculou-se a média ponderada e o desvio padrão para cada motivação, criando-se assim, um *ranking* de importância das motivações (quanto mais próxima de 5 a média e quanto menor o desvio padrão da motivação maior seu grau de importância). Para uma melhor compreensão dos resultados, as motivações iniciais e para permanecer no TRP foram categorizadas em dois grupos: sociais e econômicas, como mostram os quadros 2 e 3. Após a categorização das motivações estruturou-se matrizes de correlação entre as motivações e as características socioeconômicas dos empreendimentos e proprietários rurais pesquisadas. Para tal, estes dados foram organizados e tabulados no *software* Excel e posteriormente interpretados.

**Quadro 4 - Categorização das motivações iniciais dos empreendedores para o Turismo Rural Pedagógico**

Motivações Sociais	Motivações Econômicas
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Valorização da agricultura através desse tipo de turismo</li> <li>• Educação de crianças e jovens quanto a importância da produção de alimentos</li> <li>• Hobby</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Renda adicional</li> <li>• O sucesso de outras propriedades de turismo rural pedagógico</li> <li>• Utilização do tempo livre e os recursos naturais disponíveis na propriedade</li> <li>• Oportunidade de emprego para os membros da família</li> <li>• Aumento da procura e venda dos produtos locais</li> <li>• Variação do preço dos produtos agrícolas</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora (2015).

**Quadro 5 - Categorização das motivações para permanecer no Turismo Rural Pedagógico**

Motivações Sociais	Motivações Econômicas
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Satisfação pessoal</li> <li>• Interação e troca de experiências com os visitantes</li> <li>• Valorização do rural pelos visitantes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento da divulgação e a venda dos produtos locais após o início do TRP</li> <li>• Importância da renda obtida através do TRP</li> <li>• Ocupação/emprego para os membros da família</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora (2015).

Dessa forma, após apresentados os procedimentos metodológicos utilizados na presente pesquisa, como métodos de coleta, análise e interpretação dos dados, no próximo capítulo são apresentados e discutidos os resultados encontrados.

## **4 MOTIVAÇÕES E BENEFÍCIOS SOCIECONÔMICOS DO TURISMO RURAL PEDAGÓGICO NO PROJETO VIVA CIRANDA E ROTEIRO CAMINHOS RURAIS**

Este capítulo apresenta os resultados da pesquisa que buscam identificar e compreender as diversas motivações e benefícios socioeconômicos do turismo rural pedagógico em duas experiências no sul do Brasil (Projeto Viva Ciranda e Roteiro Caminhos Rurais). São descritos no presente capítulo as principais características das propriedades rurais pesquisadas, o perfil socioeconômico dos 14 empreendedores e empreendimentos pesquisados. Na sequência são relatadas e analisadas as motivações dos empreendedores para iniciarem e permanecerem nas atividades de turismo rural pedagógico, seguido da análise dos benefícios socioeconômicos para os empreendedores e suas famílias, bem como da análise da impressão da comunidade sobre o TRP.

### **4.1 CARACTERÍSTICAS DAS PROPRIEDADES RURAIS DO ROTEIRO CAMINHOS RURAIS E PROJETO VIVA CIRANDA**

Esta pesquisa teve como objetos de estudo os proprietários de empreendimentos de turismo rural pedagógico e membros da comunidade de entorno pertencentes a dois roteiros turísticos: Caminhos Rurais que, engloba dentro das diversas atrações de turismo rural, propriedades pedagógicas, e o projeto Vivam Ciranda, destinado às atividades de perfil pedagógico.

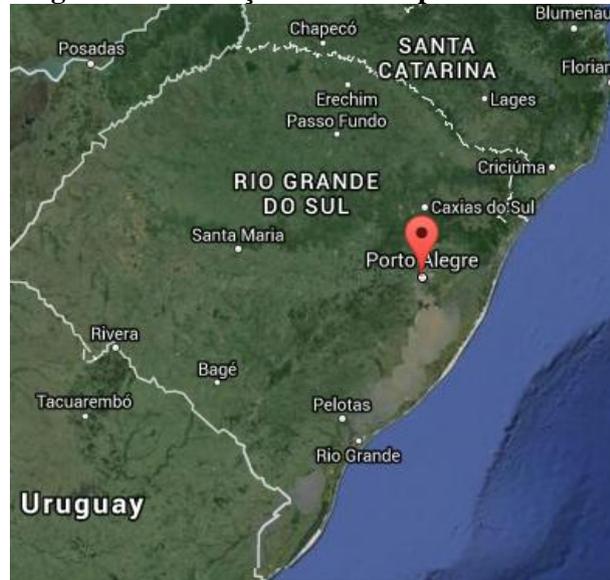
Assim, com base nos dados obtidos através da pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, o presente item apresenta as principais características dos estabelecimentos pesquisados.

#### **4.1.1 Roteiro Caminhos Rurais**

O Roteiro Caminhos Rurais foi desenvolvido no município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, como o objetivo de inserir o turismo rural às propriedades rurais da zona sul

da cidade. Porto Alegre é a capital do Estado do Rio Grande do Sul, como mostra a figura 5, e possui aproximadamente 1.400.000 habitantes (IBGE, 2010).

**Figura 5 - Imagem de localização do município de Porto Alegre**



Fonte: Google Maps (2015).

Segundo dados da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, o potencial turístico da cidade, em especial das propriedades rurais da zona sul, teve seu reconhecimento acentuado na década de 1990 através do diagnóstico da área rural, que evidenciava as riquezas naturais desta. No final da década de 1990, em 1999, a criação do Escritório Municipal de Turismo, que atuou no início em cooperação com o curso de turismo da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), possibilitou criar uma visão de política pública na qual fosse dada importância ao turismo, como relata Klein (2012).

Diversas atividades foram desenvolvidas nesse período, no entanto, sem um roteiro específico. Apenas no ano de 2005, após uma parceria entre a Secretaria Municipal do Turismo de Porto Alegre, a Associação Rio-grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), que visava o apoio e incentivo às práticas de turismo no espaço rural do município, foi realizada uma pesquisa para identificação das propriedades interessadas na realização de atividades turísticas, o que deu origem ao roteiro Caminhos Rurais (SOUZA; ELESBÃO, 2009).

De acordo com os dados da Associação Porto Alegre Rural (POA RURAL) em 2008 e a Secretaria Municipal de Turismo (SMTU), aderiram à proposta de projeto da Cooperativa de Formação e Desenvolvimento do Produto Turístico (COODESTUR) para encaminhamento

a Chamada de Projetos 2008/01 de *Apoio a iniciativas de Turismo de Base Comunitária*, lançada pelo Ministério do Turismo (MTUR). O projeto elaborado conjuntamente com a entidade parceira e beneficiários, e com o respaldo do histórico institucional da entidade proponente e da trajetória dos Caminhos Rurais, foi aprovado para execução no período de 2009/2010, sob o título de “Apoio a Iniciativas de Turismo de Base Comunitária de Porto Alegre”. Em 2010 um segundo projeto foi aprovado.

Entre os objetivos dos projetos aprovados pelo Ministério do Turismo estava a qualificação associativa, a diversificação da oferta e a estruturação dos produtos e empreendimentos turísticos. O cumprimento desses objetivos promoveu uma reestruturação do projeto, incluindo as atividades desenvolvidas nas propriedades rurais (POA RURAL, 2014). Assim, conforme Klein (2012) descreve e segundo dados da própria POA Rural, atualmente o roteiro conta com 31 propriedades distribuídas nas seguintes modalidades: ecoturismo, turismo rural, turismo cultural, turismo de estudos e intercâmbio, serviços e equipamentos.

No que diz respeito às propriedades rurais que desenvolvem atividades pedagógicas, o roteiro Caminho Rurais conta com as seguintes propriedades: Sítio do Tio Juca, Sítio dos Herdeiros, Sítio do Mato e Granja Santantonio. Estas propriedades foram escolhidas para a realização do presente estudo por serem as experiências de turismo rural pedagógico mais consolidadas dentro do roteiro Caminhos Rurais e porque apesar dos incentivos recebidos as propriedades não contaram com orientações acerca da prática do turismo rural pedagógico, o que despertou nosso interesse para entender quais as motivações dos proprietários rurais e os benefícios para a comunidade rural.

A seguir é feita uma breve apresentação de cada um dos empreendimentos pesquisado no roteiro.

#### 4.1.1.1 Sítio Tio Juca

A propriedade Sítio do Tio Juca é uma pequena área agrícola de 1 hectare. A principal atividade econômica desenvolvida no sítio é a produção hortícola agroecológica. Entre as principais culturas estão: alface, rúcula, cenoura, aipim, beterraba, alho poró e funcho, entre outras culturas sazonais. Os produtos são comercializados semanalmente na feira ecológica do Parque Farroupilha, localizado na área urbana de Porto Alegre.

As atividades de turismo na propriedade iniciaram no ano de 2000, quando Tio Juca passou a receber grupos escolares. Durante as visitas sua esposa e filha ficam responsáveis pelo preparo do lanche enquanto o proprietário recebe o grupo. Conforme esclareceu o proprietário, o estabelecimento não cobra uma taxa de visitação, apenas o valor do lanche é cobrado. Embora faça parte do roteiro Caminhos Rurais as atividades de turismo não são planejadas, tão pouco a propriedade conta com uma infraestrutura totalmente adequada para receber o público escolar. Mesmo assim, o sítio do Tio Juca é uma das propriedades mais procuradas pelas escolas. Isto ocorreu, pois seu Juca apresenta um modo irreverente de contar sua história de vida e de conversar com as crianças a respeito de questões ambientais e de produção agrícola, encantando a todos que o conhecem, como mostra a figura 6.

**Figura 7 – Pomar de frutas nativas do Sítio Tio Juca**



Fonte: Trabalho de campo (2014).

#### 4.1.1.2 Sítio dos Herdeiros

O Sítio dos Herdeiros, assim como o Sítio do Tio Juca é uma pequena propriedade (1,8 hectares) de produção agroecológica familiar. O mesmo fica localizado no bairro Lami, Porto Alegre – RS. Entre as principais atividades econômicas da propriedade está a produção hortícola agroecológica, como pode ser visto na figura 7, a qual é vendida *in natura* na feira ecológica do Parque Farroupilha, localizado na área urbana de Porto Alegre, ou é transformada em doces, geleias, compotas, entre outros produtos.

Quanto ao desenvolvimento turismo rural, desde 2001 o grupo recebe grupos escolares e visitantes adultos na propriedade. Atualmente, o empreendimento prepara-se melhor para receber os visitantes e conta com uma infraestrutura melhorada em comparação ao início das atividades. As visitas, assim como nas demais propriedades do roteiro Caminhos Rurais,

são agendadas através de agências de turismo e pelo próprio casal, sendo que em relação ao turismo rural pedagógico a média de visitantes mensais é de 150 alunos.

**Figura 8 – Canteiros de alface orgânica do Sítio dos Herdeiros**



Fonte: Trabalho de campo (2014).

#### 4.1.1.3 Sítio do Mato

O Sítio do Mato é uma propriedade rural de 2 hectares, voltada apenas as atividades de turismo. A propriedade localiza-se no bairro Belém Velho, Porto Alegre – RS. A abertura do sítio para as atividades pedagógicas ocorreu no ano de 1994, motivada pela crise econômica a qual o proprietário passava.

Diferentemente dos demais estabelecimentos de turismo rural pedagógico, o Sítio do Mato contou com um planejamento das atividades educativas através da consultoria de pedagogas, assim como a capacitação através de diferentes cursos, o que impulsionou o mesmo a ser uma grande atração pedagógica na região. Segundo o proprietário, em virtude da grande demanda de visitas hoje o empreendimento apresenta no quadro de funcionários monitores especializados em questões ambientais para atender aos alunos. Mensalmente são recebidos, em espaços como o da figura 8, cerca de 580 alunos entre 3 e 15 anos.

Além do turismo rural pedagógico, visando melhorar o desempenho do estabelecimento, o proprietário criou no ano de 2007 a Agência de Viagens Sítio do Mato Turismo, especializada em roteiros pedagógicos, principalmente os vinculados aos Caminhos Rurais.

**Figura 9 – Espaço para recreação no Sítio do Mato**



Fonte: Trabalho de campo, 2014.

#### 4.1.1.4 Granja Santoantonio

A propriedade de 11 hectares está localizada no bairro Lami, zona sul de Porto Alegre – RS e leva como nome Granja Santoantonio. O estabelecimento tem entre as principais atividades econômicas da propriedade a produção hortícola agroecológica, criação de animais, pomares, entre outros. Os produtos da granja são vendidos em diversos locais e feiras de Porto Alegre.

Quanto às atividades de turismo, estas se iniciaram na propriedade no ano de 2005, através da inserção da propriedade no roteiro Caminhos Rurais. No entanto, as atividades pedagógicas tiveram início apenas no ano de 2008. De acordo com o proprietário, que é também engenheiro agrícola, as atividades pedagógicas são planejadas diretamente por ele e sua esposa. Atualmente o número médio mensal de visitantes é de 120 alunos.

A seguir são apresentados brevemente as informações sobre o projeto Viva Ciranda, assim como cada empreendimento pesquisado no projeto.

#### 4.1.2 Projeto Viva Ciranda

O projeto Viva Ciranda é uma proposta de turismo rural pedagógico realizada no município de Joinville, Santa Catarina. O município localiza-se no nordeste no Estado de

Santa Catarina, como mostra a figura 9, e é considerado, segundo dados do IBGE (2010), o maior município do Estado, com mais de 500 mil habitantes.

**Figura 10 – Imagem de localização do município de Joinville - SC**



Fonte: Google Maps (2015).

Desde a sua implantação, em 1992, o turismo rural em Joinville, que iniciou com a Estrada Bonita, antiga estrada Rio Bonito, tem sido apontado como modelo para outros municípios que desejam investir em atividades não agrícolas no espaço rural (GREIN; COELHO, 2013). Segundo os autores, em meados da década de 1990 – com o intuito de aumentar a renda dos agricultores, a gestão municipal criou o projeto Turismo Eco-Rural, o qual possibilitou o aumento da renda dos agricultores através da comercialização de produtos coloniais em residências particulares, além do desenvolvimento de atividades de lazer como pousadas e pesque-pague. Neste âmbito, diversas ações de turismo rural passaram a ser desenvolvidas no município, com o apoio da Fundação de Promoção e Planejamento Turístico de Joinville (PROMOTUR), como destaca Romão (2003).

Segundo Klein (2012), uma das iniciativas da PROMOTUR refere-se à criação do projeto Viva Ciranda, uma proposta de turismo rural pedagógico envolvendo um grupo de proprietários rurais e escolas do município. O projeto começou a ser idealizado no ano de 2010, mas foi oficialmente inaugurado em março de 2011. Visando estabelecer um roteiro de turismo rural pedagógico, a PROMOTUR selecionou as propriedades com potencial ou alguma experiência em turismo rural pedagógico. Posteriormente, assessorou as mesmas, através de uma pedagoga quanto às atividades pedagógicas a serem desenvolvidas. Além dos incentivos quanto à estruturação do projeto, os produtores contaram com recursos financeiros

oriundos do Ministério do Turismo para subsidiar 55 visitas às propriedades, confeccionar material e promover treinamentos (KLEIN, 2012).

O projeto que iniciou com 6 propriedades, no ano de 2013 já havia mais que dobrado esse número. O Viva Ciranda é um dos projetos de turismo rural pedagógico do sul do Brasil mais bem consolidado e planejado. Entre as 14 propriedades participantes do projeto no ano de 2014 existe uma variedade de “modelos” de agricultura praticados. O projeto conta com propriedades familiares, propriedades voltadas apenas à exploração das práticas pedagógicas, como o Recanto Vale das Nascentes e propriedades com o perfil de agricultura empresarial, como é o caso a Agrícola da Ilha, propriedade voltada a produção de *Hemerocallys*<sup>7</sup>.

Entre as principais conquistas do projeto nos anos de 2013 e 2014 estão a parceria entre a Fundema/SC e a Promotur. Neste acordo a Fundação do Meio Ambiente colaborou com o pagamento de 260 visitas às propriedades do Viva Ciranda, contemplando todas as turmas do terceiro ano da rede municipal de educação. Em contrapartida, as propriedades rurais devem focar suas atividades pedagógicas na questão da preservação ambiental. Firmou-se também uma parceria com a EPAGRI para o financiamento de cursos de capacitação e visitas técnicas aos empreendedores rurais. Além disso, foram divulgados em 175 ônibus municipais materiais publicitários sobre o projeto e impressos os novos guias com as propriedades atualizadas. A empresa de transporte municipal também colaborou doando um ônibus ao Viva Ciranda. Visando estimular uma melhor distribuição das visitas a todos os estabelecimentos pertencentes ao Viva Ciranda, a coordenação do projeto, em parceria com os proprietários rurais criou o “Passaporte Rural”. Ou seja, as escolas que visitarem todas as propriedades do projeto, completando seu passaporte rural receberão como gratificação um cesto contendo produtos locais dos agricultores.

Visando atender os objetivos da presente pesquisa, de investigar as motivações e os benefícios socioeconômicos do turismo rural pedagógico para as famílias e a comunidade do seu entorno, nosso objeto de pesquisa entrevistou os seguintes proprietários dos empreendimentos de TRP: Apiário PFAU, Propriedade Ango Kersten, Família Schroeder, Recanto das Arrozeiras, Sítio Vó Bia, Agrícola da Ilha, CTG Chaparral, Rancho Alegre, Família Roos e Anturioville Holz. Estas propriedades foram escolhidas por corresponderem aos critérios previamente estabelecidos na investigação.

---

<sup>7</sup> Espécie de planta ornamental.

#### 4.1.2.1 Apiário PFAU

O Apiário Pfau pertencente à família Plabst, localiza-se na região do Rio da Prata, no município de Joinville – SC. Segundo a filha dos proprietários, o empreendimento possui uma área superior a 100 hectares, da qual grande parte é ocupada por mata preservada (Figura 10). Além da apicultura, são produzidos no local culturas como aipim, batata e demais horticulturas, bem como produtos para o consumo próprio como a criação de galinhas, bovinos leiteiros e outros.

Embora alguns turistas já procurassem espontaneamente a propriedade para adquirir produtos apícolas, a participação efetiva no turismo se deu através da participação no projeto Viva Ciranda no ano de 2010. Quanto à infraestrutura e o planejamento das atividades pedagógicas para receber os grupos escolares a propriedade ainda enfrenta dificuldades. No último ano, por exemplo, a falta de um banheiro exclusivo para a prática do TRP limitou o número de crianças recebidas, o que é muito lamentado pela coordenação do projeto, pois a apicultura é um dos temas mais procurados pelas escolas e possíveis de se trabalhar pedagogicamente. Dessa forma, atualmente o apiário recebe uma média de 100 alunos por mês.

**Figura 11 - Propriedade da Família Plabst**



Fonte: Imagens cedidas pela coordenação do projeto Viva Ciranda (2014).

#### 4.1.2.2 Propriedade Ango Kersten

A propriedade da família Kersten (Figura 11) localiza-se na região de Pirabeiraba, Estrada Bonita, Joinville – SC, e possui uma área de 16 hectares. As principais atividades econômicas da propriedade são a cana-de-açúcar para a produção de melado, produção leiteira e de queijo e o turismo rural. Este último vem sendo desenvolvido na propriedade a mais de

20 anos. A atividade turística surgiu como uma alternativa para aumentar os rendimentos da família e garantir sua permanência no campo.

Quanto à inserção da família no turismo rural pedagógico, os proprietários relatam que recebem grupos escolares desde o ano de 1995. Com os investimentos em infraestrutura como a criação do museu de implementos agrícolas, o passeio de trator, entre outros, a propriedade passou a ser cada vez mais procurada pelas escolas do município. Em 2010, através do convite da Promotur, o estabelecimento passou a fazer parte do projeto Viva Ciranda, ganhando a partir daí um grande auxílio no planejamento das atividades pedagógicas e na divulgação da propriedade. Atualmente a família Kersten recebe entorno de 500 alunos mensalmente.

**Figura 12 – Propriedade da Família Kersten**



Fonte: Imagens cedidas pela coordenação do projeto Viva Ciranda, 2014.

#### 4.1.2.3 Família Schroeder

Outra propriedade rural visitada é a da família Schroeder, a qual localiza-se na região do Pirai e possui 11,2 hectares. A atividade característica da propriedade é a produção de olericultura agroecológica familiar, além da criação de animais como peixes, cabras, coelhos, entre outros, como mostra a figura 12.

Segundo os proprietários, estes estão envolvidos com o turismo rural há mais de 10 anos. Já a prática do turismo rural pedagógico ganhou ênfase a partir no ingresso no projeto viva Ciranda em 2010. Desde então, o casal passou a investir e ampliar a infraestrutura da propriedade e com o auxílio da coordenação do projeto passou a planejar as atividades

pedagógicas de acordo com as práticas agrícolas existentes na propriedade. Entre as capacitações realizadas pelo casal, estes destacam a visita técnica feita à França e os cursos realizados juntos com os demais proprietários inseridos no projeto Viva Ciranda.

**Figura 13 – Criação de Porcos-da-Índia da Família Schroeder**



Fonte: Trabalho de campo (2014).

#### 4.1.2.4 Recanto das Arroeiras

O Recanto das arroeiras é uma propriedade de 2,5 hectares, localizada no Bairro Vila Nova, Joinville – SC. A propriedade pertence à família Menestrina e tem como principais atividades econômicas o TRP, locação para eventos e arrendamento para o plantio de arroz. Segundo o entrevistado e responsável pelas atividades de turismo e locação de eventos, os proprietários desenvolvem atividades de turismo voltado a grupos escolares há 15 anos, mas apenas após o seu retorno para a propriedade (o mesmo voltou a morar na área rural após passar um tempo residindo na área urbana) foram feitos maiores investimentos no TRP.

*O meu pai já trabalhou uma época atrás com o TRP, só que sozinho, mas aí isso acabou porque ele não conseguiu tocar sozinho. Um tempo depois eu vim morar com ele e então a gente recomeçou. Eu fiz faculdade de turismo, conheci o Viva Ciranda em 2011 e estamos aí (ENTREVISTADO 10, 16/07/2014).*

No ano de 2013, após numerosos investimentos na infraestrutura da propriedade como a criação do “campo de lama” (Figura 13) para as crianças jogarem futebol na lama, entre outras diversas atrações, o estabelecimento teve aumento número de visitantes, chegando a uma média mensal de 50 alunos.

**Figura 14 – Crianças brincando no “campo de lama” do Recanto das Arroeiras**



Fonte: Imagens cedidas pelo proprietário do Recanto das Arroeiras (2014).

#### 4.1.2.5 Sítio Vó Bia

O Sítio Vó Bia é uma das mais novas propriedades de turismo rural pedagógico presentes no Viva Ciranda. A propriedade de posse da família Taranto possui 200 hectares de área preservada, sendo suas únicas atividades econômicas o TRP e o aluguel do sítio para eventos. Conforme o responsável pela propriedade, esta recebe visitantes há 12 anos. No entanto, a inserção de práticas pedagógicas se deu no ano de 2012, quando visualizando o sucesso do projeto Viva Ciranda e os recursos disponíveis na propriedade, como a extensa área de Mata Atlântica os proprietários procuraram o projeto e adequaram-se para participar. No ano de 2013, a propriedade ainda em fase de planejamento de algumas atividades como a trilha na mata recebeu 300 crianças em idade escolar, como mostra a figura 14.

**Figura 15 – Crianças da rede municipal de educação em uma exposição sobre preservação do meio ambiente no Sítio Vó Bia**



Fonte: Imagens cedidas pela coordenação do projeto Viva Ciranda, 2014.

#### 4.1.2.6 Agrícola da Ilha

A Agrícola da Ilha é uma propriedade de 10 hectares, localizada no Bairro Bom Retiro, no município de Joinville – SC. A principal atividade do estabelecimento é a produção e comercialização de plantas ornamentais, em especial o *Hemerocallis*, construção de lagos ornamentais, aluguel de espaço para eventos, entre outras atividades, como mostra a figura 15.

De acordo com o proprietário, são desenvolvidas atividades de turismo rural na propriedade há pelo menos 12 anos, através da abertura do estabelecimento para visitação e apreciação das plantas ornamentais. No ano de 2005 iniciaram-se as visitas escolares à propriedade. Já em 2010 a propriedade passou a participar do projeto Viva Ciranda, através de um convite da Promotur, consolidando-se como uma propriedade de turismo rural pedagógico. Embora no início do recebimento dos grupos escolares não houvesse um planejamento específico das atividades pedagógicas, atualmente há um grande investimento em infraestrutura e planejamento por parte dos empreendedores e da coordenação do Viva Ciranda. Dessa forma, hoje a Agrícola da Ilha recebe uma média de 200 alunos por mês. Estes são recepcionados e acompanhados por uma monitora contratada especialmente para esta atividade.

**Figura 16 – Diferentes ambientes da Agrícola da Ilha**



Fonte: Trabalho de campo, 2014.

#### 4.1.2.7 Centro de Tradições Gaúchas Chaparral

O CTG Chaparral localiza-se na região de Pirabeiraba, Joinville – SC. Sua área é de 500 hectares destinados a bovino e equinocultura, além de um parque de eventos, onde ocorrem rodeios e mostras de cultura e atividades campeiras. Segundo o depoimento da

entrevistada, as atividades turísticas voltadas às práticas pedagógicas tiveram início apenas no ano de 2010, com a entrada da propriedade no Viva Ciranda, e teve como tema principal o cavalo crioulo. Para a proprietária o interesse surgiu em virtude do potencial da atividade,

A gente viu que é algo promissor, trabalhar com criança é sempre bom na verdade. Quando surgiu a ideia do grupo, do projeto, resolvemos participar porque isso te dá um retorno, não financeiro, mas de você pode mostrar tudo aquilo pra uma criança que nunca teve contato antes (ENTREVISTADO7, VIVA CIRANDA, 15/07/2014).

Embora seja um dos estabelecimentos com melhor infraestrutura para receber grupos, a distância e o pouco interesse das escolas no tema da propriedade fizeram com que no ano de 2013 o CTG recebesse uma média de apenas 40 crianças ao mês (Figura 16).

**Figura 17 – Grupo de crianças da rede municipal de educação em visita ao CTG Chaparral**



Fonte: Imagens cedidas pela coordenação do projeto Viva Ciranda (2014).

#### 4.1.2.8 Rancho Alegre

A propriedade pertencente à família Janning possui 1,2 hectares, destinados ao turismo rural, TRP, locação para eventos e *making-off*, de modo que as atividades agrícolas e a criação de animais são todas voltadas a atrair os visitantes. Segundo o entrevistado, a propriedade recebe visitantes há seis anos. Primeiramente essa atividade começou com o aluguel do rancho para eventos, o que passou a despertar o interesse de professoras em levar seus alunos até a propriedade. Em 2012 o empreendimento passou a fazer parte do Viva Ciranda e hoje é uma das propriedades mais procuradas, recebendo mensalmente uma média de 480 alunos. A beleza do lugar, como mostra a figura 17, aliada aos constantes investimentos em

infraestrutura e no planejamento das atividades pedagógicas são responsáveis pelo sucesso do local.

**Figura 18 – Banner de entrada do empreendimento Rancho Alegre**



Fonte: Imagem cedida pela coordenação do projeto (2014).

#### 4.1.2.9 Café Rural Família Roos

A propriedade da Família Roos apresenta uma área física de 16 hectares, onde encontram-se produção agrícola e agropecuária para consumo próprio, piscicultura, panificação, café colonial e mais recentemente é desenvolvido o TRP. Segundo o proprietário, a propriedade trabalha com o turismo, mais especificamente o turismo rural, desde o ano 2000. Com o passar do tempo, buscando uma atividade menos exaustiva e com a consolidação do projeto Viva Ciranda no município, decidiram investir no TRP, conforme informações obtidas junto ao entrevistado:

[...]o interesse pelo TRP surgiu em parte porque a gente estava fazendo pão caseiro até um tempo atrás, e com a ideia de parar com isso porque estava ficando meio puxado só pra mim e pra minha esposa. Então fomos procurar uma outra coisa similar, mas ainda não estamos 100% preparados pra isso (ENTREVISTADO 8, VIVA CIRANDA, 16/07/2014).

No último ano, em virtude de problemas pessoais a família recebeu um número reduzido de visitas, contando com uma média mensal de apenas 30 alunos, como mostra a figura18.

**Figura 19 – Crianças em visitação a propriedade da família Roos**



Fonte: imagem cedida pela coordenação do projeto Viva Ciranda (2014).

#### 4.1.2.10 Anturioville Holz.

A propriedade denominada de Anturioville Holz possui 1,8 hectares, onde são produzidos Antúrios em vasos e cana-de-açúcar. O espaço conta também com um jardim para visitação e a realização do Festival Anual do Antúrio que ocorre no mês de maio, recebendo grande número de visitantes. A propriedade recebe visitantes desde o ano de 2004, quando começaram a trabalhar com o cultivo de Antúrios. Para o proprietário, o interesse pelo turismo rural pedagógico surgiu a partir da busca pelo fortalecimento dos agricultores da região, conforme ele argumentou em seu depoimento,

Nosso interesse pelo turismo rural pedagógico surgiu na verdade, a algum tempo atrás formamos uma associação de proteção a agricultura familiar, onde eu me aproximei do meio urbano. A partir daí, buscando fortalecer os agricultores, cada um em sua especialidade, em uma das nossas reuniões surgiu a proposta de participarmos do Viva Ciranda. Essa região onde nos encontramos é na verdade um cinturão verde de Joinville, então aí o interesse em trazer as crianças aqui (ENTREVISTADO 14, VIVA CIRANDA, 17/07/2014).

Embora acredite na importância do TRP, a propriedade recebe poucos grupos escolares, pois segundo o entrevistado o tipo de produto disponível na propriedade (flores), como mostra a figura 19, desperta maior interesse de outras faixas etárias e não das crianças em idade escolar. Desta forma, no ano de 2013 o empreendimento recebeu apenas 50 crianças por mês.

**Figura 20 – Visitação ao jardim dos Antúrios**



Fonte: Trabalho de campo (2014).

#### 4.2 PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS EMPREENDEDORES E EMPREENDIMENTOS DE TRP

Conforme os dados obtidos e apresentados na tabela 1, a maioria dos empreendedores de TRP pertencentes às experiências pesquisadas são homens, enquanto o número de mulheres à frente desse tipo de empreendimento é reduzido. Este resultado confirma o que McGehee *et al.* (2007) afirmam sobre o agroturismo, embora este seja uma “inovação” da qual as mulheres tomaram frente, principalmente por ser uma atividade ligada a tarefas domésticas como o preparo de produtos como geleias, compotas, artesanatos e outros, a grande maioria dos empreendedores ainda são homens. Na Virginia, EUA (local de estudo dos autores) os homens representam 57% dos empreendedores, o que ocorre porque embora as mulheres realizem a maior parte do trabalho referente ao turismo dentro das propriedades rurais, ainda são os homens quem lideram os negócios da família, seja a agricultura e/ou o turismo.

Ainda, segundo os resultados da tabela 1, observamos que a faixa etária dos empreendedores consultados apresenta uma grande variação, oscilando entre 22 e 70 anos, de modo que a maior parcela possui entre 31 e 60 anos, enquanto os demais possuem até 30 anos ou mais de 60 anos, demonstrando que embora a maioria dos entrevistados estejam em faixa etária média o TRP mostra-se como uma opção de negócio aos empreendedores jovens, assim como aos empreendedores mais velhos, em idade de aposentadoria. No que se refere à escolaridade dos empreendedores, a metade possuía ensino superior completo ou incompleto, já uma parcela menor possui apenas o ensino fundamental completo ou incompleto, enquanto uma menor parte possuía o ensino médio completo ou incompleto. A respeito da profissão dos empreendedores a metade dos entrevistados declarou-se agricultor, enquanto os demais afirmaram ser empresários ou turismólogos. Neste sentido, o elevado grau de escolaridade

(ensino superior) da metade dos empreendedores entrevistados, bem como o alto índice de entrevistados com apenas ensino fundamental e a diversificação nas profissões relatadas pelos entrevistados, nos remetem a entender o TRP como uma busca de diversificação dos agricultores (menor escolaridade) e também como um investimento atraente aos proprietários rurais com maior escolaridade e/ou empresários.

**Tabela 1 – Perfil socioeconômico dos empreendedores de turismo rural pedagógico pertencentes ao roteiro Caminhos Rurais e projeto Viva Ciranda**

<b>Características</b>	<b>Número</b>	<b>%</b>
<b>Gênero</b>		
Feminino	4	28,57
Masculino	10	71,43
<b>Faixa Etária</b>		
Até 30 anos	3	21,4
31-60 anos	8	57,1
> 60 anos	3	21,4
<b>Escolaridade</b>		
Ensino Fundamental	4	28,57
Ensino Médio	3	21,43
Ensino Superior	7	50,00
<b>Profissão</b>		
Agricultor	7	50,00
Empresário	5	36,00
Turismólogo	2	14,00

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa de campo (2015).

No que se refere-se ao perfil dos proprietários rurais e dos empreendimentos, estes foram classificados em três tipos de acordo com o tipo de atividade econômica realizada em cada estabelecimento rural. Dessa forma, os tipos estabelecidos foram os seguintes: Grupo 1 (AF+TR) – desenvolvem em suas propriedades atividades de turismo rural e exploração agrícola com características da agricultura familiar. Grupo 2 (TR) – apresentam como atividade econômica apenas o turismo rural, a exploração agrícola está vinculada exclusivamente a subsistência e a demonstração nas práticas de turismo. Grupo 3 (AE+TR) – tem com base econômica da propriedade a agropecuária e a agricultura, sendo estas de caráter empresarial, enquanto as atividades de turismo rural apresentam-se na propriedade com baixo e/ou nenhum valor econômico.

Considerando os resultados da tabela 2 a respeito das características dos empreendimentos rurais, observou-se que a metade dos empreendimentos dos entrevistados correspondem ao grupo 1 (AF+TR), seguido por uma parcela menor de empreendimentos que assemelham-se ao perfil do grupo 2 (TR), enquanto o menor número de estabelecimentos entrevistados condiz com as características do grupo 3 (AE+TR). Quanto a localização dos empreendimentos, a maior parte destes estão localizados na área rural do município de Joinville – SC e participam do projeto Viva Ciranda, enquanto a minoria está localizada em Porto Alegre – RS e pertence ao roteiro Caminhos Rurais. Referente à área das propriedades, a metade dos entrevistados declarou apresentar áreas de até 10 hectares, seguido por um grupo menor de entrevistados que declarou possuir áreas entre 10,1 e 100 hectares, e a menor parte declarou áreas físicas maiores de 100 hectares. Desses empreendimentos, a metade está a mais de 10 anos envolvidas com o turismo rural em alguma das suas diferentes segmentações, seguida por uma parcela um pouco menor que trabalham entre 4 e 10 anos, enquanto apenas dois entrevistados declararam que possuem no máximo 3 anos de experiência com o turismo rural.

Neste sentido, Aliste (2014) argumenta que as estruturas sociais estão mais complexas e as relações entre seus distintos grupos se fazem mais dinâmicas. Segundo o autor, junto aos agricultores se consolidam grupos de população com atividades não diretamente associadas à agricultura, que imprimem um novo dinamismo para o futuro dos âmbitos culturais e sistemas de valores distintos aos que têm sido dominantes no meio rural.

**Tabela 2 – Perfil socioeconômico dos empreendimentos de turismo rural pedagógico participantes do projeto Viva Ciranda e roteiro Caminhos Rurais**

<b>Características</b>	<b>Número</b>	<b>%</b>
<b>Área da propriedade</b>		
Até 10 ha	7	50,00
10,1- 100 ha	4	28,57
> 100 ha	3	21,43
<b>Tipo de empreendimento</b>		
Grupo 1 (AF+TR)	7	50,00
Grupo 2 (TR)	4	28,57
Grupo 3 (AE+TR)	3	21,43
<b>Tempo de trabalho no TR</b>		
Até 3 anos	2	14,29
3-10 anos	5	35,71
>10 anos	7	50,00
<b>Localidade</b>		
Porto Alegre	4	28,57
Joinville	10	71,43
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa de campo (2015).

Desse modo, podemos observar através das características relatadas que o perfil dos empreendedores de turismo rural pedagógico é heterogêneo. Embora exista um número maior de homens a frente dos empreendimentos existem também mulheres, jovens e idosos liderando as atividades pedagógicas, bem como empreendedores com elevado grau de escolaridade e agricultores com o ensino fundamental incompleto. Da mesma forma, os empreendimentos também apresentam características diversas. Entre os estabelecimentos de TRP temos propriedades de agricultura familiar, agricultura empresarial e empreendimentos apenas de turismo rural, assim como propriedades que possuem áreas físicas de 1 a mais de 100 hectares, o que demonstra que o TRP vai além de uma iniciativa de diversificação para pequenos produtores, mas como uma oportunidade interessante a novos investidores do meio urbano e rural.

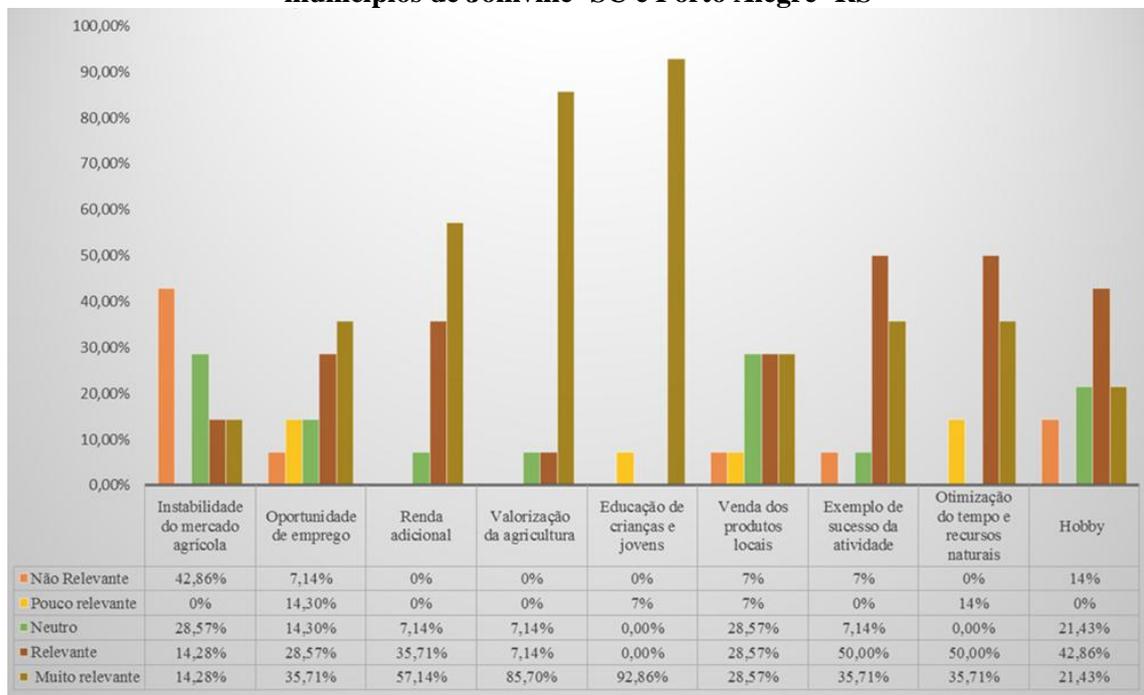
#### 4.3 MOTIVAÇÕES PARA EMPREENDER NO TURISMO RURAL PEDAGÓGICO

Em relação às principais motivações para empreender no segmento do turismo rural pedagógico, observou-se na presente pesquisa que entre as 9 razões listadas através da Escala de Likert como motivações consideradas relevantes na tomada de decisão para empreender no TRP, “*Educar crianças e jovens quanto a importância da produção de alimentos*” obteve a maior média e o menor desvio padrão, indicando um grande grau de concordância entre os entrevistados, sendo citada pela maioria dos entrevistados como uma motivação muito relevante na sua decisão de empreender neste ramo (Figura 20). Da mesma forma, a motivação “*Valorização da agricultura através desse tipo de turismo*” também obteve a maior média, sendo considerada muito relevante por grande parte dos empreendedores, seguido da “*Renda Adicional*” que obteve a terceira maior média e foi considerada muito relevante por mais da metade dos entrevistados.

Embora a exploração de empresas rurais alternativas como o agroturismo e o turismo rural tenha tornado-se uma estratégia de “sobrevivência” das famílias rurais e de diversificação da economia agrícola em muitas regiões (NICKERSON; BLACK; MCCOOL, 2001; BARBIERI, 2010), estudos demonstram que a renda obtida através desse ramo não tem sido muito significativa, o que explica a importância de outros fatores não estritamente econômicos entre as motivações para empreender em atividades não agrícolas. Corroborando com esta idéia e similarmente aos dados obtidos em nosso estudo, McGehee e Kim (2004) relataram além da renda adicional o pleno uso dos recursos disponíveis e a educação dos consumidores como principais motivações dos empreendedores de agroturismo da Virginia –

EUA. Da mesma forma, Ollemburg e Buckley (2007) constataram a importância dos fatores sociais na motivação dos empreendedores de agroturismo da Austrália, enquanto, contrariamente, Nickerson, Black e McCool (2001) verificaram os fatores econômicos como as motivações primárias dos empreendedores no estado de Montana. Entre as principais razões verificadas pelos autores está a flutuação da renda agrícola que, diferentemente de nosso estudo, foi relatada como a terceira principal motivação para diversificação através do agroturismo em Montana – EUA, ficando atrás apenas da renda adicional e do uso pleno dos recursos.

**Figura 21 – Motivações para empreender na atividade de turismo rural pedagógicos, nos municípios de Joinville- SC e Porto Alegre- RS**



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa de campo (2015).

De acordo com os resultados da tabela 3, onde são apresentados os *rankings* de importância das motivações dentro das categorias sociais e econômicas, o grupo das motivações sociais foi considerado o mais relevante pela maioria dos proprietários rurais. Já as motivações econômicas apesar de consideradas importantes por mais da metade dos entrevistados obtiveram menor relevância no *ranking* de importância. Tais resultados aderem às premissas de Barbieri (2010, p. 2) de que,

O desenvolvimento do agroturismo e outros tipos de empresas não agrícolas é promovido como um meio para reduzir os desafios que os agricultores sofrem, no sentido de que eles possam aumentar as receitas e o lucro da exploração agrícola. No entanto, as evidências mostram que o desenvolvimento deste tipo de exploração não

agrícola, não são movidas apenas por considerações econômicas, mas também por um conjunto de objetivos intrínsecos e relacionados ao mercado, como perseguir um estilo de vida rural, a criação de emprego para os membros da família e socializar com os visitantes.

Assim como em muitos estudos já existentes, observamos que entre as motivações classificadas como de cunho social a “*Valorização da agricultura através desse tipo de turismo (TRP)*” despontou como a motivação mais relevante com maior escore médio e menor desvio padrão, sendo apontada como relevante ou muito relevante pela grande maioria dos entrevistados, assim como “*Educar crianças e jovens quanto a importância da produção de alimentos*”, com mesma média e desvio padrão. Enquanto a motivação “Hobby” foi considerada, dentro da categoria social, a motivação de menor relevância. Correlato aos nossos resultados, estudos desenvolvidos na América do Norte (MCGEHEE, KIM, 2004) e Europa (OLLENBURG, BUCKLEY, 2007) demonstram que as principais razões intrínsecas para empreender nos diversos segmentos do agroturismo e turismo rural estão vinculadas a uma série de aspirações pessoais dos empresários e familiares. Segundo estes autores, os fatores mais citados são a geração de emprego e/ou ocupação para os membros da família, manter o estilo de vida rural, conhecer pessoas interessantes, educar os visitantes, além de aspectos relacionados às características empreendedoras como novos desafios, satisfação pessoal e outros.

**Tabela 3- Motivações econômicas e sociais iniciais dos empreendedores de TRP do projeto Viva Ciranda e roteiro Caminhos Rurais**

<b>Motivações Econômicas</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio Padrão</b>	<b>Relevantes<sup>1</sup> (%)</b>	<b>Não Relevantes<sup>2</sup> (%)</b>
Renda adicional	4,50	0,65	92,8	7,2
O sucesso de outras propriedades de turismo rural pedagógico	4,29	0,61	85,7	14,3
Utilizar o tempo livre e os recursos naturais disponíveis na propriedade	4,07	1,00	85,7	14,3
Oportunidade de emprego para os membros da família	3,71	1,33	64,3	35,7
Aumento da procura e venda dos produtos locais	3,64	1,22	57,1	42,9
Variação dos preços dos produtos agrícolas	2,57	1,55	28,6	71,4
<b>Motivações Sociais</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio Padrão</b>	<b>Relevantes (%)</b>	<b>Não Relevantes (%)</b>
Valorização da agricultura através desse tipo de turismo	4,79	0,58	92,8	7,2
Educar crianças e jovens quanto a importância da produção de alimentos	4,79	0,80	92,8	7,2
Hobby	3,57	1,28	35,7	64,3
<b>Motivações Sociais</b>	<b>4,38</b>	<b>1,06</b>	<b>84%</b>	<b>16%</b>
<b>Motivações Econômicas</b>	<b>3,79</b>	<b>1,29</b>	<b>67%</b>	<b>33%</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa de campo (2015).

<sup>1</sup>Corresponde a % de respostas relevante e muito relevante;

<sup>2</sup> Corresponde a % de respostas não relevante, pouco relevante e neutro;

Quanto ao destaque da valorização da agricultura como principal motivação, este ocorre, pois atividades não agrícolas como o agroturismo e turismo rural são responsáveis pelo estabelecimento de um vínculo entre turistas e atores locais, promovendo a troca de conhecimentos e o intercâmbio cultural, afirmando-se como um instrumento de valorização do meio rural. Neste sentido, Wanderley (2000, p. 31) argumenta,

A sociedade brasileira parece ter hoje um olhar novo sobre o meio rural. Visto sempre como a fonte de problemas – desenraizamento, miséria, isolamento, currais eleitorais etc. – surgem, aqui e ali, indícios de que o meio rural é percebido igualmente como portador de “soluções”. Esta percepção positiva crescente, real ou imaginária, encontra no meio rural alternativas para o problema do emprego (reivindicação pela terra, inclusive dos que dela haviam sido expulsos), para a melhoria da qualidade de vida, através de contatos mais diretos e intensos com a natureza, de forma intermitente (turismo rural) ou permanente (residência rural) e através do aprofundamento de relações sociais mais pessoais, tidas como predominantes entre os habitantes do campo.

Para Fucks e Souza (2010), “[...] o turismo contribui para a reestruturação e resgate dos papéis dos indivíduos, no âmbito da família e da sociedade, à medida que oportuniza novas ocupações, postos de trabalho e novas formas de inserção social”. Quanto a importância da educação de crianças e jovens em relação às atividades do meio rural, Nasers (2009) argumenta que se os visitantes compreenderem melhor a forma de vida rural será mais fácil ter o apoio às práticas agrícolas quando necessário. Dessa forma, observa-se que a educação de crianças e jovens quanto à produção de alimentos está diretamente ligada à valorização da agricultura e do modo de vida rural, e estas, por sua vez, estão vinculadas, muitas vezes, a interpretação que os proprietários rurais fazem a respeito da agricultura como estilo de vida e não apenas como uma atividade econômica, como demonstrou o entrevistado 3 ao relatar que:

Minha motivação é o meu ideal, mostrar que não importa a idade que a gente tem, a gente pode fazer alguma coisa pela sociedade. E também pela importância que eu vejo em resgatar o meio de fazer agricultura... é o passado presente no futuro, essa é a nossa ideia. É o prazer de mostrar coisas que foram perdidas (ENTREVISTADO 3, CAMINHOS RURAIS, 03/07/2014).

Em relação às motivações econômicas, a motivação “*Renda Adicional*” foi avaliada como relevante ou muito relevante pela maioria dos entrevistados. Para Evans e Ilbery (1989), os agricultores são frequentemente confrontados com duas opções para garantir sua permanência frente a um mercado agrícola em recessão: intensificar a produção ou diversificar em busca de fontes de rendas alternativas. Muitos agricultores precisam complementar a renda familiar e o turismo rural “representa uma relação simbiótica entre a

agricultura e o turismo, pois áreas agrícolas marginais não são, muitas vezes, economicamente viáveis, mas juntos (turismo e agricultura) podem produzir uma combinação rentável” (MURPHY, 1986, p. 669), por isso a importância da renda adicional como motivação para empreender no TRP.

Seguida da “*Renda Adicional*” verificamos no *ranking* das razões econômicas as motivações “*Sucesso de outras propriedades de turismo rural pedagógico*”, “*Utilizar o tempo livre e os recursos naturais disponíveis na propriedade*” e “*Oportunidade de emprego para os membros da família*”. Já com menor relevância verificou-se o “*Aumento da procura e venda dos produtos locais*” e a “*Variação dos preços dos produtos agrícolas*”, respectivamente.

Neste contexto, Lane (2014) salienta que o turismo rural teve sua origem no interesse de vários pequenos agricultores e empreendedores rurais em “sobreviver” face aos retrocessos decrescentes da agricultura e de outras pequenas empresas rurais. Assim, além de representar uma fonte de renda alternativa e de emprego e/ou ocupação para os membros da família, o TRP é também uma forma de aliar o tempo livre dos proprietários rurais e agricultores, assim como os recursos naturais já disponíveis nas propriedades a uma prática econômica viável. Segundo Nickerson, Black e McCool (2001), os proprietários rurais, em especial os agricultores, já possuem a terra e as atividades agrícolas que atraem as pessoas, portanto, torna-se razoável que eles utilizem plenamente os recursos que possuem.

Quanto à baixa indicação da variação do mercado agrícola como umas das principais razões para iniciar no ramo do TRP, esta pode estar vinculada ao fato de que muitas das propriedades pesquisadas não possuem na agricultura sua principal fonte de renda, sendo dependentes de rendas vindas de pensões, de atividades do setor urbano e do turismo. Além disso, alguns entrevistados destacaram que embora o TRP seja uma atividade fundamental como sua renda adicional, este também se consolida como uma prática sazonal dependente do calendário escolar, não sendo uma estratégia de diversificação totalmente suficiente para suprir as altas e baixas do mercado agrícola, como demonstra a fala do entrevistado abaixo.

Para nós a única coisa que a variação do preço dos produtos agrícolas prejudica é na manutenção da propriedade, porque nós não dependemos da agricultura para nossa renda. E também o turismo pedagógico não é uma fonte “certa” porque nas férias escolares não temos movimento das escolas (ENTREVISTADO 7, PROJETO VIVA CIRANDA, 16/07/2014).

Procurando elucidar a complexidade existente nas motivações das ações de empreendedorismo no meio rural, foram selecionados alguns dados socioeconômicos dos estabelecimentos visitados e estes foram correlacionados com os diferentes fatores motivacionais. Dessa maneira, observaram-se algumas diferenças entre as motivações mais relevantes e menos relevantes para cada característica analisada. Segundo Wagle (2009), assumindo-se os recursos como dados e as capacidades incorporadas às características individuais, o processo de seleção do “caminho” a ser seguido pelo produtor é moldado em função de suas características demográficas e fatores motivacionais. Conforme Amanor-Boadu (2013), ao explorar as origens da ação empreendedora na Noruega, Berglann *et al.* (2011), assim como Nga e Shamuganathan (2010), relataram a importância dos fatores demográficos como renda, sexo e educação na influência das intenções iniciais dos empresários.

Dessa forma, conforme os resultados da tabela 4, no que se refere às características relacionadas às atividades econômicas desenvolvidas nas propriedades: Grupo1 (AF+TR), Grupo 2 (TR) e Grupo 3 (AE+TR), os Grupos 1 e 3, diretamente envolvidos com a produção agropecuária, apontaram as motivações “*Educar crianças e jovens quanto a importância da produção de alimentos*” e “*Valorização da agricultura através desse tipo de turismo*” como as mais relevantes, demonstrando como tais razões estão intimamente ligadas a importância das atividades agrícolas e agropecuárias desenvolvidas nessas propriedades rurais. Já o Grupo 2 (TR) relatou a “*Renda Adicional*” e a “*Oportunidade de emprego para os membros da família*” como as motivações de maior importância, evidenciando o papel do TRP como fonte de renda para o grupo de empreendedores que tem como principal atividade o turismo rural. Quanto às motivações menos relevantes, os três grupos mencionaram a “*Variação do preço dos produtos agrícolas*”. Neste mesmo sentido, Nickerson, Black e McCool (2001) também verificaram opiniões divergentes entre os diferentes tipos de estabelecimentos (agrícolas, pecuaristas, agropecuários e destinados apenas ao turismo). As propriedades destinadas principalmente ao turismo de férias e que não se classificaram como fazendas ou ranchos apresentaram menor preocupação com a flutuação da renda agrícola e maior interesse em atender as demandas do mercado, demonstrando a relação entre os fatores motivacionais e as atividades econômicas da propriedade rural.

Em relação ao dado sobre as diferentes faixas etárias dos empreendedores, conforme apresentado na tabela 5, destacaram-se as seguintes variações: o grupo de empreendedores mais jovens, com até 30 anos e o grupo acima de 60 anos apontaram a motivação “*Educar crianças e jovens quanto a importância da produção de alimentos*” como muito relevante na

sua tomada de decisão. Já os empreendedores com faixa etária entre 31 e 60 anos destacaram além da “Valorização da agricultura através desse tipo de turismo” a “Renda adicional”. Para Lane (2014), a nova geração de empreendedores de turismo rural (com menos de 40 anos de idade) apresenta um interesse crescente pelo patrimônio natural e pelo patrimônio criado pelo homem, o que explica a motivação dos empreendedores de TRP com até 30 anos em preservar estes patrimônios através da valorização das atividades agrícolas e da conscientização dos visitantes sobre tais práticas. Quanto aos proprietários rurais consultados com mais de 60 anos, estes possuem uma relação direta com a agricultura, o que justifica sua percepção sobre a preservação e conservação de seu meio de produção (recursos naturais) através de práticas como o TRP.

**Tabela 4 - Ranking das motivações para empreender no TRP, segundo os grupos tipificados nas propriedades rurais pertencentes ao projeto Viva Ciranda e roteiro Caminhos Rurais**

Motivações	Grupo 1 (AF+TR)		Grupo 2 (TR)		Grupo 3 (AE+TR)	
	Média	DP	Média	DP	Média	DP
Educar crianças e jovens quanto a importância da produção de alimentos	5	0,00	4,25	1,50	5	0,00
Valorização da agricultura através desse tipo de turismo	4,86	0,38	4,5	1,00	5	0,00
Renda adicional	4,57	0,53	4,75	0,50	4	1,00
Aumento da procura e venda dos produtos locais através do TRP	4,29	0,95	3	1,41	3	1,00
O sucesso de outras propriedades de turismo rural pedagógico	4,29	0,95	4,25	0,50	4	1,00
Utilizar o tempo livre e os recursos naturais disponíveis na propriedade	4,14	1,07	3,75	1,26	4,33	0,58
Oportunidade de emprego para os membros da família	3,86	1,07	4,75	0,50	3	1,00
Hobby	3,71	0,76	3,5	1,73	3,33	2,08
Variação dos preços dos produtos agrícolas	3	1,53	2,5	1,91	1,67	1,15

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa de campo (2015).

Nota: DP = Desvio Padrão; AF= Agricultura Familiar; TR= Turismo Rural; AE= Agricultura Empresarial;

**Tabela 5 – Ranking das motivações para empreender no TRP, segundo a faixa etária dos proprietários rurais participantes do projeto Viva Ciranda e roteiro Caminhos Rurais**

Motivações	Até 30 anos		31 – 60 anos		>60 anos	
	Média	DP	Média	DP	Média	DP
Valorização da agricultura através desse tipo de turismo	5,00	2,08	4,75	1,64	4,66	0,00
Educar crianças e jovens quanto a importância da produção de alimentos	5,00	0,00	4,62	1,36	5,00	0,58
Renda adicional	4,66	0,58	4,75	0,46	3,66	0,58
O sucesso de outras propriedades de turismo rural pedagógico	4,66	0,00	4,37	0,71	3,66	0,58
Aumento da procura e venda dos produtos locais através do turismo	4,33	0,00	3,12	1,06	4,33	0,00
Utilizar o tempo livre e os recursos naturais disponíveis na propriedade	4,33	0,58	3,87	1,25	4,33	1,15
Variação dos preços dos produtos agrícolas	3,33	0,58	2,12	0,52	3	0
Oportunidade de emprego para os membros da família	3,33	0,58	3,87	1,25	3,66	0,58
Hobby	2,66	1,53	3,50	1,20	4,66	0,58

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa de campo (2015).

Nota: DP = Desvio Padrão

Quanto às questões de gênero, os resultados apresentados na tabela 6 mostram que entre os diferentes gêneros que lideram os empreendimentos de turismo rural pedagógico não há diferenças quanto às principais motivações. As motivações “*Educar crianças e jovens quanto a importância da produção de alimentos*” e a “*Valorização da agricultura através desse tipo de turismo*” são as razões consideradas mais relevantes pelos dois grupos de empreendedores. Da mesma forma, a motivação considerada menos relevante foi a “*Variação do preço dos produtos agrícolas*” para ambos os grupos. Amanor-Boadu (2013) também verificou no Kansas (EUA) que o gênero foi a única característica demográfica que não interferiu na motivação de diversificar através do turismo rural e do agroturismo.

**Tabela 6 – Ranking das motivações para empreender no TRP, segundo o gênero dos proprietários rurais participantes do projeto Viva Ciranda e roteiro Caminhos Rurais**

Motivações	Mulheres		Homens	
	Média	DP	Média	DP
Valorização da agricultura através desse tipo de turismo	5,00	0,00	4,73	0,65
Educar crianças e jovens quanto a importância da produção de alimentos	5,00	0,00	4,73	0,90
Renda adicional	4,67	0,58	4,45	0,69
O sucesso de outras propriedades de turismo rural pedagógico	4,67	0,58	4,18	0,60
Utilizar o tempo livre e os recursos naturais disponíveis na propriedade	4,67	0,58	3,91	1,04
Aumento da procura e venda dos produtos locais através do turismo	4,00	1,73	3,55	1,13
Hobby	3,67	0,58	3,55	1,44
Variação dos preços dos produtos agrícolas	2,00	1,73	2,73	1,56

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa de campo (2015).

Nota: DP = Desvio Padrão

Em relação aos resultados da tabela 7, referente ao tempo de trabalho dos empreendedores com o turismo rural, percebeu-se que os proprietários rurais que trabalham neste segmento em até 3 anos consideraram “Renda Adicional”, “Valorização da agricultura através desse tipo de turismo”, “Educar crianças e jovens quanto a importância da produção de alimentos” e “O sucesso de outras propriedades de turismo rural pedagógico” como as motivações mais relevantes, ambas com a mesma média no ranking de classificação da importância das motivações. Já os empreendedores que trabalham entre 4 e 10 anos com turismo rural citaram a “Valorização da agricultura através desse tipo de turismo” e “Educar crianças e jovens quanto a importância da produção de alimentos”, enquanto os proprietários rurais envolvidos há mais de 10 anos com o segmento julgaram “Educar crianças e jovens quanto a importância da produção de alimentos” como a razão mais para empreender no TRP. Embora os investidores de TRP com menor tempo de envolvimento com turismo rural tenham considerado além dos fatores sociais, os aspectos econômicos na motivação para aderir a este segmento do turismo, de modo geral, as razões consideradas pelos empreendedores não parecem ser influenciadas por suas experiências anteriores com turismo rural. Desse mesmo modo, Nickerson, Black e McCool (2001) também não observaram importância da classificação das motivações dos empreendedores de Montana, em função de seu tempo de envolvimento com o turismo rural ou mesmo com a agricultura.

**Tabela 7 – Ranking das motivações para empreender no TRP, segundo o tempo de envolvimento com atividades de turismo rural do projeto Viva Ciranda e roteiro Caminhos Rurais**

Motivações	Até 3 anos no TR		4-10 anos no TR		>10 anos no TR	
	Média	DP	Média	DP	Média	DP
Renda adicional	5,00	0,00	4,75	0,50	4,50	0,55
Valorização da agricultura através desse tipo de turismo	5,00	0,00	5,00	0,00	4,50	0,84
Educar crianças e jovens quanto a importância da produção de alimentos	5,00	0,00	5,00	0,00	4,57	1,13
O sucesso de outras propriedades de turismo rural pedagógico	5,00	0,00	4,20	0,84	4,14	0,38
Utilizar o tempo livre e os recursos naturais disponíveis na propriedade	4,50	0,71	3,80	1,10	4,14	1,07
Aumento da procura e venda dos produtos locais através do turismo	3,50	2,12	3,60	0,89	3,71	1,38
Hobby	3,50	0,15	4,00	0,83	3,28	0,38
Oportunidade de emprego para os membros da família	3,00	1,41	4,00	1,00	3,75	1,89
Variação dos preços dos produtos agrícolas	2,50	2,12	2,80	1,10	2,43	1,90

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa de campo (2015).

Nota: DP = Desvio Padrão

Já, conforme os dados apresentados na tabela 8 ficou evidente a pouca variação das motivações entre os diferentes tamanhos das propriedades. As propriedades com até 10 hectares, em sua maioria de agricultura familiar destacaram a “*Valorização da agricultura através desse tipo de turismo*” e “*Educar crianças e jovens quanto à importância da produção de alimentos*” como as principais motivações do TRP. Da mesma forma, as propriedades entre 10,1 e 100 hectares salientaram a importância da motivação “*Educar crianças e jovens quanto à importância da produção de alimentos*”, ressaltando suas preocupações com suas atividades principais, a agricultura e o reconhecimento de seu valor pelas novas gerações.

Segundo Nickerson, Black e McCool (2001) existe uma tendência de que propriedades maiores sintam mais os reflexos da instabilidade do mercado, voltando dessa forma seus interesses para os fatores econômicos. No entanto, no caso das propriedades do Viva Ciranda e Caminhos Rurais, essa tendência não se confirmou, de modo que os empreendimentos com mais de 100 hectares destacaram a “*Valorização da agricultura através desse tipo de turismo*” como a motivação mais importante. De modo geral, estes empreendimentos arrecadam grandes volumes com a produção agrícola ou renda externa, e/ou estão diretamente ligados com questões de preservação ambiental por estarem vinculados a áreas de preservação permanente. Assim, suas principais motivações estão relacionadas aos fatores sociais, em especial a valorização da agricultura.

**Tabela 8 - Ranking das principais motivações para empreender no TRP, segundo a área das propriedades do projeto Viva Ciranda e roteiro Caminhos Rurais**

Motivações	Até 10 ha		10,1-100 ha		>100 ha	
	Média	DP	Média	DP	Média	DP
Valorização da agricultura através desse tipo de turismo	5,00	1,51	4,75	1,71	3,75	1,55
Educar crianças e jovens quanto a importância da produção de alimentos	5,00	0,00	5,00	0,00	3,33	2,55
Renda adicional	4,28	0,76	4,75	0,50	3,26	2,16
Utilizar o tempo livre e os recursos naturais disponíveis na propriedade	4,14	0,00	3,75	0,50	2,63	1,65
O sucesso de outras propriedades de turismo rural pedagógico	4,00	0,00	4,50	0,00	2,83	2,28
Oportunidade de emprego para os membros da família	3,57	1,40	4,25	0,96	3,33	1,70
Aumento da procura e venda dos produtos locais através do turismo	3,57	0,58	3,75	0,58	2,63	1,61
Hobby	3,43	1,07	3,50	1,26	2,67	1,13
Variação dos preços dos produtos agrícolas	2,43	1,72	3,25	0,58	2,00	1,34

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa de campo (2015).

Nota: DP = Desvio Padrão

Embora as motivações iniciais dos empreendedores do projeto Viva Ciranda e do roteiro Caminhos Rurais não tenham, de modo geral, divergido de forma acentuada em função do perfil das propriedades e dos proprietários rurais, sendo as motivações sociais mais evidenciadas, estas (motivações) estão sujeitas as influências do ambiente microeconômico ao qual estão inseridas. Para McGehee e Kim (2004) o agroturismo não possui motivações singulares, sendo necessário que os empresários encontrem um *continuum* entre a racionalidade formal e substantiva. Neste sentido, a representatividade que as motivações “Valorização da agricultura através desse tipo de turismo”, “Educar crianças e jovens quanto a importância da produção de alimentos” e “Renda Adicional” demonstraram nos diferentes perfis analisados podem ser elucidados pelo fato de que, muitas vezes, os benefícios sociais que o agroturismo promove podem superar os benefícios econômicos, como salientam Nickerson, Black e McCool (2001). Para os autores, fatores como a educação dos consumidores quanto à importância do meio rural, de modo que esses passem a apoiar a agricultura, são aspectos que valorizam as atividades agrícolas e os agricultores, o que os motiva a diversificarem suas atividades. Do mesmo modo, Ryan e Deci (2011) afirmam que os fatores motivacionais possuem antecedentes externos e internos, muitas vezes invisíveis, que definem a intenção e a ação. Para Amanor-Boadu (2013) as motivações das ações empreendedoras podem apresentar enraizamento social e a busca pela satisfação pessoal, o que pode ser mais forte do que motivações econômicas como a renda, evidenciando assim a complexidade das motivações para ações empreendedoras, em especial no meio rural

característico pelas numerosas singularidades socioeconômicas, culturais e ambientais. Ainda, no que tange as atividades não agrícolas no meio rural essa complexidade torna-se maior, pois exige grandes transições na vida dos proprietários rurais, principalmente nas propriedades que exercem atividades agropecuárias e que apresentam grande dependência da renda agrícola.

Podemos observar que de modo geral as motivações consideradas mais importantes pelos entrevistados na participação no TRP concentraram-se entre: Valorização da agricultura; Educar crianças e jovens quanto a importância da produção de alimentos; Renda Adicional, como podemos averiguar nas informações contidas nas tabelas apresentadas anteriormente. Todavia, as propriedades e os proprietários rurais apresentem características socioeconômicas diferentes, a maior parte destas não interferiram de modo significativo na escolha dos empreendedores por este segmento do turismo rural.

Embora a motivação de escolha em um processo de “adição de valor” seja simples e direta, ou seja, aumentando o valor de seus produtos, a motivação para permanecer no agroturismo é muitas vezes mais complexa (AMANOR-BOADU, 2013). Assim, conforme demonstram os resultados da tabela 9, no que concerne as motivações sociais e econômicas para permanecer no TRP, as razões sociais obtiveram uma maior relevância que as motivações econômicas. Entre as motivações sociais a “*Satisfação pessoal*” foi considerada relevante ou muito relevante por todos os entrevistados, seguido das motivações “*Interação e troca de experiências com os visitantes*” e “*Valorização do rural pelos visitantes*”. A importância dada aos fatores sociais como a satisfação pessoal podem ser compreendidas pelo fato de que, a partir do momento em que as expectativas iniciais de diversificação voltadas aos fatores econômicos não são atendidas os proprietários rurais passam a ver este tipo de negócio (agroturismo) como não estritamente lucrativo, salientando as vantagens sociais no lugar das vantagens financeiras, como argumenta Vogeler (1975). Ainda, de acordo com o autor, a permanência nesse tipo de negócio, mesmo sem frutos econômicos, caracteriza a autoexploração<sup>8</sup> dos agricultores, ou seja, o desejo dos pequenos agricultores de se manterem na posição de capitalista. Da mesma forma, Andersson, Carlsen e Getz (2002) admitem que o turismo rural e o agroturismo são muitas vezes motivados por razões como estilo de vida e autonomia, o que pode ser observado na fala de um dos empreendedores entrevistados ao afirmar que:

Primeiro a gente permanece nesse ramo por assim, a gente tem mais qualidade de vida, podemos viver num ambiente bem melhor e depois porque o negócio “tá”

---

<sup>8</sup> Para Vogeler (1975), a exploração em um sistema econômico ocorre quando a renda do trabalhador é menor que a riqueza total produzida por ele.

crescendo. Não “tá” do jeito que a gente queria, mas todo ano cresce (ENTREVISTADO 10, 17/07/2014).

Já entre as motivações econômicas o “Aumento da divulgação e a venda dos produtos locais após o início do TRP” foi a motivação considerada pela maior parte dos empreendedores como a mais relevante ou muito relevante, seguido pelas motivações “Importância da renda obtida através do TRP” e “Ocupação/emprego para os membros da família”. Embora tenham sido consideradas muitas relevantes por uma percentagem menor de entrevistados do que as motivações sociais, estas ainda exercem um papel importante na obtenção de uma renda complementar. Conforme declarado por muitos dos agricultores pesquisados, o TRP representa uma grande oportunidade de conexão entre os produtores rurais e os consumidores dos produtos locais, aumentando suas vendas. Neste sentido, McEnroe (2010) e Adams (2008) argumentam que as propriedades rurais educacionais apresentam-se como uma atividade apta a promover a dinamização da economia local, através da geração de renda e empregos para os membros das famílias, da valorização dos produtos locais consumidos pelas crianças, muitas vezes vendidos às famílias que tendem, incentivados pelas crianças, a retornarem as propriedades pedagógicas, e pela renda proveniente do próprio turismo rural pedagógico.

**Tabela 9 – Ranking das motivações sociais e econômicas para os empreendedores permanecerem no Turismo Rural Pedagógico no projeto Viva Ciranda e roteiro Caminhos Rurais**

<b>Motivações Sociais</b>	<b>Média</b>	<b>DP</b>	<b>% Relevante<sup>1</sup></b>	<b>% Não Relevante<sup>2</sup></b>
Satisfação pessoal	4,93	0,27	100	0
Valorização do rural pelos visitantes	4,79	0,43	100	0
Interação e troca de experiências com os visitantes	4,79	0,43	92,9	7,1
<b>Motivações Econômicas</b>	<b>Média</b>	<b>DP</b>	<b>% Relevante<sup>1</sup></b>	<b>% Não Relevante<sup>2</sup></b>
Aumento da divulgação e venda dos produtos locais após o início do TRP	4,21	0,97	78,6	21,4
Importância da renda obtida através do TRP	4,07 <sup>1</sup>	1,07	64,3	35,7
Ocupação/emprego para os membros da família	3,71	0,99	71,4	28,6

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa de campo (2015).

Nota: DP = Desvio Padrão

No que concerne a relação existente entre as motivações para permanecer no TRP e o perfil socioeconômico dos empreendedores e de suas propriedades rurais, observou-se algumas diferenças no *ranking* de relevância dessas motivações. Dessa forma, segundo os resultados apresentados na tabela 10 referente aos diferentes gêneros, as mulheres

consideraram “*O aumento da divulgação e da venda dos produtos locais após o início do TRP*” como a motivação mais relevante, enquanto os empreendedores masculinos ressaltaram a “*Satisfação pessoal*” como a principal motivação. A maior preocupação das mulheres com a venda dos produtos locais está relacionada a responsabilidade que estas exercem sobre a produção dos produtos comercializados nas propriedades como geleias, compotas, panificação e artesanatos, na medida em que os homens são responsáveis pelas atividades agrícolas e manutenção da propriedade. Assim, as mulheres são cada vez mais motivadas pela valorização do seu trabalho através da venda dos produtos locais. Neste sentido, Dieguez-Castrillon *et al.* (2012) afirmam que este tipo de negócio beneficia a equidade social por proporcionarem uma via de entrada no mercado de trabalho rural. Segundo os autores, as mulheres, muito mais do que os homens, respondem aos habituais motivos de diversificação produtiva no rural: a geração de rendas que garanta a sobrevivência financeira.

Ainda, segundo os resultados da tabela 10, para os proprietários rurais entre 31 e 60 anos de idade, bem como para os com mais de 60 anos, a “*Satisfação pessoal*” foi considerada a motivação mais importante para permanecer no TRP. Já para os empreendedores mais jovens, com até 30 anos de idade, as motivações “*Interação e troca de experiências com os visitantes*”, “*Ocupação/emprego para os membros da família*”, “*Satisfação pessoal*” e a “*Valorização do rural pelos visitantes*” foram relatadas pelos empreendedores como tendo o mesmo grau de importância, indicando que os jovens proprietários rurais observam um número maior de aspectos sociais e econômicos para permanecer negócio, o que corrobora com a afirmação de McGehee e Kim (2004) de que o *continuum* existente entre os fatores sociais e econômicos demonstra que a tentativa de categorizar singularmente as motivações pode conduzir a equívocos.

**Tabela 10 – Motivações para permanecer no TRP, segundo o gênero e a faixa etária dos empreendedores do projeto Viva Ciranda e roteiro Caminhos Rurais**

Motivações	Feminino		Masculino	
	Média	DP	Média	DP
Importância da renda obtida através do TRP	4,33	1,15	4,00	1,10
Aumento da divulgação e venda dos produtos locais após o início do TRP	5,00	0,00	4,00	1,00
Interação e troca de experiências com os visitantes	4,67	0,58	4,82	0,40
Satisfação pessoal	4,67	0,58	5,00	0,00
Valorização do rural pelos visitantes	4,67	0,58	4,82	0,40
Ocupação/emprego para os membros da família	2,67	1,53	4,00	0,63

Motivações	Até 30 anos		31-60 anos		> 60 anos	
	Média	DP	Média	DP	Média	DP
Interação e troca de experiências com os visitantes	4,67	0,58	4,75	0,46	4,67	0,58
Ocupação/emprego para os membros da família	4,67	0,58	3,50	1,07	3,67	0,58
Satisfação pessoal	4,67	0,58	4,88	0,35	5,00	0,00
Valorização do rural pelos visitantes	4,67	0,58	4,75	0,46	4,67	0,58
Aumento da divulgação e venda dos produtos locais após o início do TRP	4,33	1,15	4,25	1,04	4,00	1,00
Importância da renda obtida através do TRP	4,67	0,58	4,75	0,46	4,67	0,58

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa de campo (2015).

Nota: DP = Desvio Padrão

Já de acordo com os resultados expostos na tabela 11, quanto ao tipo de atividades econômicas desenvolvidas em cada propriedade: Grupo 1 (AF+TR), Grupo 2 (TR) e Grupo 3 (AE+TR), notou-se que ambos os grupos (1, 2 e 3) classificaram a “*Satisfação Pessoal*” como a motivação mais relevante. Embora os grupos 1 e 3 tenham mantido suas motivações para permanecer no TRP baseadas nos fatores sociais, McGehee e Kim (2004) afirmam que o agroturismo, do mesmo modo que os demais empreendimentos econômicos, podem ter suas motivações alteradas ao longo do tempo, como fica evidente no grupo 2 (TR) que julgou os fatores econômicos mais relevantes para empreender no TRP, porém, julgou as razões sociais essenciais para permanecer no negócio.

A respeito dos resultados sobre a relação entre a área física das propriedades e a motivação de permanência no TRP apresentados na tabela 12, todos os entrevistados relataram a “*Satisfação pessoal*” como a motivação mais relevante para se manter no segmento, independentemente do tamanho da propriedade. Porém, observou-se um empate no *ranking* da relevância das motivações dentro de cada grupo. Os empreendedores com propriedades de até 10 hectares, além da “*Satisfação pessoal*” destacaram a “*Valorização do*

rural pelos visitantes”. Já os entrevistados com propriedades com áreas entre 10,1 e 100 hectares apontaram a “*Importância da renda obtida através do TRP*”, assim como a “*Satisfação pessoal*” como as principais motivações. No caso das propriedades com mais de 100 hectares as motivações “*Satisfação pessoal*”, “*Aumento da divulgação e da venda de produtos locais*” e “*Interação e troca de experiências com os visitantes*” foram consideradas as de maior importância, demonstrando que embora muitas das propriedades com mais de 100 hectares tenham iniciado suas atividades no TRP motivados por aspectos como a “*educação de crianças e jovens*” e a consequente “*valorização do meio rural*”, estes passaram a perceber que aliado aos fatores sociais esse tipo de turismo é capaz de promover benefícios econômicos como a divulgação dos produtos e atividades desenvolvidas nas propriedades rurais.

**Tabela 11- Ranking das motivações para permanecer no TRP, segundo as atividades econômicas desenvolvidas nas propriedades rurais do projeto Viva Ciranda e roteiro Caminhos Rurais**

Motivações	Grupo 1 (AF+TR)		Grupo 2 (TR)		Grupo 3 (AE+TR)	
	Média	DP	Média	DP	Média	DP
Satisfação pessoal	4,86	0,38	5,00	0,00	5,00	0,00
Interação e troca de experiências com os visitantes	4,71	0,49	4,75	0,50	5,00	0,00
Aumento da divulgação e venda dos produtos locais após o início do TRP	4,71	0,49	3,25	0,96	4,33	1,15
Valorização do rural pelos visitantes	4,71	0,49	4,75	0,50	5,00	0,00
Importância da renda obtida através do TRP	4,57	1,13	4,00	0,82	3,00	0,00
Ocupação/emprego para os membros da família	3,43	1,13	4,25	0,50	3,67	1,15

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa de campo (2015).

Nota: DP = Desvio Padrão

**Tabela 12- Ranking das motivações para permanecer no TRP, segundo a área das propriedades do projeto Viva Ciranda e roteiro Caminhos rurais**

Motivações	Até 10 ha		10,1-100 ha		>100 ha	
	Média	DP	Média	DP	Média	DP
Satisfação pessoal	5,00	0,00	5,00	0,00	4,67	0,58
Valorização do rural pelos visitantes	5,00	0,00	4,75	0,50	4,33	0,58
Interação e troca de experiências com os visitantes	4,86	0,41	4,75	0,50	4,67	0,58
Aumento da divulgação e venda dos produtos locais após o início do TRP	3,71	1,21	4,75	0,50	4,67	0,58
Ocupação/emprego para os membros da família	3,71	1,51	3,75	0,50	3,67	0,58
Importância da renda obtida através do TRP	3,57	0,98	5,00	0,00	4,00	1,00

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa de campo (2015).

Nota: DP = Desvio Padrão

Já no que tange os diferentes tempos de trabalho dos empreendedores com o turismo rural, os resultados da tabela 13 apontam que os proprietários rurais que estão a menos tempo no ramo (até 3 anos) consideraram a “Importância da renda obtida através do TRP” como a motivação mais relevante, enquanto os empreendedores com mais experiência (4 a 10 anos e superior a 10 anos) no turismo rural ressaltaram as motivações de cunho social, sendo a “Satisfação pessoal” a razão mais relevante.

**Tabela 13- Ranking das motivações para permanecer no TRP, segundo o tempo de envolvimento com o turismo rural das propriedades do projeto Viva Ciranda e roteiro Caminhos rurais**

Motivações	Até 3 anos		4 – 10 anos		>10 anos	
	Média	DP	Média	DP	Média	DP
Aumento da divulgação e venda dos produtos locais após o início do TRP	5,00	0,00	4,00	0,71	4,14	1,21
Interação e troca de experiências com os visitantes	4,50	0,71	5,00	0,00	4,71	0,49
Satisfação pessoal	4,50	0,71	5,00	0,00	5,00	0,00
Valorização do rural pelos visitantes	4,50	0,71	5,00	0,00	4,71	0,49
Importância da renda obtida através do TRP	4,00	1,41	4,00	1,41	4,14	0,90
Ocupação/emprego para os membros da família	3,50	0,71	3,60	0,55	3,86	1,35

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa de campo (2015).

Nota: DP = Desvio Padrão

Ainda neste sentido, quando questionados sobre valer ou não “a pena” continuar no TRP, 42,8% dos entrevistados relataram motivações exclusivamente sociais, conforme depoimento do entrevistado a seguir:

Com certeza. Porque é gratificante, pelo conhecimento que a gente tá tendo, pela agregação de valores e por ensinar as crianças sobre a agricultura (ENTREVISTADO 8, PROJETO VIVA CIRANDA 16/07/2014).

Entre as principais motivações listadas por esse grupo está a valorização da agricultura, oportunizar as crianças e jovens do meio urbano a oportunidade de conhecer a origem dos alimentos e o contato com a natureza, assim como permitir melhorar a satisfação pessoal e a vontade de conservar o patrimônio sociocultural do meio rural, como argumenta o entrevistado:

Vale. Porque se eu não continuar daqui 10 anos vão acabar com o meio rural (ENTREVISTADO 4, CAMINHOS RURAIS, 02/08/2014).

Entre os empreendedores que relatam as motivações econômicas como as principais razões pelas quais “vale a pena” continuar no TRP, observaram-se fatores como a divulgação dos produtos, a renda adicional, o crescimento do público alvo e o interesse das escolas neste

segmento. Diferentemente dos Estados Unidos da América, onde os incentivos dados pelo governo aos agricultores que diversificam suas atividades motivam estes a empreenderem em segmentos como o agroturismo, em nosso universo de pesquisa (Viva Ciranda e Caminhos Rurais) os empreendedores que acreditam não valer a pena prosseguir com o turismo rural pedagógico salientam a falta de incentivo do poder público como razão para tal.

Neste contexto, podemos observar que, assim como as motivações sociais mostraram-se fundamentais para empreender no turismo rural pedagógico, a permanência dos empreendedores neste segmento também se mostra alicerçada nos fatores pessoais. No entanto, não podemos deixar de ressaltar a importância das motivações econômicas para alguns grupos de empreendedores, como é o caso dos proprietários rurais com menos experiência no âmbito do turismo rural, ou as mulheres que permanecem no TRP pelo aumento da divulgação e das vendas dos produtos locais. Assim, nossos resultados além de possuírem suporte nas pesquisas desenvolvidas anteriormente na América do Norte e Europa demonstram a complexidade do papel da motivação na ação empreendedora, como salienta Langevang *et al.* (2012), sendo necessário compreendermos como esses fatores independente e em conjunto influenciam não só as motivações, mas também a dinâmica dos ambientes onde essas ações são postas em prática.

#### 4.4 BENEFÍCIOS SOCIOECONÔMICOS DO TURISMO RURAL PEDAGÓGICO PARA OS EMPREENDEDORES E SUAS FAMÍLIAS

Buscando uma melhor compreensão dos diferentes tipos de benefícios gerados pelo TRP aos empreendedores, suas famílias e comunidade local, estes foram categorizados em 4 grandes grupos baseados nos fatores da racionalidade e racionalização descritos por Weber, ou seja, fatores que orientam a ação social. São eles: *Benefícios Econômicos*, que leva em consideração apenas os aspectos financeiros proporcionados pelo TRP; *Benefícios Sociais*, que se refere exclusivamente aos fatores sociais; *Benefícios Formal-Substantivo*, que tem ênfase nos benefícios econômicos, mas considera em segundo plano os benefícios sociais; *Benefícios Substantivo-Formal*, que considera em primeiro lugar os aspectos sociais, sem desconsiderar os fatores econômicos promovidos pelo TRP. Para Kalberg (1980), a racionalidade formal de Weber legitima seu cálculo meios-fins através de regras, leis e regulamentos universalmente aplicados. Já a racionalidade substantiva não se baseia, exclusivamente, nos cálculos entre meios-fins. Os valores, sejam eles passados, presentes ou potenciais orientam esse tipo de ação racional. Sabe-se que a relação existente entre as

motivações que impulsionam as ações de empreendedorismo e os benefícios resultantes dessas ações são muito próximos.

Os resultados da tabela 14 assinalam que a maior parte dos entrevistados mencionou como principais benefícios do TRP os fatores substantivo-formal, seguido pelos benefícios sociais e formal-substantivo. Já os benefícios econômicos foram relatados como principais por apenas uma pequena parcela dos proprietários rurais.

**Tabela 14- Categorias de benefícios citados pelos empreendedores de turismo rural pedagógico**

<b>Tipos de benefícios</b>	<b>%</b>
Econômico	7,1
Social	28,57
Formal-Substantivo	28,57
Substantivo-Formal	35,71

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa de campo (2015).

O reconhecimento por parte dos empreendedores em relação aos benefícios sociais em parceria com os benefícios econômicos e vice-versa, bem como a importância dada aos ganhos sociais é evidenciada por Schneider e Fialho (2000, p. 20) ao relatarem que,

O turismo rural propicia a valorização do ambiente onde está sendo explorado por sua capacidade de destacar a cultura e a diversidade natural de uma região, proporcionando a conservação e manutenção do patrimônio histórico, cultural e natural. Pode contribuir, neste sentido, para reorganização social e econômica local uma vez que proporciona benefícios diretos à população local que participa direta ou indiretamente das atividades relacionadas com o turismo.

Ou seja, além de promover a dinâmica econômica local através de fontes de renda não agrícolas, gerando empregos diretos e indiretos, fomentando o comércio local, atividades como o turismo rural, agroturismo e, neste caso o TRP, promovem também o resgate dos costumes, do modo de produção, do patrimônio cultural, desencadeando um processo de valorização do meio e dos atores locais envolvidos na prática do turismo. Desse modo, muitas vezes, os aspectos sociais como a valorização da agricultura, intercâmbio cultural passam a ser reconhecidos em primeiro plano pelos proprietários rurais, evidenciando sua satisfação sobre a reestruturação social que ocorre no meio a partir da interação “rururbana” promovida pelo turismo rural. De acordo com Calvente (2004), os benefícios econômicos diretos como geração de renda complementar e a criação de ocupações podem parecer de pequena importância quando de uma análise estritamente econômica. Entretanto, frente aos problemas enfrentados pelas regiões agrícolas é demonstrada a importância de alternativas viáveis.

Dessa forma, segundo apontam os resultados da tabela 15, entre os principais benefícios da categoria substantivo-formal citados pelos empreendedores estão: *Satisfação pessoal aliada à renda obtida através do TRP; Oportunizar crianças e jovens a conhecer o meio rural aliado ao aumento da venda de produtos locais; Troca de experiências seguido da venda de produtos locais*, como mostram as afirmações dos entrevistados abaixo.

[...] O receber as escolas é uma troca boa, a gente conhece outras pessoas, as pessoas conhecem a gente. Depois das visitas aqui na propriedade, as crianças vão visitar a gente na feira, acabam comprando... É bem bom o retorno de conhecimento deles (ENTREVISTADO 2, CAMINHOS RURAIS, 03/07/2014).

Benefício... É o fato de você estar trabalhando e poder levar as coisas que você conhece, que você tem, que pra ti é normal, para outras pessoas que não conhecem. Isso que eu acho que pra nós é muito mais interessante, além do que, a gente também está divulgando o CTG, o comércio de cavalo e de gado (ENTREVISTADO 8, VIVA CIRANDA, 15/07/2014).

Pra mim, primeiro é a qualidade de vida, poder morar no meio rural, poder passar coisas boas para outras pessoas. E ainda com isso estar podendo receber economicamente, um salário para poder se manter. E assim eu acho que é poder permanecer na propriedade, e dar continuidade aos costumes da família (ENTREVISTADO 10, VIVA CIRANDA, 17/07/2014).

Já entre os principais benefícios formal-substantivo mencionados estão: *A renda do TRP aliada à troca de experiências e a renda do TRP aliada à satisfação pessoal*, como pode ser evidenciado através do depoimento dos entrevistados ao mencionarem a importância da renda e o contato com as novas gerações.

[...] Benefício, é que é muito importante economicamente e o contato com as crianças é gratificante porque ele ajuda e ajuda e muito (ENTREVISTADO 11, VIVA CIRANDA, 17/07/2014).

Primeiro o benefício é econômico. Eu acho que é uma outra fonte de renda, agregar valor ao nosso produto. Bom, e também social porque minha mãe gosta muito de passar o que ela tem para as novas gerações, de ensinar o que os avós faziam, essa troca de experiência (ENTREVISTADO 7, VIVA CIRANDA, 15/07/2014).

Pra nós é uma propaganda. Já aconteceu muito que primeiro a criança vem aqui com a escola depois os pais no sábado. Outro é a questão de as crianças estarem conhecendo o rural, ter essa cultura de cuidar do lugar e tal, de ter um jardim, de cuidar dos animais. Acho que isso é importante, acho que é muito legal isso que o projeto traz. Então essa questão do conhecimento pra criança, claro, do conhecimento pra nós também, que a gente acaba aprendendo também, mas principalmente pra elas, da cultura que elas adquirem e vão poder continuar passando (ENTREVISTADO 5, VIVA CIRANDA, 15/07/2014).

No que se refere aos benefícios sociais, Das e Rainey (2009) argumentam que entre os principais efeitos não tangíveis que o agroturismo é capaz de proporcionar estão o

desenvolvimento de estruturas sociais e a qualidade de vida dos residentes em destinos turísticos. Para os autores essa modalidade de turismo permite o interesse das gerações mais jovens em uma produção agrícola sustentável e ajuda a preservar a vitalidade rural, social e ambiental.

Ainda, corroborando com essa ideia, Zandonadi (2013) salienta que entre os principais benefícios potenciais do agroturismo está a educação do público sobre a importância da agricultura. Dessa forma, evidenciando os argumentos do autor, observou-se que a maioria dos empreendedores que citaram os benefícios sociais como os mais relevantes produzidos pelo TRP mencionaram “*Oportunizar o conhecimento e o contato de crianças e jovens com o meio rural promovendo a consciência ambiental e a valorização da agricultura*”, seguido pela “*Oportunidade de repassar e/ou trocar experiências com diferentes gerações*” (Tabela 15).

**Tabela 15 - Principais benefícios citados dentro de cada categoria pelos empreendedores de TRP do projeto Viva Ciranda e roteiro Caminhos Rurais**

Principais Benefícios		
Benefícios Econômicos	Nº de entrevistados	%
Aumento da venda dos produtos locais	1	100
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>100</b>
Benefícios sociais	Nº de entrevistados	%
Contato de crianças e jovens com o rural	3	75
Troca de experiência entre gerações	1	25
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>100</b>
Benefícios Formal - Substantivo	Nº de entrevistados	%
Renda + Troca de experiências	1	25
Renda + Satisfação pessoal	3	75
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>100</b>
Benefícios Substantivo- Formal	Nº de entrevistados	%
Satisfação pessoal + Renda	1	20
Conhecer meio rural + Venda de produtos	2	40
Experiência + Venda de produtos	2	40
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa de campo (2015).

A respeito do grupo de proprietários rurais que citaram apenas os benefícios econômicos dessa atividade, somente o aumento da venda dos produtos locais a partir das visitas do TRP foi reportado como principal resultado proporcionado por esta nova modalidade de turismo. Tais resultados evidenciam o pensamento de Soninno (2004), de que o agroturismo é uma estratégia sustentável que pode promover o crescimento econômico, ligando diferentes atividades econômicas. Para Adams (2008), segmentos de turismo que envolvem diretamente visitantes e atividades agropecuárias são capazes de promover a venda

de mais produtos agrícolas aos clientes adicionais que são atraídos pelas práticas agropecuárias, assim como a agregação de valor ao produto agrícola e o estabelecimento de um mercado de produtos de valor agregado. Neste contexto, Schneider e Fialho (2000, p. 21) salientam que,

Outra potencialidade inerente é a criação de mercado de consumo local para os produtos de origem agrícola, oferecendo uma alternativa para complementar a renda das famílias rurais. Esse mercado pode ser explorado através de produtos característicos da região e que tenham qualidades diferenciadas em relação aos encontrados no comércio varejista tradicional. Um exemplo, já bem sucedido em várias iniciativas deste tipo, é a venda de produtos sem agrotóxicos que enfatizam as qualidades proteicas do consumo de alimentos naturais. Além disso, este tipo de produção, por requerer maiores tratos culturais e ocupar mais tempo de trabalho do agricultor, em geral, acaba se constituindo em um “nicho” cuja viabilidade se dá, em larga medida, embora não exclusivamente, em função dos preços mais altos pagos por consumidores de maior poder aquisitivo. Em um contexto onde se desenvolvem ações relacionadas ao turismo rural pode ocorrer uma aproximação quase direta entre o consumidor desses alimentos e o agricultor, o que favorece a ambos em termos dos preços praticados, que podem alcançar patamares mais razoáveis porque eliminam a fase de circulação das mercadorias.

Quanto à ausência de relatos sobre a renda gerada pelo TRP como benefício econômico, podemos atribuí-la a baixa renda que muitos empreendimentos arrecadam, como mostra a tabela 16. A receita anual obtida através do TRP varia entre zero reais/ano, como é o caso de um dos proprietários rurais que não cobram taxa de visitação até R\$72.000,00 anuais, valor relatado por um dos empreendedores entrevistado.

**Tabela 16 – Receita anual obtida através do turismo rural pedagógico nas propriedades do projeto Viva Ciranda e roteiro Caminhos Rurais**

<b>Renda anual obtida através do TRP (R\$)</b>	<b>(%)</b>
0,00	7,14
0,01- R\$5.000,00	42,85
5.000,01 – R\$10.000,000	14,28
10.000,01 – R\$50.000,00	28,57
>50.000,01	7,14

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa de campo (2015).

Após a categorização dos diferentes tipos de benefícios, estes foram correlacionados com as características socioeconômicas das propriedades e proprietários rurais pesquisados, buscando identificar as possíveis influências desses fatores sobre o reconhecimento dos benefícios. Assim, percebeu-se a existência de algumas variações em relação aos diferentes

tipos de benefícios relatados e as características socioeconômicas das propriedades e proprietários rurais, como discutiremos a seguir.

Conforme demonstram os resultados da tabela 17, a maioria dos empreendedores do sexo masculino apontaram os aspectos sociais como os principais benefícios gerados pelo TRP, ao passo que a maioria das mulheres indicou os fatores substantivo-formal como benefícios mais relevantes, apontando a importância que a prática do TRP exerce sobre a função da mulher dentro da propriedade, à medida que, muitas vezes, ela é a responsável pela produção e venda dos produtos locais, o que faz com que esta reconheça além dos benefícios sociais também os ganhos econômicos promovidos pela expansão do mercado de produtos locais.

Quanto aos resultados a respeito da faixa etária (Tabela 17), observou-se que a maior parcela dos empreendedores mais jovens relatou os benefícios substantivo-formal como os mais relevantes, enquanto a maioria dos empreendedores entre 31 e 60 anos de idade apontou os benefícios formal-substantivo. Já a maioria proprietários rurais com mais de 60 anos mencionou os benefícios sociais como os mais importantes promovidos pelo TRP. Tais resultados demonstram que os empreendedores mais jovens, assim como os mais experientes, reconhecem de forma mais efetiva a promoção dos aspectos sociais do TRP, embora os mais jovens não deixem de evidenciar também os resultados econômicos promovidos por esta prática. Já os empreendedores em idade média reconhecem mais fortemente os benefícios econômicos aliados a importância educacional e a troca de experiências do TRP.

**Tabela 17- Perfil dos empreendedores, segundo cada tipo de benefício citado pelos empreendedores do projeto Viva Ciranda e roteiro Caminhos Rurais**

Tipos de Benefícios	Perfil Socioeconômico		
	Gênero		
	Masculino (%)	Feminino (%)	
Econômico	9,09	0,00	
Social	36,36	0,00	
Formal-Substantivo	27,27	33,33	
Substantivo-Formal	27,27	66,67	
Tipos de Benefícios	Faixa etária		
	Até 30 anos (%)	31-60 anos (%)	>60 anos (%)
Econômico	0,00	12,50	0,00
Social	0,00	25,00	66,67
Formal-Substantivo	33,33	37,50	0,00
Substantivo-Formal	66,67	25,00	33,33

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa de campo (2015).

No que diz respeito a relação entre os grupos estudados e os benefícios, os resultados da tabela 18 apontam que os empreendedores do grupo 1 (AF+TR) divergiram mais quanto aos tipos de benefícios considerados mais relevantes, sendo que o mesmo número de entrevistados indicou os benefícios sociais, formal-substantivo e substantivo-formal como principais ganhos do TRP. Esta maior relevância dada ao *continuum* entre os ganhos sociais e econômicos expressado pelos empreendedores envolvidos na agricultura familiar sugere que, embora o TRP seja uma fonte adicional de renda, este promove mais do que benefícios diretamente econômicos como a qualidade de vida e a equidade social que, muitas vezes, acabam sendo mais reconhecidos do que os aspectos financeiros, como salienta Dieguez-Castrillon *et al.* (2012). Quanto aos empreendedores do grupo 2 (TR), a maioria apontou a categoria formal-substantivo como os principais benefícios, expressando a importância que os benefícios econômicos representam a este grupo de empreendedores que têm no turismo rural a sua principal atividade econômica. Já mais da metade dos empreendedores pertencentes ao grupo 3 (AE+TR) mencionou os benefícios substantivo-formal como os mais relevantes, indicando que os altos rendimentos desses estabelecimentos com a produção agropecuária empresarial se sobressaem aos ganhos econômicos obtidos através do TRP, de modo que estes empreendedores passam a reconhecer em primeiro lugar a importância social dessa atividade, deixando aspectos como a promoção dos produtos e dos estabelecimentos em segundo plano.

**Tabela 18 – Tipos de benefícios citados, segundo as atividades econômicas desenvolvidas nas propriedades do projeto Viva Ciranda e roteiro Caminhos Rurais**

Tipos de Benefícios	Grupo 1 (AF+TR) %	Grupo 2 (TR) %	Grupo 3 (AE+TR) %
Econômico	14,29	0,00	0,00
Social	28,57	25,00	33,33
Formal-Substantivo	28,57	50,00	0,00
Substantivo-Formal	28,57	25,00	66,67

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa de campo (2015).

Nota: AF= Agricultura Familiar; TR= Turismo Rural; AE= Agricultura Empresarial;

Quanto a relação entre tamanho das propriedades rurais e obtenção de benefícios, os resultados apresentados na tabela 19, nos remetem ao fato de que as diferentes áreas das propriedades não influenciam no reconhecimento de uma categoria específica de benefícios. Neste sentido, podemos observar que a maioria dos proprietários de propriedades com áreas de até 10 hectares indicaram os benefícios substantivo-formal como os mais importantes, no entanto, o grupo de empreendedores com estabelecimentos rurais entre 10,1 e 100 hectares relataram de maneira igual a importância das 4 categorias de benefícios, enquanto os

empreendedores com propriedades com área acima de 100 hectares mencionaram os grupos de benefício social, formal-substantivo e substantivo-formal como os mais relevantes. Tais resultados estão vinculados a diversidade de atividades econômicas existentes dentro de cada grupo de propriedade, ou seja, nas propriedades acima de 100 hectares, além de estabelecimentos agropecuários com modelo de produção empresarial existem também propriedades de agricultura familiar, o que, como foi demonstrado na tabela 18, influencia no reconhecimento dos principais benefícios gerados pelo TRP.

**Tabela 19 – Tipos de benefícios citados, segundo a área das propriedades do projeto Viva Ciranda e roteiro Caminhos Rurais**

Tipos de Benefícios	Até 10 ha (%)	10,1-100 ha (%)	>100 ha (%)
Econômico	0,00	25,00	0,00
Social	28,57	25,00	33,33
Formal-Substantivo	28,57	25,00	33,33
Substantivo-Formal	42,86	25,00	33,33

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa de campo (2015).

Com respeito a verificação sobre a relação entre benefícios e tempo de envolvimento com TRP, a tabela 20 mostra que todos os empreendedores com menos tempo de envolvimento com o turismo rural mencionaram as categorias formal-substantivo e substantivo-formal como os principais tipos de benefícios do TRP, enquanto os empreendedores com experiências entre 4 e 10 anos com o turismo rural citaram as categorias social e formal-substantivo. A maioria dos proprietários rurais com mais de 10 anos de experiência neste ramo (TR) relatou os benefícios substantivo-formal como os principais. Neste sentido, percebe-se que o envolvimento com o turismo rural não influencia diretamente no reconhecimento de determinado tipo de benefício. Fica evidente, mais uma vez, que os *continuum* entre os benefícios econômicos e sociais é que prevalece sob o ponto de vista dos proprietários rurais entrevistados.

**Tabela 20 – Tipos de benefícios citados, segundo o tempo de envolvimento dos empreendedores do projeto Viva Ciranda e roteiro Caminhos Rurais com o turismo rural**

Tipos de Benefícios	Até 3 anos no TR (%)	4 a 10 anos no TR (%)	> 10 anos no TR (%)
Econômico	0,00	0,00	12,50
Social	0,00	50,00	25,00
Formal-Substantivo	50,00	50,00	12,50
Substantivo-Formal	50,00	0,00	50,00

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa de campo (2015).

Assim, observando os diferentes benefícios relatados pelos empreendedores de TRP como seus principais ganhos no desenvolvimento desta atividade, averiguamos que o reconhecimento destes em relação aos benefícios socioeconômicos está muito mais vinculado a suas experiências pessoais e a fatores como atividades econômicas desenvolvidas nas propriedades, gênero e faixa etária, enquanto aspectos como área da propriedade e experiência com turismo rural pouco interferiram no reconhecimento de benefícios específicos. Neste sentido, fica evidente a importância que os benefícios econômicos e sociais associados geram aos empreendedores e suas famílias.

#### 4.5 A COMUNIDADE RURAL E SUA IMPRESSÃO SOBRE O TURISMO RURAL PEDAGÓGICO

Em relação à impressão da comunidade rural residente no entorno dos empreendimentos de turismo rural pedagógico sobre o tema, analisamos os seguintes itens: Conhecimento da comunidade rural sobre o TRP; Reconhecimento dos benefícios proporcionados a comunidade rural; importância da troca de experiência entre rural e urbano; reconhecimento da valorização do rural através do TRP. Assim, para uma melhor compreensão das diferentes impressões dos membros da comunidade rural buscamos inicialmente identificar seu perfil socioeconômico. De acordo com os dados da pesquisa, expostos na tabela 21, a maioria dos membros das comunidades consultados pertencem ao sexo masculino, possuem mais e 50 anos de idade, tem ensino superior, trabalham e/ou residem na comunidade rural e são, em sua maioria, composta por produtores rurais.

**Tabela 21 – Características socioeconômicas dos membros da comunidade rural ao entorno dos empreendimentos de turismo rural pedagógico do projeto Viva Ciranda e roteiro Caminhos Rurais**

<b>Características</b>	<b>Número de entrevistados</b>	<b>%</b>
<b>Gênero</b>		
Masculino	5	62,5
Feminino	3	37,5
<b>Faixa etária</b>		
Até 30 anos	1	12,5
31-50 anos	3	37,5
>50 anos	4	50
<b>Escolaridade</b>		
E. Fundamental	1	12,5
E. Médio	3	37,5
E. Superior	4	50
<b>Participação da comunidade rural</b>		
Trabalha	4	50
Trabalha e reside	4	50
<b>Profissão</b>		
Comerciante	2	25
Produtor Rural	3	37,5
Agrônomo	2	25
Empregado	1	12,5

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa de campo (2015).

Segundo os resultados apresentados na tabela 22, todos os membros da comunidade rural conhecem uma ou mais propriedades de turismo rural pedagógico. Em relação ao reconhecimento de mudanças na comunidade rural após o início das atividades de TRP a maioria dos entrevistados afirmaram perceber mudanças. Destes, a maioria são homens, com ensino superior, produtores rurais ou agrônomos, com mais de 50 anos de idade e residem e trabalham na comunidade rural, o que demonstra a importância de uma presença efetiva dentro da comunidade e de um maior grau de instrução no reconhecimento das mudanças que novas ocupações e serviços como o TRP podem proporcionar.

**Tabela 22 – Reconhecidos das mudanças geradas pelo TRP, segundo a comunidade rural ao entorno do projeto Viva Ciranda e roteiro Caminhos Rurais**

<b>Mudanças na comunidade rural</b>	<b>%</b>
Reconhecem	62,5
Não Reconhecem	37,5

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa de campo (2015).

Entre as principais mudanças descritas pelos entrevistados estão: o maior número de visitante na área rural e o impacto no modo de pensar o meio, como afirma abaixo o membro da comunidade:

[...] Em longo prazo eu não sei te dizer, mas que tem um impacto tem. Na verdade, quando uma propriedade muda, começa a receber esse tipo de turismo, as demais propriedades passam a se questionar se ela não pode vir a ser também uma propriedade de TRP. Senão tem um impacto físico, tem pelo menos um impacto no modo de pensar o meio (ENTREVISTADO, COMUNIDADE CAMINHOS RURAIS, 19/07/2014).

Corroborando com as afirmações dos entrevistados, Schneider (2006) afirma que atividades não agrícolas no meio rural, como o turismo, trata-se de um processo de mudança, com repercussões nas esferas social, econômica e cultural, que de um modo ou outro afetam a vida das pessoas e transformam a sua condição. Já, entre a parcela que não identificou mudanças na comunidade rural, a maioria são mulheres, entre 31 e 50 anos de idade, com ensino médio, residentes e trabalhadoras na comunidade como produtoras, comerciantes ou funcionárias rurais.

Quando questionados a respeito do TRP promover ou não benefícios a comunidade rural, como mostra a tabela 23, todos os entrevistados relataram acreditar no potencial desta atividade na promoção de benefícios. Para a maioria os benefícios visualizados são os fatores econômicos, principalmente a maior circulação de pessoas, aumentando dessa forma a divulgação e venda de outros produtos presentes no meio rural, como argumentou a comerciante membro da comunidade rural do projeto Viva Ciranda:

[...] assim, a única coisa que pode ajudar é que se as crianças gostam elas voltam com os pais e aí pode aumentar o movimento” (ENTREVISTADO, COMUNIDADE VIVA CIRANDA, 17/07/2014).

Já, para outros entrevistados, os principais benefícios gerados à comunidade são os ganhos econômicos em primeiro lugar aliados aos sociais, os benefícios sociais como principais ganhos aliados aos benefícios econômicos em segundo plano e os aspectos sociais. Entre os membros da comunidade que relataram apenas os benefícios sociais todos possuem grau de escolaridade fundamental e apenas trabalham na área rural, na medida em que a maioria que salientou os ganhos econômicos para a comunidade possuem ensino médio, trabalham como produtores rurais, residem e trabalham na comunidade rural. Assim, podemos observar que quanto mais instruídos e mais próximos da comunidade maior é a percepção sobre o conjunto de benefícios que o TRP pode gerar, como é o caso dos benefícios econômicos aliados aos sociais, onde todos dos entrevistados que os relataram possuem ensino superior e desenvolvem atividades econômicas junto ao meio rural.

**Tabela 23 – Benefícios reconhecidos pela comunidade rural ao entorno do projeto Viva Ciranda e roteiro Caminhos Rurais**

<b>Benefícios para a comunidade rural</b>	<b>%</b>
Sociais	12,5
Econômicos	37,5
Formal-Substantivo	25,0
Substantivo-Formal	25,0

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa de campo (2015).

A relevante impressão dos membros da comunidade entrevistados em relação aos ganhos econômicos e sociais que o TRP promove no âmbito local é explicada por Schneider (2006) ao afirmar que, no contexto das comunidades rurais, as relações de trocas decorrem e são realizadas a partir de um conjunto de relações interpessoais. Ou seja, na esfera dessas comunidades é preciso perceber que outros valores e regras são consideradas quando se quer determinar e conhecer os mecanismos que viabilizam as relações econômicas e comerciais. Dessa forma, atividades como o TRP são ferramentas capazes de promover determinados valores, como a confiança entre visitantes, pais e agricultores, essenciais na consolidação das relações econômicas no meio rural, como demonstram os relatos dos membros da comunidade em relação aos benefícios gerados pelo TRP. Para Brenes *et al.* (2011), essas iniciativas não são apenas um meio de beneficiar as famílias de agricultores envolvidas, mas também são um meio de contribuir para o desenvolvimento econômico local e regional. Ainda neste sentido, para Barbieri (2010) além de proporcionar benefícios aos empreendedores, o agroturismo preserva os serviços intangíveis que a terra fornece a sociedade, juntamente com a produção de alimentos, tais como amenidades ambientais, oportunidades de lazer, gestão da paisagem, da biodiversidade e da cultura.

Segundo os resultados apresentados na tabela 24 sobre a valorização do meio rural através do TRP, a maioria dos membros das comunidades rurais reconhecem este efeito da atividade pedagógica no meio rural. De acordo com a maior parcela dos entrevistados que reconhecem a valorização do rural, esta é possível pois permite que as novas gerações urbanas conheçam o meio rural e assim passem a valorizar e respeitar o meio ambiente e o trabalho do agricultor. Já outro grupo acredita que, a valorização ocorre através do reconhecimento dos produtos locais e da produção de alimentos, como salienta o entrevistado da comunidade rural do roteiro Caminhos Rurais ao relatar que,

Ao visitar as propriedades as crianças conhecem o meio rural e passam a valorizar o que lá é produzido, ou como se vive na área rural (ENTREVISTADO, COMUNIDADE CAMINHOS RURAIS, 19/07/2014).

Para outro grupo, a valorização se dá a partir da oportunidade de novos postos de trabalho, o que permite que as novas gerações não precisem deixar o meio rural em busca de oportunidades. As diferentes impressões dos entrevistados em relação ao processo de valorização do meio através do TRP, vai ao encontro com o pensamento de Queiroz (2005, p. 9) ao argumentar que,

A característica transdisciplinar e multissetorial do turismo permite a valorização dos aspectos naturais, da cultura e da atividade produtiva das comunidades familiares, e estimula, também, a recuperação e conservação da economia do território.

**Tabela 24 – Impressões sobre a valorização do rural através do TRP, segundo a comunidade ao entorno do projeto Viva Ciranda e roteiro Caminhos Rurais**

Valorização do rural através do TRP	%
Conhecimento sobre o rural	62,5
Novos postos de trabalho	12,5
Reconhecimento dos produtos locais	12,5
Não reconhecem a valorização do rural	12,5

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa de campo (2015).

Em relação a importância do TRP na troca de experiências entre os meios urbanos e rurais, como sugere os resultados existentes na tabela 25, todos os entrevistados identificaram essa relação. Para a maioria destes, o TRP permite a troca de experiências dos proprietários rurais com as crianças e jovens urbanos e vice-versa, conforme depoimento do membro da comunidade do roteiro Caminhos Rurais:

[...] acho que é um formato de turismo que permite a troca. É um meio que tem um objetivo, mas acho que o que fortalece mesmo é a relação de consumo, a relação de feira. Só o turismo melhora algumas cadeias, mas o importante é pensar o todo, que a criança/pessoa que vá fazer o turismo depois estabeleça uma relação de consumo dos produtos (ENTREVISTADO, COMUNIDADE CAMINHOS RURAIS, 19/07/2014).

Para outros membros da comunidade a principal troca de experiência ocorre do meio urbano para o rural, o que faz com que os proprietários rurais acabem adquirindo conhecimentos e vivências com os visitantes, como se pode averiguar através do relato do membro da comunidade rural do projeto Viva Ciranda ao argumentar que,

[...]no momento em que o produtor recebe um professor/turista, e este começa a lhe questionar sobre determinadas “coisas”, ele leva ao produtor conceitos diferentes, o

que faz com que o produtor se conscientize a respeito de novas coisas, dando a ele (produtor) percepções diferentes (ENTREVISTADO, COMUNIDADE VIVA CIRANDA, 17/07/2014).

Colaborando com essa ideia, Amanor-Boadu (2013) salienta que pequenas empresas agrícolas, como o agroturismo, exercem o poder de através de novas possibilidades contribuir significativamente para a construção da identidade social e econômica dos empreendedores rurais. Já para o restante dos entrevistados a maior troca ocorre do rural para o urbano, ou seja, as crianças acabam ganhando com a experiência e conhecimento que os proprietários rurais transmitem a respeito do meio ambiente e agricultura.

**Tabela 25 – Impressões sobre a troca de experiências promovida pelo TRP, segundo membros da comunidade do roteiro Caminhos Rurais e projeto Viva Ciranda**

<b>Trocas de experiências</b>	<b>%</b>
Rural para urbano	25,0
Urbano para rural	25,0
Ambos	50,0

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa de campo (2015).

Dessa forma, observamos que independentemente das características sociais e/ou econômicas dos membros das comunidades rurais onde há estabelecimentos de turismo rural pedagógico, existe uma consciência sobre os efeitos, em sua maior parte positivos, que esta prática promove não apenas aos empreendedores e suas famílias, mas para toda a comunidade rural em seu entorno. Embora muitas vezes parte da comunidade não consiga perceber as mudanças ocorridas, como mostraram as informações anteriormente apresentados, os informantes não deixam de relatar os benefícios e a importância do TRP na valorização do rural e na troca de experiências entre as diferentes gerações e meios. Neste sentido, para Yang (2012), o agroturismo tem sido apontado como um elemento significativo no desenvolvimento socioeconômico e renascimento das regiões rurais. Entre as principais razões está sua contribuição econômica e social para as comunidades rurais, além disso, há outras razões, como o fornecimento de receitas adicionais para a exploração agrícola, promoção e proteção dos valores ambientais e culturais, bem como proporcionar uma fonte de emprego para os membros das famílias e das comunidades locais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo investigar as motivações e os benefícios socioeconômicos do turismo rural pedagógico para as famílias e a comunidade em seu entorno, demonstrando dessa forma o potencial desse segmento do turismo como estratégia de desenvolvimento das comunidades rurais onde se encontra inserido.

A potencialidade do turismo rural pedagógico como ferramenta de troca de experiências, valores e vivências entre diferentes meios (urbano e rural) e gerações, bem como seu potencial como instrumento de apoio ao processo aprendizado e oportunidade de negócio ficou evidenciada ao observar-se a heterogeneidade das características socioeconômicas dos empreendedores e empreendimentos que estão investindo nesta prática. Por representar uma atividade dinâmica que vai ao encontro das necessidades de uma sociedade pós-moderna, que busca o resgate de determinados valores como o contato com o modo de vida de seus antepassados, a (re) aproximação com a natureza, a troca de conhecimentos, entre outros, o TRP apresenta-se como uma prática capaz de atrair diferentes tipos de empreendedores e um crescente público escolar. Dessa forma, fica evidente ao longo da pesquisa, que não é possível estabelecer um perfil definido dos empreendedores de turismo rural pedagógico.

Quanto às características destes estabelecimentos, a existência de propriedades com diferentes tamanhos de áreas, assim como os diferentes tipos de atividades econômicas desenvolvidas dentro de cada propriedade demonstram as diversas “funções” que o TRP possui para seus empreendedores. Ou seja, enquanto esta prática desempenha um papel estritamente econômico para algumas propriedades, como as que desempenham apenas atividades turísticas como fonte de renda principal, para os empreendedores que possuem a agricultura familiar como primeira atividade econômica o turismo rural pedagógico, muitas vezes, apresenta-se como um processo de interação entre cidadãos e o meio rural, exercendo um papel muito mais direcionado a valorização da agricultura e do agricultor do que uma atividade propriamente voltada a fins econômicos.

Neste sentido, a existência de um vínculo direto entre a maior parte dos empreendedores com a agricultura familiar, assim como o elevado nível de escolaridade destes, faz com que tenhamos nas duas experiências pesquisadas um grupo de empreendedores capaz de perceber o TRP para além de uma atividade econômica. Observou-se, portanto, que estes proprietários rurais valorizam, cada vez mais, os efeitos sociais que

esta atividade promove à suas famílias e suas comunidades. Para estes empreendedores o TRP permite a permanência no campo, na medida em que auxilia na educação de uma geração urbana apta a preservar o meio rural e as atividades ali desenvolvidas.

Quanto às motivações para empreender no TRP, observou-se que as razões sociais prevaleceram sobre os aspectos econômicos para inserir-se na atividade de turismo rural pedagógico. Embora as diferentes atividades econômicas já desenvolvidas nas propriedades rurais tenham influenciado na motivação inicial, de modo geral, o que motivou os empreendedores a iniciarem a atividade foi a necessidade de valorização da agricultura e a educação dos consumidores aliado a fonte de renda adicional. Da mesma forma, os aspectos sociais também se sobressaíram aos econômicos no que condiz as motivações para permanecer no turismo rural pedagógico. O destaque dado por muitos proprietários rurais a importância de manter sua qualidade de vida permanecendo no campo, assim como a importância do repasse de seus “saberes-fazer” às novas gerações ficaram evidenciadas na medida em que a maioria dos empreendedores relataram a satisfação pessoal, a interação e trocas de experiências com os visitantes e a valorização do rural como principais razões para manter-se no turismo rural pedagógico. No entanto, vale destacar que para as mulheres o principal motivo para permanecer no TRP está ligado ao aumento da divulgação e comercialização dos produtos locais, o que ressalta a importância do turismo rural pedagógico na reorganização da estrutura familiar, promovendo maior espaço e participação às mulheres, que em sua maioria são as responsáveis pela produção dos produtos locais.

Ainda, no que se refere aos aspectos sociais do turismo rural pedagógico, para a maior parte dos empreendedores do projeto Viva Ciranda e do roteiro Caminhos Rurais os ganhos sociais aliados aos fatores econômicos são os principais benefícios proporcionados pelo TRP. A relevância, dada a fatores como a interação entre diferentes gerações, satisfação pessoal, troca de conhecimentos associados ao aumento da venda de produtos locais e a renda adicional salientam o reconhecimento por parte dos empreendedores, em especial dos agricultores, do TRP como uma prática promotora da valorização e preservação da sua cultura.

Essa visão a respeito dos efeitos multiplicadores do TRP também ficou clara no reconhecimento dos membros da comunidade sobre os benefícios gerados por essa atividade. As propriedades de turismo rural pedagógico representam um elo de conexão entre os meios urbano e rural, o que permite a aproximação de diferentes gerações, a conexão entre produtores e consumidores e, desse modo, a afirmação do TRP como uma possibilidade de reprodução socioeconômica dos agricultores e assim, é justificável o reconhecimento da

maior parte dos membros da comunidade rural sobre a importância dessa prática para a promoção de mudanças na comunidade, através do aumento da circulação de visitantes no meio rural e o impacto no modo de pensar o meio.

A nova dinâmica que essa atividade pedagógica proporciona para as comunidades rurais, em especial ao mercado de produtos locais, através da divulgação de produtos já existentes e da comercialização de produtos que antes eram apenas consumidos pelos moradores da propriedade rural, conferem ao TRP mais uma possibilidade de contribuição e geração de benefícios à comunidade, o que fica claro nos dados da pesquisa, onde todos os entrevistados reconhecem as propriedades rurais pedagógicas como geradoras de benefícios tangíveis e intangíveis, assim como utilizadoras dos recursos endógenos da comunidade para proporcionar o dinamismo e o desenvolvimento social e econômico.

No entanto, apesar de ser uma atividade citada em outras experiências como uma oportunidade de diversificação da renda agrícola, na presente pesquisa verificou-se que apenas em alguns estabelecimentos o TRP possui uma representatividade direta na contribuição da renda principal. Tal situação é justificável, em alguns casos, devido a sazonalidade do TRP, a falta de investimentos na estrutura para receber um número adequado de crianças e pela falta de incentivo público. Por vezes, a falta de cooperação e/ou associativismo entre os empreendedores, ou mesmo a falta de estratégias de organização e planejamento fazem com que, enquanto algumas propriedades possuam altos rendimentos, outras muitas vezes acabem não cobrando nem mesmo a taxa de visitação ou lanche. Assim, visando à importância dessa atividade no processo de valorização do meio rural e de seus atores, assim como no reconhecimento do mercado de produtos locais, sugere-se a realização de outras pesquisas, que busquem identificar e indicar soluções para tais lacunas no processo de organização e planejamento do TRP, ampliando o potencial dessa estratégia de desenvolvimento.

Desse modo, podemos concluir que o estudo permitiu atingir os objetivos iniciais dessa pesquisa de identificar as motivações e os benefícios do turismo rural pedagógico aos empreendedores e suas famílias. No entanto, foram identificadas algumas limitações na realização desta dissertação, como a ampliação do universo empírico, o que necessita de maior tempo e recurso financeiro. Dessa forma, recomenda-se a realização de pesquisas futuras em outras experiências de TRP, de forma a dar maior consistência às discussões delineadas neste trabalho e levantar novas problemáticas.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.
- ADAMS, B. **The new agritourism: Hosting community and tourist on your farm**. Auburn: CA New World, 2008.
- ALISTE, J. B. La sociedad rural: Un viaje de ida y vuelta. In: CRISTÓVÃO et al., (Org.) **Turismo rural em tempos de novas ruralidades**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2014, p.217-238.
- ALMEIDA, J. A.; SOUZA, M. de. Multifuncionalidade dos espaços rural e urbano: reflexões iniciais. In: VELA, H. (Org.). **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável no Mercosul**. Santa Maria, Ed. da UFSM, 2003, p. 195-214.
- AMANOR-BOADU, V. Diversification Decisions in Agriculture: The Case of Agritourism in Kansas. **International Food and Agribusiness Management Review**, v.16, n.2, p.57-74, 2013. Disponível em: <<http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/148583/2/20110141.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2014.
- ANDERSSON, T.; CARLSEN, J.; GETZ, D. Family Business Goals in the Tourism and Hospitality Sector: Case Studies and Cross-Case Analysis from Australia, Canada, and Sweden. **Family Business Review**, v.15, n. 2, p.89–106, June. 2002. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1741-6248.2002.00089.x/abstract>>. Acesso em: 30 mar. 2014.
- ANTON-CLAVÉ, S.; LÓPEZ-MONNÉ, R. Turismo rural, desarrollo local y preservación del ambiente. Elementos para um desarrollo sustentabile del turismo em la zona de Montaña Prades-Mohtsant, Cataluña. **Ería - Revista Cuatrimestral de Geografía**. Oviedo, Espana, v.41, p. 227-238, 1996. Disponível em: <[dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/34843.pdf](http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/34843.pdf)>. Acesso em 14 set. 2014.
- ASSIS, M. A. A.; NAHAS, M.V. Aspectos motivacionais em programas de mudança de comportamento alimentar. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 12, p.33-41, jan./abr. 1999. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rn/v12n1/v12n1a03.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2013.
- ASSOCIAÇÃO PORTO ALEGRE RURAL – POA RURAL. **Roteiro Caminhos Rurais**. Porto Alegre, [2014]. Disponível em: <<http://www.caminhosrurais.tur.br/paginas/noticia.php?id=330>>. Acesso em: 03 mar. 2014.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TURISMO RURAL – ABRATURR; ECA Jr. **Roteiro do Turismo Rural do Estado de São Paulo**. 2005. Disponível em: <[http://www.idestur.org.br/.../F\\_ROTUIRO\\_PEDAGOGICO\\_TURISMO\\_RURAL.pdf](http://www.idestur.org.br/.../F_ROTUIRO_PEDAGOGICO_TURISMO_RURAL.pdf)>. Acesso em: 14 out. 2012.
- BAKER, M. J. (Org.). **Administração de marketing**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

BARBIERI, C. An importance-performance analysis of the motivations behind agritourism and other farm enterprise developments in Canada. **Journal of Rural and Community Development**, Brandon, v.5, n. 1/2, p. 1-20, December, 2010. Disponível em: <[http://www4.ncsu.edu/~cebarbie/papers/barbieri\\_IPA\\_2010.pdf](http://www4.ncsu.edu/~cebarbie/papers/barbieri_IPA_2010.pdf)>. Acesso em: 15 set. 2014.

BARBIERI, C., MAHONEY, E. Why is diversification an attractive farm adjustment strategy? Insights from Texas farmers and ranchers. **Journal of Rural Studies**, New York, v.2, n.1, p. 58–66, January. 2009. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0743016708000399>>. Acesso em: 2 maio 2014.

BELTRAME, L. F. **Turismo e educação**: um ensaio sobre as bases conceituais e práticas para o Turismo Pedagógico. 2008. 107 f. Monografia (Graduação em Turismo) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, Belo Horizonte, 2008.

BELTRÃO, O. **Turismo**: a indústria do século 21. Osasco: Novo Século, 2001.

BERGLANN, H. et al. Entrepreneurship: Origins and returns. **Labour Economics**, Amsterdam, v.18, p.180-193, June.2011. Disponível em: <<http://www.econstor.eu/bitstream/10419/35493/1/605236518.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil** (2003-2007). Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2013.

BRENES, E. R. et al. Corporate governance and family business performance. **Journal of Business Research**, Athenas, v.64, n.3, p. 280-285, March.2011. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0148296309003014>>. Acesso em: 23 ago. 2014.

BRUMER, A. et al. A elaboração de projeto de pesquisa em Ciências Sociais. In: PINTO, Celi R. J.; GUAZZELLI, Cesar A.B. (Org.) **Ciências Humanas**: pesquisa e método. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 125-146.

CALIMAN, O. Uma análise consolidada dos impactos no turismo. In: CALIMAN, O. (Coord.). **Impactos sobre o turismo no Espírito Santo**. Vitória: Sebrae/ES, 2005, p. 135-142.

CALVENTE, M. C. M. H. **Turismo e excursionismo rural**: potencialidades, regulação e impactos. Londrina: Humanidades, 2004.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. O agroturismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (Org.). **Turismo rural**: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru: EDUSC, 2000. p. 145-179.

CANDIOTTO, L. Z. P. Aspectos históricos e conceituais da multifuncionalidade da agricultura. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2009, São Paulo. **Anais...**São Paulo: ENGA, 2009. Disponível em:

<[http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Candiotto\\_LZP.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Candiotto_LZP.pdf)>. Acesso em: 15 dez. 2013.

CANDIOTTO, L. Z. P. Elementos para o debate acerca do conceito de turismo rural. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 3-24, abr. 2010.

CARNEIRO, M. J. Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa. In: MOREIRA, R. J.; COSTA, F. de C. (Org.). **Mundo rural e cultura**. Rio de Janeiro: Mauad/CPDA, 2002.p. 223-241.

CARNEIRO, M.J.; MALUF, R.S. Introdução. In: MALUF, R.S; CARNEIRO, M.J. (Org.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Mauad/CPDA, 2003.p. 17-20.

CARNEIRO, M. J. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p.165-185.

CARNEIRO, P. Desafios e oportunidades no contexto das novas ruralidades. **Campo-Território: Revista de geografia agrária**. São Paulo, v.3, n. 6, p. 45-65, ago. 2008.

CARVALHO, J. L. F.; VERGARA, S. C. A fenomenologia e a pesquisa dos espaços de serviços. **Revista de Administração de Empresas**, v. 42, n. 3, p. 1-14, jul./set. 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-75902002000300008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902002000300008)>. Acesso em: 30 jun. 2014.

CAZELLA, A., BONNAL, P., MALUF, R.S. (Org.). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2009.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. 3.ed. São Paulo: Mc Graw-Hil do Brasil, 1983.

COMEN, T.; FOSTER, D. **Agricultural diversification and agritourism: critical success factors**. Vermont Department of agriculture, food and market. Vermont, 2002. Disponível em: <<https://www.uvm.edu/~snrvtdc/agtour/publications/Agritourism%20Report.pdf>>. Acesso em: 6 out. 2014.

CRESWELL, J. W. **Qualitative inquiry and research design: choosing among five traditions**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1998. Disponível em: <[https://is.vsfs.cz/el/6410/zima2013/B\\_KV/um/Creswell\\_2007\\_Qualitative\\_Inquiry\\_and\\_Research\\_Design\\_Choosing\\_among\\_Five\\_Approaches\\_\\_2nd\\_edition.pdf](https://is.vsfs.cz/el/6410/zima2013/B_KV/um/Creswell_2007_Qualitative_Inquiry_and_Research_Design_Choosing_among_Five_Approaches__2nd_edition.pdf)>. Acesso em: 03 nov. 2013.

DAS, B.; RAINEY, D.; Agritourism in the Arkansas Delta Byways: Assessing the Economic Impacts. **International journal of tourism research**, v.12, p.265-280, October, 2009. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/jtr.752/pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2013.

DIEGUEZ-CASTRILLON, M. I. et. al, Turismo Rural, Empreendedorismo e Gênero: um estudo de caso na comunidade autônoma da Galiza. **Revista de Economia e Sociologia**

**Rural**, Piracicaba, v. 50, n. 2, p. 371-382, abr/jun 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20032012000200010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032012000200010)>. Acesso em: 15 set. 2014.

ELEJABARRIETA, F. J.; IÑIGUEZ, L. **Construccion de Escalas de Actitud Tipo Thurst y Likert**. UAB, 1984. Disponível em: <[www.pdf-search-engenier.com/likert-escalas-pdf.html](http://www.pdf-search-engenier.com/likert-escalas-pdf.html)>. Acesso em: 1 maio 2014.

ELESBÃO, I. **Transformações no espaço rural a partir do turismo: um olhar sobre São Martinho (SC)**. 2009. 328f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, São Paulo, 2009.

EVANS, N. J., ILBERY, B. W. A Conceptual Framework for Investigating Farm-Based Accommodation and Tourism in Britain. **Journal of Rural Studies**, New York, v.5, n.3, p. 257-266, August.1989. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/074301678990004>. Acesso em: 3 maio 2014.

FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão: do agrário ao territorial**. 2006. 220 f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) - Universidade de São Paulo, Instituto de Energia e Ambiente, São Paulo, 2006.

FONTANELLA et al. Amostragem em pesquisa qualitativa: proposta de procedimento para constatar saturação teórica. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.27, n. 2, p. 389-394, fev. 2011. Disponível em: <<http://www.scielosp.org/pdf/csp/v27n2/20.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2013.

FUCKS, P. M.; SOUZA, M. Turismo no espaço rural e preservação do patrimônio, da paisagem e da cultura. In: SANTOS, E. O.; SOUZA, M. **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. Barueri: Manole, 2010, p. 96-108.

GABRIELSEN, M. A., HOLTZER, C. **Educación al aire libre**. Tradução de Ed. Troquel e Centro Regional de Ayuda Técnica. Buenos Aires: Editorial Troquel S.A., 1971.

GETZ, D.; CARLSEN, J. Characteristics and goals of family and owner-operated businesses in the rural tourism and hospitality sectors. **Tourism Management**, Guildford, v. 21, p.547-560, may. 2000. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0261517700000042>>. Acesso em: 17 nov. 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

\_\_\_\_\_. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas 1991.

GRAZIANO, S. J. O Novo Rural Brasileiro. In: SHIKI, S., GRAZIANO DA SILVA, J., ORTEGA, A. C. (Org.). **Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro**. Uberlândia: UFU; UNICAMP; EMBRAPA, 1997, p.75-99.

\_\_\_\_\_. **O novo rural Brasileiro**. 2. ed. rev. Campinas: Unicamp, IE, 2002. 151 p. (Coleção Pesquisas, 1).

GRAZIANO DA SILVA, J. F.; CAMPANHOLA, C. Diretrizes de políticas públicas para o novo rural brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. F. (Org.). **O novo rural brasileiro: políticas públicas**. Jaguariúna/SP, 2000, v. 4, p. 61-91.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, mai/jun, 1995, p. 20-29. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-75901995000300004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-75901995000300004&script=sci_arttext)>. Acesso em: 21 set. 2014.

GOODE, W. J.; HATT, P. K. **Métodos em pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Nacional, 1975.

GOODMAN, D. The quality “turn” and alternative food practices: reflections and agenda. **Journal of Rural Studies**, New York, v. 19, p. 1-7, October. 2003. Disponível em: <[http://www.uky.edu/~tmute2/geography\\_methods/readingPDFs/goodman\\_quality-turn.pdf](http://www.uky.edu/~tmute2/geography_methods/readingPDFs/goodman_quality-turn.pdf)>. Acesso em: 12 dez. 2013.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. **Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GUAZZELLI, C. A. B. (Org.). **Ciências Humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

GURRIERI, C. Scuola in Fattoria: dal produttore al consumatore verso un consumo consapevole. In: **La rete delle Aziende e delle Fattorie Didattiche in Sicilia**. La documentazione dell’esperienza. v. 2, Regione Sicilia/Arpa, 2008. Disponível em: <[www.arpa.sicilia.it/UploadDocs/1369\\_Fattorie\\_Didattiche.pdf](http://www.arpa.sicilia.it/UploadDocs/1369_Fattorie_Didattiche.pdf)>. Acesso em: 14 out. 2012.

GUZZATTI, T.C. et al. Turismo de base comunitária em territórios rurais: caso da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia (SC). **Revista brasileira de ecoturismo**, São Paulo, v.6, n.1, p.93-106, jan. 2012.

GUZZATTI, T. C. **O agroturismo como elemento dinamizador na construção de territórios rurais**: O caso da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia em Santa Rosa de Lima (SC). 2010. 281 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Geociências, Florianópolis, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/94046/288381.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 24 nov. 2013.

GREIN, G.; COELHO, I. **A patrimonialização do meio rural de Joinville/SC**. Apresentado no I Simpósio de Patrimônio Cultural de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <[http://www.anpuhsc.org.br/spcsc%202013%20textos%20pdf/spcsc%202013\\_g%20grein\\_pa%20trimonializacao%20meio%20rural.pdf](http://www.anpuhsc.org.br/spcsc%202013%20textos%20pdf/spcsc%202013_g%20grein_pa%20trimonializacao%20meio%20rural.pdf)>. Acesso em: 30 jan. 2014.

HINRICHS, C. et al. **Growing the links between farms and schools: a how-to guidebook for Pennsylvania farmers, schools and communities**. Harrisburg, PA: The Center for Rural Pennsylvania, November, 2008. Disponível em: <[http://www.rural.palegislature.us/Farm\\_School\\_Guide08.pdf](http://www.rural.palegislature.us/Farm_School_Guide08.pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICO - IBGE. **Censo demográfico 2010**. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 28 jan. 2014.

JOHNSON, R. B., ONWUEGBUZIE, A. J., TURNER, L. A. Toward a definition of mixed methods research. **Journal of Mixed Methods Research**, v.1, n.2, p.112–133, 2007. Disponível em: <<http://mmr.sagepub.com/content/1/2/112.abstract>>. Acesso em: 23 mar. 2014.

KALBERG, S. Max Weber's types of rationality: cornerstones for the analysis of rationalization process in history. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 85, n. 5, p.1145-1179, 1980. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/2778894?sid=21105739974453&uid=4&uid=2>>. Acesso em: 13 fev. 2014.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento Rural**: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.

KLEIN, A. L. **A função educativa das propriedades rurais e o turismo rural pedagógico**: duas experiências na região Sul do Brasil. 2012. 170 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2012.

KLEIN, A.; TROIAN, A.; SOUZA, M. O turismo rural pedagógico e a educação ambiental: as ações pedagógicas desenvolvidas na fazenda quinta da estância grande Viamão (RS). **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 27, p. 107-121, 2011. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/remea/article/view/3197>>. Acesso em: 13 jul. 2013.

LAGE, B. H. G. e MILONE, P. C. **Turismo**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.

LANE, B. Turismo rural de segunda geração: Prioridades e questão de pesquisa. In: CRISTÓVÃO, A.; PEREIRO, X. (Org.). **Turismo rural em tempos de novas ruralidades**. Ed. da UFRGS, Porto Alegre, 2014, p.15-48.

LANGEVANG, T., NAMATOVU, R., DAWA, S. Beyond Necessity and Opportunity Entrepreneurship: Motivations and Aspirations of Young Entrepreneurs in Uganda. **International Development Planning Review**, Liverpool, v. 34, n.4, p.339-459, September.2012. Disponível em: <<http://liverpool.metapress.com/content/32p651v86t73460u/>>. Acesso em: 16 ago. 2014.

LIMA, C.S.; MIOTO, R. C. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802007000300004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802007000300004&script=sci_arttext)>. Acesso em: 18 jul. 2014.

LOSCH, B. Debating the multifunctionality of agriculture: From Trade Negotiations to Development Policies by the South. **Journal of Agrarian Change**, Oxford, v. 4, n. 3, jul.

2004. Disponível em: < <http://hubrural.org/Debating-the-Multifunctionality-of.html?lang=en>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

MARTINS, S.R.O. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, v. 3, n. 5, p. 51-59, set.

2002. Disponível em:

<<http://franciscoqueiroz.com.br/portal/phocadownload/textos/Desenvolvimento%20Local%20-%20quest%C3%B5es%20conceituais%20e%20metodol%C3%B3gicas.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2013.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**. Edição Compacta. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MAY, Tim. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MCENROE, K.B. **Public education of integrated farm systems using agri-tourism**. These (Master of Landscape Architecture), Pomona, Faculty of California State Polytechnic University, 2010.

MCGEHEE, G. N., KIM, K., JENNIGS, R. G. Gender and motivation for agritourism entrepreneurship. **Tourism Management**, Guildford, v. 28, n.1, p. 280–289, February. 2007. Disponível em: < <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0261517706000276> >. Acesso em: 20 maio 2014.

MCGEHEE, N.; KIM, K. Motivation for agritourism entrepreneurship. **Journal of Travel Research**, Thousand Oaks, v. 43,n. 2, p. 161-170, November.2004. Disponível em: <<http://jtr.sagepub.com/content/43/2/161.short>>. Acesso em: 20 maio 2014.

MILANI, Carlos. Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). **VI Conferência Regional Istr-Lac**. San José, Costa Rica, 2003. Disponível em:

<<http://www.lasociedadcivil.org/docs/ciberteca/carlosmilanip.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2014.

MILONE, P. C., LAGE, B.H.G. **Turismo**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria método e criatividade. 17 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MORAIS, A. M.; NEVES, I. P. (2007). Fazer investigação usando uma abordagem metodológica mista. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 20, n.2, p. 75-104, 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rpe/v20n2/v20n2a04.pdf>>. Acesso em: 3 jun. 2013.

MOTTA, E. G. **Turismo no espaço rural**: as transformações socioambientais no caminho do vinho em São José dos Pinhais/Pr. 2013. 133f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná, Departamento de Ciências Sociais, Curitiba, 2013.

MURPHY, P. E. Tourism: A Community Approach. **Annals of Tourism Research**, New York, v.13, n. 4, p. 667-669, April. 1986. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0160738386900125>>. Acesso em: 15 out. 2014.

NAPOLI, L. **A new reality for Italian rural areas: Educational farms.** Salerno, 2010. Disponível em: <<https://www.openstarts.units.it/dspace/bitstream/10077/865/1/f4napoli.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2013.

NASER, M. S. **Iowa agritourism consumer profile: demographics, preferences, and participation levels.** These (Master of Science) – Iowa State University, Faculty of Agricultural Education, Ames, 2009. Disponível em: <<http://lib.dr.iastate.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1728&context=etd>>. Acesso em: 13 mar. 2013.

NGA, J.K.H., SHAMUGANATHAN, G. The Influence of Personality Traits and Demographic Factors on Social Entrepreneurship Start Up Intentions. **Journal of Business Ethics**, Dordrecht, v. 95, p.259-282, January. 2010. Disponível em: <<http://link.springer.com/article/10.1007%2Fs10551-009-0358-8>>. Acesso em: 15 maio 2014.

NICKERSON, N. P., BLACK, R.J. and MCCOOL, S. F. Agritourism: Motivations behind Farm/Ranch Business Diversification. **Journal of Travel Research**, Thousand Oaks, v.40, n. 1, p.19-26, August. 2001. Disponível em: <<http://jtr.sagepub.com/content/40/1/19.abstract>>. Acesso em: 17 maio 2014.

NIEKERK, C. V. **The benefits of agritourism: Two case studies in the Western Cape.** These (Master of Sustainable Development Planning and Management) –Stellenbosch University, Faculty of Economic and Management Sciences, Stellenbosch, 2013. Disponível em: <[https://scholar.sun.ac.za/.../vanniekerk\\_benefits\\_201...](https://scholar.sun.ac.za/.../vanniekerk_benefits_201...)>. Acesso em: 13 mar. 2013.

OHE, Y. Multifunctionality and rural tourism: a perspective on farm diversification, **Journal of International Farm Management**, Cambridge, v. 4, p. 1-23, jun. 2007. Disponível em: <[http://www.ifmaonline.org/pdf/journals/Vol4Ed1\\_Ohe.pdf](http://www.ifmaonline.org/pdf/journals/Vol4Ed1_Ohe.pdf)>. Acesso em: 03 abr. 2013.

OLLENBURG, C., BUCKLEY, R. State Economic and Social Motivations of Farm Tourism Operators. **Journal of Travel Research**, Thousand Oaks, v. 45, p.444-452, May 2007. Disponível em: <<http://jtr.sagepub.com/content/45/4/444.full.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (FAO). **Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Ação da Cimeira Mundial da Alimentação.** World Food Summit, Rome, nov. 1996. Disponível em: <<http://www.fao.org/DOCREP/003/W3613P/W3613P00.HTM>>. Acesso em: 13 ago. 2013.

PECCATIELLO, A. F. O. Turismo pedagógico como uma estratégia de ensino-aprendizagem sob a óptica dos parâmetros curriculares nacionais 3º e 4º Ciclos do Ensino Fundamental. **Revista Global Tourism**, Teresópolis, v.2, p. 02-19, nov. 2005. Disponível em: <<http://www.publicacoesdeturismo.com.br/ref.php?id=1751>>. Acesso em: 13 jan. 2014.

PÉREZ, A. **Guía metodológica para anteproyectos de investigación.** 2.ed. Caracas: FEDUPEL, 2005.

PERINOTTO, A. R. C. Turismo pedagógico: uma ferramenta para educação ambiental. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v.8, n.1, p.100-103. jan. 2008. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php?journal=caderno&page=article&op=view&path%5B%5D=261&path%5B%5D=186>> Acesso em: 06 jan. 2014.

PINTO, C. R. J., GUAZZELLI, C. A. B. (Org.). **Ciências Humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PORTUGUEZ, A. P. **Agroturismo e desenvolvimento regional**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

QUEIROZ, P. G. Turismo Rural e Desenvolvimento Local na Agricultura Familiar. In: Congressos da sociedade brasileira de economia, administração e sociologia rural, n.43, 2005, Ribeirão Preto. **Anais...Ribeirão Preto**, SP: SOBER, 2005. p. 1-14. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/2/373.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2014.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

ROMÃO, F. E. **O planejamento e a organização política do setor turístico em Joinville-SC**. 2003.77f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Políticas) - Universidade do Vale do Itajaí, Centro de educação de ciências jurídicas, políticas e sociais. 2003. Disponível em: <<http://siaibib01.univali.br/pdf/Fabine%20%20C3%89velin%20Rom%20C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2014.

ROUX, B.; FOURNEL, E. Multifuncionalidade e emprego nos estabelecimentos rurais franceses: um estudo nas zonas montanhosas de LanguedocRoussillon. In: MALUF, R. S.; CARNEIRO, M. J. (Org.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD/CPDA, 2003. p. 169-199.

RYAN, R. et al. Motivation and autonomy in counseling, psychotherapy, and behavior change: A look at theory and practice. **The Counseling Psychologist**, New York, v. 39, n. 10, p. 193–260, February.2011. Disponível em: <<http://tcp.sagepub.com/content/39/2/193>>. Acesso em: 15 out. 2014.

SABOURIN E. Multifuncionalidade da agricultura e manejo de recursos naturais: alternativas a partir do caso do semi-árido brasileiro. **Tempo da Ciência**, Toledo, v.15, p. 9-27, jan. 2008. Disponível em: <[e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/download/.../1553](http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/download/.../1553)>. Acesso em: 25 jun. 2013.

SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

SCHNEIDER, S.; FIALHO, M. A. V. Atividades não agrícolas e turismo rural no Rio Grande do Sul. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDEL, M. (Org.) **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: Edusc, 2000, p. 15-50.

SELL, E. Racionalidade e Racionalização em Max Weber. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v.27, n.79, jun. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v27n79/a10.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2014.

SOARES, A.C. A multifuncionalidade da agricultura familiar. **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, n.87, v. 29, p. 40-49, 2000/2001. Disponível em: <<http://europa.eu.int/comm/agriculture.html>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

SONNINO, R. For a ‘Piece of Bread’? Interpreting Sustainable Development through Agritourism in Southern Tuscany. **Sociologia Ruralis**, Assen, v. 44, n.3, p. 285- 298, July. 2004. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-9523.2004.00276.x/abstract>>. Acesso em: 30 maio 2013.

SOUZA, M., ELESBÃO, I. A introdução de uma inovação social entre agricultores familiares: o turismo rural em dois Roteiros do Rio Grande do Sul, Brasil. In: MORENO, L. et al.(Org.). **Cultura, Inovação e Território**. Lisboa-Coimbra: SPER, AEE, ESAC-IPC, 2009. v.1, p.1-13.

STAKE. R. E. Case studies. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Org.). **Handbook of qualitative research**. London: Sage, 2000. p. 435-454. Disponível em: <[http://depts.washington.edu/methods/readings/com501\\_lincoln\\_paradigmatic\\_controversies.pdf](http://depts.washington.edu/methods/readings/com501_lincoln_paradigmatic_controversies.pdf)>. Acesso em: 13 jul. 2014.

SZNAJDER, M.; PRZEZBÓRSKA, L.; SCRIMGEOUR, F. **Agritourism**. Wallingford: CABI, 2009.

TEIXEIRA, E.B. A análise de dados na pesquisa científica: importância e desafios em estudos organizacionais. **Revista Desenvolvimento em Questão**. Ijuí, v. 1, n. 2, jul./dez., p. 177-201, 2003.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**. A Pesquisa Qualitativa em Educação. Editora Atlas S/A, São Paulo, 1987.

TULIK, O. **Turismo rural**. São Paulo: Aleph, 2003. (ABC do Turismo).

VEIGA, F. F. **Território e Desenvolvimento Local**. Oeiras: Celta Editora, 2005.

VOGELER, I. Agrarian capitalism and agritourism. **Antipode**, Worcester, v.7, n.3, p.37-42, December. 1975. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-8330.1975.tb00630.x/abstract>>. Acesso em: 7 set. de 2014.

ZANDONADI, B. M. **O agroturismo e as transformações sócio-espaciais em Venda Nova do Imigrante, ES**. 2013. 166f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2013. Disponível em: <[http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese\\_6641\\_beatriz.pdf](http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_6641_beatriz.pdf)>. Acesso em: 10 dez. 2014.

WAGLE, U. Capability Deprivation and Income Poverty in the United States, 1994 and 2004: Measurement Outcomes and Demographic Profiles. **Social Indicators Research**, Dordrecht, v. 94, n.3, p. 509-533, December. 2009. Disponível em: <<http://link.springer.com/article/10.1007%2Fs11205-009-9446-5>>. Acesso em: 14 out. 2014.

WANDERLEY, M. N. B. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas** – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. Rio de Janeiro: Edit. da UFRRJ, 2000.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: MALUF, R. S. & CARNEIRO, M. J. (Org.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

YANG, L. Impacts and challenges in agritourism development in Yunnan, China. **Tourism Planning & Development**, Brighthon, v.9, n.4, p.369–381, October.2012. Disponível em: <[http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/21568316.2012.726257#.VMvNPnLF\\_io](http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/21568316.2012.726257#.VMvNPnLF_io)>. Acesso em: 13 maio 2014.

YIN, R.K. **Estudo de caso: Planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

## APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO

### TERMO DE CONSENTIMENTO

O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) a participar, como voluntário, de uma pesquisa de caráter científico. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Desde logo fica garantido o sigilo das informações.

A acadêmica Marielen Aline Costa da Silva, n° de matrícula 00233165, encontra-se regularmente matriculada no curso de mestrado do programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

A referida aluna tem como proposta de dissertação “*Motivações e benefícios socioeconômicos do turismo rural pedagógico para a família e a comunidade rural*”, sob a orientação do Professor Dr. Marcelino de Souza, tendo como objetivo principal:

- *Investigar as motivações e os benefícios socioeconômicos do turismo rural pedagógico para as famílias e a comunidade do seu entorno.*

Desse modo, para que tais objetivos sejam alcançados, a referida aluna adotará os seguintes procedimentos metodológicos:

- Entrevistas semiestruturadas gravadas com os proprietários, responsáveis pelo desenvolvimento das atividades com as crianças, no âmbito de suas propriedades rurais;

- Entrevistas semiestruturadas gravadas com moradores da comunidade rural ao entorno do projeto Viva Ciranda e das propriedades rurais pedagógicas do Roteiro Caminhos Rurais.

Nesse sentido, com o intuito de garantir maior veracidade e relevância à pesquisa desenvolvida, as entrevistas serão gravadas. Os dados (gravações e entrevistas) /resultados da pesquisa serão apresentados na dissertação e poderão ser utilizados para publicações de caráter científico (artigos, revistas, livros).

Eu, \_\_\_\_\_, declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) para colaborar com a pesquisa intitulada \_\_\_\_\_, desenvolvida por \_\_\_\_\_, coordenada/orientada por \_\_\_\_\_ a quem poderei contatar/consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone n° \_\_\_\_\_ ou e-mail \_\_\_\_\_. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa.

**APÊNDICE B – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA OS  
AGRICULTORES RURAIS QUE ATUAM COM O TURISMO RURAL  
PEDAGÓGICO**

**I – CONTROLE E IDENTIFICAÇÃO DA ENTREVISTA**

Nome do entrevistador:

Data da entrevista:

Nome do empreendimento:

Nome do município:

Localidade:

Estado:

**II – PERFIL SOCIOECONÔMICO DO EMPREENDEDOR E SUA FAMÍLIA**

Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino

Idade: \_\_\_\_\_ anos

Estado Civil:

Tem filhos: ( ) Sim ( ) Não Se sim, quantos? \_\_\_\_\_

Escolaridade:

Profissão/Ocupação:

Quantas pessoas residem na propriedade?

**III – PERFIL DA PROPRIEDADE RURAL E DAS ATIVIDADES ECONOMICAS**

1.0 Qual a área da propriedade?

2.0 Quais as principais atividades econômicas desenvolvidas na propriedade (em ordem de importância)?

3.0 Quantas pessoas trabalham nas atividades econômicas desenvolvidas na propriedade?

Essa mão de obra é exclusivamente familiar ou há mão de obra contratada?

4.0 Há quanto tempo o Sr. (a) desenvolve atividades de turismo rural?

#### **IV - BENEFÍCIOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DO TURISMO RURAL PEDAGÓGICO**

- 1.0 Como surgiu o interesse do Sr. (a) pelo turismo rural pedagógico?
- 2.0 Quem é o principal responsável pelas atividades de turismo rural pedagógico na propriedade?
- 3.0 Qual é o número médio mensal de visitantes? Qual o valor da taxa de visitação?
- 4.0 Quais são os meses de maior fluxo de visitantes na propriedade?
- 5.0 Qual a renda média proveniente do turismo rural pedagógico?
- 6.0 Além da renda proveniente do turismo rural pedagógico, existe outra(s) fonte(s) de renda na propriedade? Se sim, qual é?
- Entre todas as fontes de renda da propriedade, qual o Sr. (a) considera como a principal e/ou mais importante para o sustento da família?
- 7.0 Na sua opinião, quais os principais benefícios econômicos e sociais gerados pelo turismo rural pedagógico ao Sr. (a) e a sua família?

#### **V- MOTIVAÇÕES DO TURISMO RURAL PEDAGÓGICO**

- 1.0 Quanto as principais motivações que levaram o Sr. (a) a iniciar a atividade de turismo rural pedagógico, o senhor poderia classificar as razões abaixo de acordo com a sua relevância (de 1 a 5)? Desse modo, os valores representam respectivamente: 1 Não relevante; 2 Pouco relevante; 3 Neutro; 4 Relevante; 5 Muito relevante

Instabilidade do mercado agrícola 1( ) 2( ) 3( ) 4( ) 5( )

Oportunidade de emprego para os membros da família 1( ) 2( ) 3( ) 4( ) 5( )

Oportunidade de renda adicional 1( ) 2( ) 3( ) 4( ) 5( )

Valorização da agricultura através do turismo 1( ) 2( ) 3( ) 4( ) 5( )

Educar crianças e jovens quanto a produção de alimentos 1( ) 2( ) 3( ) 4( ) 5( )

Valorização dos produtos locais 1( ) 2( ) 3( ) 4( ) 5( )

2.0 Além das motivações listadas acima, o Sr. (a) teve outra motivação para iniciar a atividade do turismo rural pedagógico em sua propriedade?

3.0 O Sr. (a) poderia classificar em ordem de importância (escala de 1 a 5) sua principal motivação para permanecer no turismo rural pedagógico? Neste caso, os valores de 1 a 5 representam respectivamente: 1 - Não relevante; 2 Pouco relevante; 3 Neutro; 4 Relevante; 5 Muito relevante.

Importância da renda obtida através do TRP 1( ) 2( ) 3( ) 4( ) 5( )

Interação com os visitantes 1( ) 2( ) 3( ) 4( ) 5( )

Divulgação e venda dos produtos locais através do TRP 1( ) 2( ) 3( ) 4( ) 5( )

Ocupação/emprego para os membros da família 1( ) 2( ) 3( ) 4( ) 5( )

Satisfação pessoal 1( ) 2( ) 3( ) 4( ) 5( )

Valorização do rural pelos visitantes 1( ) 2( ) 3( ) 4( ) 5( )

4.0 Além das razões listadas acima, o Sr. (a) possui outras motivações para permanecer na atividade de turismo rural pedagógico?

5.0 O Sr. (a) acredita que “vale a pena” continuar na atividade de turismo rural pedagógico? Por quê?

**APÊNDICE C – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA OS  
MEMBROS DA COMUNIDADE AO ENTORNO DAS PROPRIEDADES DE  
TURISMO RURAL PEDAGÓGICO**

**I – CONTROLE E IDENTIFICAÇÃO DA ENTREVISTA**

Nome do entrevistador:

Data da entrevista:

Nome do município:

Localidade:

Estado:

**II - PERFIL SOCIOECONÔMICO DO EMPREENDEDOR E SUA FAMÍLIA**

Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino

Idade: \_\_\_\_\_ anos

Escolaridade:

Profissão/Ocupação:

Localidade:

Quanto tempo o Sr. (a) reside/trabalha na comunidade rural?

O Sr. (a) desenvolve alguma atividade econômica na área rural?

**III – TURISMO RURAL PEDAGÓGICO E A COMUNIDADE AO SEU ENTORNO**

1.0 O Sr. (a) conhece algum empreendimento de turismo rural pedagógico?

2.0 O Sr. (a) percebeu alguma mudança na comunidade e no rural após o início das atividades pedagógicas nas propriedades rurais próximas? Se sim, o senhor poderia nos relatar quais foram?

3.0 Na sua opinião, o turismo rural pedagógico promove benefícios sociais e/ ou econômicos para a comunidade e para o rural? Qual seriam esses benefícios?

4.0 Para o Sr. (a) os empreendimentos de turismo rural pedagógico são capazes de promover a valorização do meio rural? Se sim, de que modo?

5.0 Para o Sr. (a) atividades como o turismo rural pedagógico são importantes para possibilitar a troca de experiências entre os moradores do meio rural e do meio urbano?